UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

CASCOS NO ASFALTO

Etnografia das interações urbanas entre cavalos, humanos e outros bichos

Autor: Eric Silveira Batista Barreto
Orientadora: Profª Drª Claudia Turra Magni

Pelotas, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

CASCOS NO ASFALTO

Etnografia das interações urbanas entre cavalos, humanos e outros bichos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social, sob orientação da Profª Drª Claudia Turra Magni.

Autor: Eric Silveira Batista Barreto
Orientadora: Claudia Turra Magni

Pelotas, 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Cláudia Turra Magni, por incontáveis demonstrações de generosidade, abertura, paciência e apoio; pela sua honestidade e vigor intelectuais, pelo carinho em todos os gestos – do cafezinho ao abraço – e pela rara capacidade de transmitir calma e confiança apenas com sua presença. À professora Bruna da Rosa Curcio, principal ponte com o universo veterinário, que nunca hesitou em me auxiliar e indicar os rumos que eu deveria trilhar para interagir melhor com meus interlocutores. Ao professor Flávio Leonel da Silveira, que apesar da distância geográfica esteve muito presente, fornecendo inestimáveis contribuições para o amadurecimento de meu trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro parcial durante o doutorado, decisivo para minha permanência no curso.

Agradeço a todas as pessoas que participaram desta pesquisa, cedendo um pouco de seu tempo, atenção e confiança, me recebendo em seus lares ou locais de trabalho, e me transportando em seus veículos automotores ou de tração animal. Sem tamanha generosidade, não existiria esta tese.

Também sou muito grato a quem me acolheu nos cursos de Antropologia, Arqueologia e Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas, mesmo que apenas com uma palavra cordial ou um olhar afável. Foram muitos servidores, discentes e docentes que, em algum momento, contribuíram nesta caminhada.

Em uma quebra de protocolo que já se tornou usual no mundo acadêmico, tenho também agradecimentos não acadêmicos a fazer. Sou imensamente grato por poder participar desse mistério que anima a matéria em vida, interpretado de sublimes maneiras ao longo da história, mas ainda além da compreensão intelectual humana, acessível apenas parcialmente, pela via do sentimento. A essa infinita fonte de espanto, júbilo e maravilhamento, eu agradeço pela oportunidade de estar aqui.

Agradeço aos meus pais, Odete e Clóvis, que me trouxeram à vida e que, como se pouco fosse, me ensinaram a amá-la incondicionalmente com suas palavras e ações; agradeço às minhas avós, Nilza e Ely, grandes exemplos de vida, cada uma a seu jeito; à minha irmã, Taís, companheira e amiga incondicional, fonte radiante de amor fraterno; à minha esposa, Caroline, que alegra meus dias com sintonia, harmonia, afeto e compreensão inigualáveis, nutrindo um amor bonito,

sereno e luminoso; extensivamente, agradeço também à sua família, que se tornou minha e mostrou o quanto a vida pode ser generosa.

Às boas amizades, que não as nomeio por ser abençoado de possuí-las em bom número, e por recear omitir alguma devido a estes tempos tumultuosos de pandemia e distanciamento, em que os encontros escassearam.

Agradeço também aos meus oito companheiros caninos pelos grandes ensinamentos de que viver é urgente, brincar é prioridade, afeto não se esconde, e que uma postura autêntica perante a vida é mais construtiva que qualquer coleção de feitos intelectuais.

Devo encerrar agradecendo também minha alfabetizadora, quem nunca mais vi nem soube notícias desde que mudei de cidade aos seis anos, e que não deve lembrar de mim, mas que é responsável, direta ou indiretamente, por quase todas as conquistas que tive e que venha a ter. Em nossa sociedade, alfabetizar uma criança é proporcionar um segundo nascimento; a chave para entrar no reino da palavra escrita é uma das coisas mais maravilhosas que se pode ter, e pela qual agradeço sempre.

Dedico esta tese a quem
espalha o entendimento de
que viver é conviver.

RESUMO

BARRETO, Eric Silveira Batista. **Cascos no asfalto:** etnografia das interações urbanas entre cavalos, humanos e outros bichos. 2022. 145 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

As famílias que trabalham com tração animal - designadas pelo termo êmico charreteiros – são o eixo central desta pesquisa etnográfica, desenvolvida na zona urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. São abordadas suas práticas cotidianas, narrativas e trajetórias, bem como suas relações com os animais e com a cidade; o posicionamento do poder público e de segmentos organizados da sociedade que lutam pelo fim da tração animal; e a ação de docentes e discentes, principalmente do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas, envolvidos na "Ação de atenção a carroceiros e catadores de lixo de Pelotas, RS". Pretendo mostrar a heterogeneidade desses charreteiros, observando os conflitos e negociações oriundos de projetos de lei que pretendem abolir a tração animal no perímetro urbano, em processo no qual as relações de poder são bastante desiguais.

Palavras-chave: antrozoologia; bem-estar animal; ecologia política; trabalho; tração animal.

ABSTRACT

BARRETO, Eric Silveira Batista**. Hooves on the asphalt:** ethnography of urban interactions between horses, humans and other animals. 145 f. Thesis. (PhD in Anthropology) - Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

The families who work with animal traction - designated by the emic term *charreteiros* - are the central axis of this ethnographic research, developed in the urban area of Pelotas city, Rio Grande do Sul State, Brazil. Their daily practices, narratives and trajectories are approached, as well as their relations with the animals and the city; the position of the government and organized segments of society that fight for the end of animal traction; and the action of teachers and students, mainly from the Veterinary Medicine course at the Federal University of Pelotas, involved in the "Action of attention to carriage-drivers and garbage collectors of Pelotas, RS. I intend to show the heterogeneity of these *charreteiros*, observing the conflicts and negotiations arising from bills that intend to abolish animal traction in the urban perimeter, in a process in which the power relations are quite unequal.

Keywords: anthrozoology; animal welfare; political ecology; labor; animal traction.

RÉSUMÉ

BARRETO, Eric Silveira Batista. **Sabots sur l'asphalte:** ethnographie des interactions urbaines entre les chevaux, les humains et d'autres animaux. 2022. 145 f. Thèse (Doctorat en Anthropologie) - Institut de Sciences Humaines, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Les familles qui travaillent avec la traction animale - connues sous le terme émique *charreteiros* - sont au centre de cette recherche ethnographique, réalisée dans la zone urbaine de la ville de Pelotas, dans l'État de Rio Grande do Sul, au Brésil. Elle aborde leurs pratiques quotidiennes, leurs récits et leurs trajectoires, ainsi que leurs relations avec les animaux et la ville ; la position du gouvernement et des segments organisés de la société qui luttent pour la fin de la traction animale ; et les actions des professeurs et des étudiants, principalement du cours de médecine vétérinaire de l'Université Fédérale de Pelotas, impliqués dans l'"Action pour la prise en charge des charretiers et des collecteurs de déchets à Pelotas, RS". J'ai l'intention de montrer l'hétérogénéité de ces *charreteiros*, en observant les conflits et les négociations qui découlent des projets de loi visant à abolir la traction animale dans le périmètre urbain, dans un processus où les relations de pouvoir sont très inégales.

Mots clés : anthrozoologie ; bien-être animal ; écologie politique ; travail ; traction animale.

RESÚMEN

BARRETO, Eric Silveira Batista. **Cascos en el asfalto:** etnografía de las interacciones urbanas entre caballos, humanos y otros animales. 2022. 145 f. Tesis (Doctorado en Antropología) - Instituto de Ciencias Humanas, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Las familias que trabajan con tracción animal - designadas con el término émico *charreteiros* - son el eje central de esta pesquisa etnográfica, desarrollada en el área urbana de la ciudad de Pelotas, Estado de Rio Grande do Sul, Brasil. Se abordan sus prácticas cotidianas, narrativas y trayectorias, así como sus relaciones con los animales y la ciudad; la posición del gobierno y de los segmentos organizados de la sociedad que luchan por el fin de la tracción animal; y la acción de profesores y estudiantes, principalmente del curso de Medicina Veterinaria de la Universidad Federal de Pelotas, involucrados en la "Acción de atención a los carreros y recolectores de basura de Pelotas, RS". Pretendo mostrar la heterogeneidad de estos *charreteiros*, observando los conflictos y negociaciones que surgen de los proyectos de ley que pretenden abolir la tracción animal en el perímetro urbano, en un proceso en el que las relaciones de poder son bastante desiguales.

Palabras clave: antrozoología; bienestar animal; ecología política; trabajo; tracción animal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

I – Estrutura da tese 12
II – Inquietações iniciais: tecendo caminhos ao longo da jornada acadêmica 14
III – Bate casco, quebra-cabeça: o problema e o cenário da pesquisa 17
IV – Andar, olhar e fazer: percursos metodológicos 22

CAPÍTULO 1 – CASCOS DA DISCÓRDIA 26

1.1 - *Anthropos* em segundo plano? 27
1.2 - Cavalos são animais de estimação? 32
1.3 - Onde pisam os cascos 34
1.4 - Como batem as ferraduras 44
1.5 - Viagem à roda das charretes 49
1.6 – Onde empacam os cascos 56

CAPÍTULO 2 – SENTIDOS CONJUNTOS 67

2.1 - Um lugar para animais humanos e não humanos: Ambulatório Ceval 67
2.2 – Quatro patas, duas rodas: entendendo melhor o ofício 75
2.3 – Trabalho vigiado: lidando com o olhar dos outros 80
2.4 - O que reserva o futuro: motor no lugar dos cascos? 84
2.5 - Vários lugares na cidade, vários lugares na cabeça 89

CAPÍTULO 3 – CASCOS NA CALÇADA 94

3.1 – Errâncias vigiadas 95
3.2 – Preenchendo o vazio 99
3.3 – Pavimento, alimento 102
3.4 – Passear, perturbar 104
3.5 – Defecando e andando 108
3.6 – Convergências indesejáveis, divergências inevitáveis 111

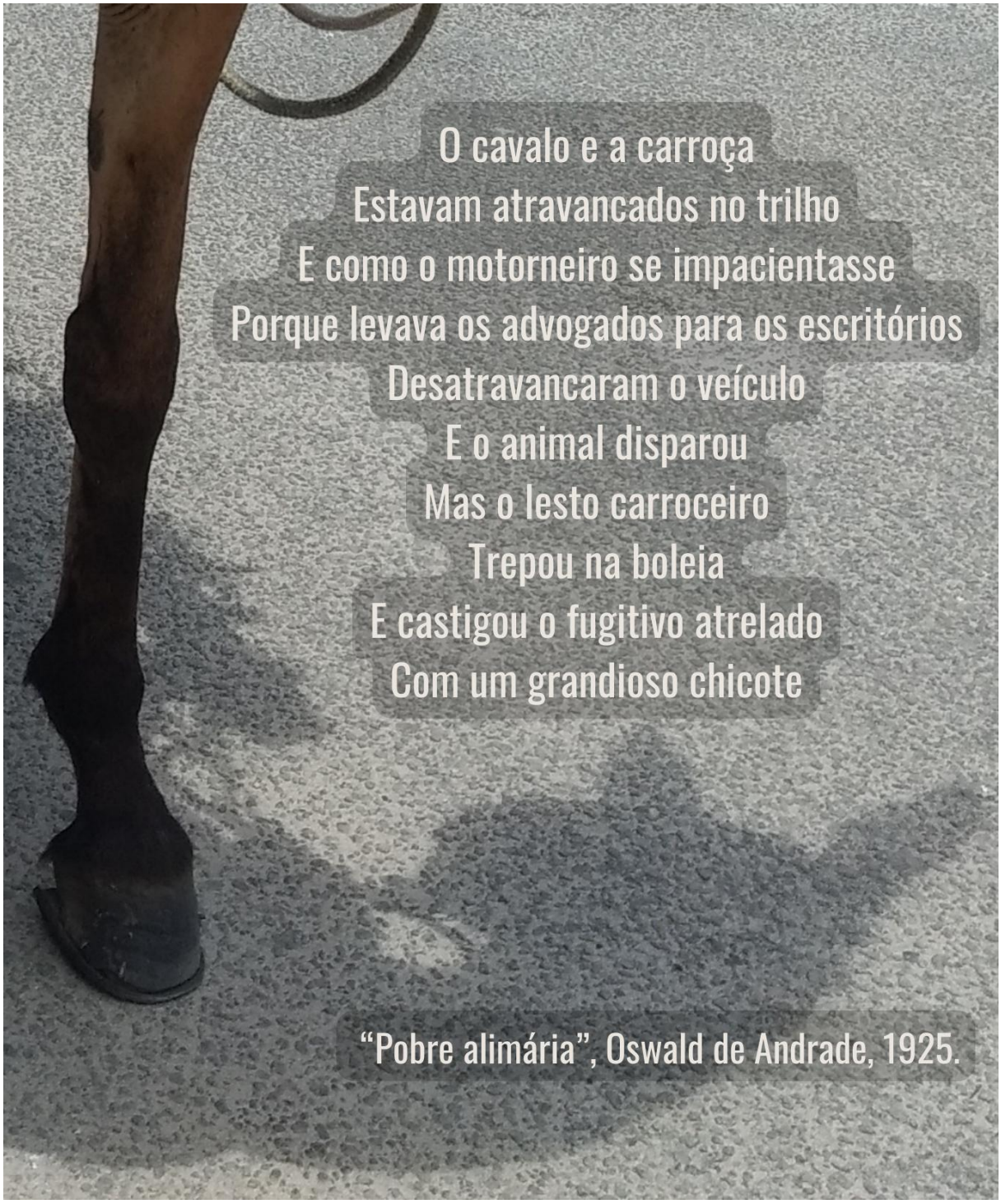
CAPÍTULO 4 (À GUISA DE CONCLUSÃO) – TRAMA DE IMPASSES 119

4.1 – Proibir ou ocultar? 120
4.2 – Erigir a urbe, evadir da urbe 121
4.3 – Pés longe de estribos 122
4.4 – Coexistir é resistir 125
4.5 – Fronteiras e afrontes 126
4.6 – De mulheres e afetos 129
4.7 – Permanências e insurgências 131

5 – REFERÊNCIAS 135

CASCOS NO ASFALTO

Etnografia das interações urbanas entre cavalos, humanos e outros bichos



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa acompanha, fundamentalmente, os sujeitos que utilizam veículos de tração animal (VTAs), popularmente conhecidos como charreteiros[1] e carroceiros, seus modos de vida e suas relações com seus cavalos, outros animais e com a cidade, que se complexificam diante da iminência de proibição da atividade. Também contempla o processo político protagonizado pelo poder público, por grupos organizados em prol dos direitos animais e pelas pessoas que tiram seu sustento através da tração equina. A bibliografia fundamental baseia-se na literatura sobre antropologia urbana, modernidade, natureza e cultura, relações entre humanos e outros animais, interface rural-urbano, ecologia política e conflitos socioambientais. Partindo de uma abordagem etnográfica, a pesquisa sustenta-se pelo diálogo entre a Antropologia e outras disciplinas, como Medicina Veterinária, Geografia e Filosofia.

I – Estrutura da tese

Nesta introdução comento o surgimento de meu interesse pela temática da tese, as mudanças significativas no meu percurso acadêmico e os caminhos que me trouxeram até aqui; de uma trajetória interrompida em Medicina Veterinária ao ingresso nas Humanidades através da Filosofia, e, por fim, o reencontro com os animais como tema de estudo, desta vez articulando com nossa espécie a partir do encontro com a Antropologia Social.

Contextualizo o uso dos veículos de tração animal na zona urbana de Pelotas, as tensões que causam e algumas ações do poder público no sentido de regular a atividade. Começo a abordagem teórica do fenômeno, através do diálogo com autores-chave, abrindo a discussão sobre dicotomia natureza/cultura, relações

[1] Na maior parte do Brasil, a palavra que designa um veículo de carga puxado por equino ou asinino é *carroça*. Existem diferenciações quanto a veículos similares destinados ao passeio, mais leves, e *charrete* é habitualmente classificada com um destes últimos. Por algum motivo, na cidade de Pelotas o termo mais amplamente disseminado é *charrete*, para o que seria carroça em outros locais. Dando preferência ao termo êmico, ficarei com *charrete* e *charreteiro* daqui para frente, e quem ler saberá que as palavras são sinônimas de *carroça* e *carroceiro* no contexto desta pesquisa.

interespecíficas e trabalho. Concluo a introdução com a metodologia utilizada, incluindo modificações e impasses que se manifestaram durante a pesquisa.

No capítulo primeiro adenso a discussão sobre modernidade e o advento ou recrudescimento de diferentes sensibilidades com relação a outras espécies animais. Trago um sucinto panorama da discussão sobre as relações entre humanos e não humanos dentro da Antropologia, problematizando conceitos como humanização e domesticação.

Em seguida, trazendo o foco de volta para o *locus* da pesquisa, contextualizo a realidade observada com os interlocutores e traço um escorço da gênese histórica de Pelotas e sua região, bem como do atual entorno de onde a etnografia foi realizada. Finalizo o capítulo refletindo sobre os usos do espaço, os movimentos dos interlocutores e suas tensões e implicações sociais, através de um diálogo mais aprofundado com alguns autores.

O capítulo segundo é eminentemente etnográfico, trazendo dados da pesquisa de campo, principalmente a partir do ambulatório veterinário que acompanhei. Trato da dinâmica de atendimentos e das relações entre os animais não humanos, os humanos que os levam e os que os atendem. Nesse capítulo também aparecem algumas estratégias da atividade e relatos de situações difíceis, como acidentes e ferimentos.

Também abordo a apresentação à comunidade do protótipo de um veículo que substituiria as charretes, apresentado por uma empresa a partir de edital da Prefeitura Municipal. As falas de interlocutores expressam incerteza, ceticismo e desconfiança , contrapondo-se aos discursos de agentes do poder público, de tom confiante e otimista.

Encerro o capítulo refletindo sobre o lugar das diferentes espécies animais no meio urbano, principalmente aquelas consideradas indesejáveis. Tento desenvolver o conceito de indesejabilidade condicionada, onde incluo os cavalos urbanos errantes.

No capítulo terceiro faço o que chamei de "etnografia indireta"[2], colhendo indícios humanos a partir de animais soltos pelas ruas, principalmente cavalos. Identifico nesse fenômeno um vínculo com certas concepções e atitudes com

[2] Este é um termo provisório e discutível, necessitando refinamento posterior. Observar e interagir com os animais ligados às pessoas é ter com estas uma relação indireta? Talvez uma etnografia *mediada* possa nomear melhor.

relação à natureza, com maneiras de habitar e de utilizar o espaço, e tento ir além da condenação moral que, embora compreensível, geralmente é simplista, resultando em uma indignação estéril.

O quarto capítulo também serve de conclusão, e sumarizo os problemas percorridos na tese à luz de novas leituras e novos dados etnográficos, identificando impasses cujas soluções ficam em aberto.

Ao longo de toda a tese aponto para dilemas e impasses – não de forma inédita – e fecho sem as contribuições que gostaria, com a marca da voz nativa, incluindo charreteiros, protetores, veterinários e agentes do poder público, entre outros. O que é crueldade e como é mensurada, na visão dos diferentes interlocutores? Quais suas definições de rural e urbano? Diálogos mais longos e aprofundados seriam valiosíssimos para tratar melhor de muitos conceitos, mas as limitações sanitárias e a carência de financiamento durante a maior parte da pesquisa dificultaram tal empresa.

II – Inquietações iniciais: tecendo caminhos ao longo da jornada acadêmica

O interesse neste tema é bem anterior à inserção na Antropologia. Minha trajetória universitária começou com a Medicina Veterinária, na Universidade Federal de Pelotas, ingressando em 2004 e saindo em 2008, sem tê-la concluído. Por cerca de dois anos fiz estágio no Hospital de Clínicas Veterinárias (HCV), onde os charreteiros eram presença constante. Aos poucos fui percebendo que estava mais interessado nas histórias por trás dos atendimentos do que na parte clínica. Histórias das pessoas e suas companhias de outras espécies, com vivências por vezes profundas e das quais podia extrair constantes ensinamentos. Ali surgiam casos de todo tipo, inclusive de maus tratos, não restritos aos charreteiros, mas também incluindo cavalos utilizados em competições esportivas.

Uma história em particular me tocou bastante, me motivando a pensar mais sobre as dinâmicas envolvidas entre pessoas e seus cavalos, especialmente no mundo das charretes urbanas. A imagem que segue é eloquente.

Essa égua pertencia a um charreteiro e havia sido furtada. Após algum tempo e muitas buscas ele a encontrou e a resgatou, infelizmente em péssimo estado. Ela tinha cerca de 20 anos, mas estava bem nutrida com ele. Só que, após o furto, foi acometida por uma hiperplasia de palato duro, popularmente conhecida como “travagem” ou “lampas”. Essa condição promove um crescimento de tecido no interior da cavidade oral, impedindo a alimentação; por isso ela emagreceu a tal ponto. Observei o quanto a situação o afligia, e o quanto se esforçava em resolvê-la, mesmo sem pretensão de voltar a colocar a égua para puxar charrete. Eu estava diante de dois seres com uma relação de duas décadas, e que não estava acabando da melhor forma, a despeito dos esforços do homem que a levou ao HCV. Interrompendo o fluxo habitual, o furto desestabilizou totalmente a vida da dupla, com sérias consequências para a saúde da égua e para as emoções do homem. E a motivação do furto foi o uso dela para tração, visando atender aos anseios econômicos de quem “roubou para poder trabalhar”. Ela morreu no dia seguinte a esta foto, em fevereiro de 2006.

Do mesmo modo, os casos de crueldade sempre me afetaram bastante. A indignação é um bom ponto de partida, mas não deve bastar por si só. A busca dos porquês e a indagação de como certas situações chegavam a um ponto incompreensivelmente cruel suscitavam perguntas que, na época, eu imaginava

fáceis de responder. Tentava entender o mundo a partir das relações entre a nossa e as outras espécies; não satisfeito com um conhecimento preponderantemente técnico, ingressei no curso de Filosofia, na mesma universidade, em 2007, cursando paralelamente com Medicina Veterinária até abandonar esta última, em 2008.

A interdependência emocional entre seres humanos e equinos é algo frequente, que aparece em diversos casos e em diferentes graus. Mas a interdependência física é mais perceptível, dado que mesmo o charreteiro mais indiferente à companhia do animal ainda precisa provê-lo das condições mínimas para o trabalho. Essa interdependência primordial, física, não é, contudo, condição *sine qua non*, haja vista que alguns desses trabalhadores subtraem aos cavalos as condições que lhes dariam capacidade plena de trabalho, contradizendo a atividade desde o âmago - são os casos de maus-tratos e negligência.

Oliveira (2017) aponta para a partilha do sofrimento como constitutiva do vir-a-ser carroceiro. Para o autor, essa situação

> "é regulada por uma economia de aprovisionamento que visa os recursos necessários à satisfação de boas condições de vida para si próprios e seus dependentes. Nessa lógica, existem momentos de tempo livre para os cavalos nos quais os humanos trabalham arduamente para prover a boa alimentação equina." (OLIVEIRA, 2017, p.63).

Optar pela Filosofia permitiu que os pensamentos paralelos do primeiro curso se tornassem centrais. O que antes eram divagações interessantes, mas não necessariamente úteis para minha formação como veterinário, acabaram possibilitando a abertura de novos rumos. Dada a enorme amplitude da Filosofia, o caminho mais usual é o direcionamento para alguma área temática. Nos últimos momentos do curso acabei optando pelo mestrado em Antropologia Social, terreno que acertei ao imaginar como o mais propício às minhas inquietações.

A pesquisa de mestrado abordou as relações entre pessoas e seus cães na pecuária familiar, na porção meridional do Rio Grande do Sul, bem como o processo de reconhecimento racial do cão Ovelheiro Gaúcho, por parte das entidades cinológicas. A principal contribuição, acredito, foi a análise dos abates de cães que atacam a criação, o que promoveu uma discussão interessante sobre agências, hierarquias e expectativas entre espécies, bem como a problematização dos conceitos natureza/cultura e a dicotomia que suscitam. Os trânsitos entre o campo e a cidade, incluindo todas as camadas intersticiais situadas entre o rural e o urbano, também foram objetos de interesse, que trouxe para a pesquisa de doutorado. De

certo modo, esta pesquisa participa da crescente produção em antropologia urbana situada nos interiores, debatendo, entre outras coisas, as fronteiras entre “rural” e “urbano” (NOLETO, MAGNI e RIETH, 2019).

III – Bate casco, quebra-cabeça: o problema e o cenário da pesquisa

Há cerca de 15 anos, aproximadamente de 3.000 famílias de Pelotas dependiam da tração animal para sobreviver (VELHO *et al.*, 2007). O número é bastante significativo e reflete, entre outras coisas, a falta de políticas públicas referentes a emprego e direitos básicos, a grande exclusão social e a força do fenômeno do êxodo rural. Os VTAs, tracionados quase sempre por cavalos, são vistos como anacronismos nas médias e grandes cidades do país. Com frotas automotivas cada vez maiores e com problemas de mobilidade urbana cada vez mais complicados, cresce a pressão para que a tração animal seja abolida em muitas partes do Brasil. Não menos importante é a crescente sensibilidade diante do bem-estar animal na sociedade contemporânea (LEWGOY *et al.*, 2011), que apresenta um discurso moralizante contrário ao uso de cavalos para trabalho de carga.

O bem-estar dos animais de produção ganhou grande impulso com as chamadas "cinco liberdades", definidas em 1967 pelo Conselho de Bem-Estar de Animais de Produção (*Farm Animal Welfare Council - FAWAC*), da Inglaterra. Elas são: livre de fome e sede; livre de desconforto; livre de dor, lesões e doenças; livre para expressar seu comportamento normal; livre de medo e estresse.[3]

Dentre os temas mais candentes discutidos hoje em dia, mobilidade urbana e proteção animal possuem papel de destaque. A coleta de materiais recicláveis é outro ponto importante e estreitamente relacionado aos agentes aqui discutidos. Entre ONGs, poder público e outros segmentos organizados da sociedade, as famílias de charreteiros encontram-se em meio a relações de poder muito desiguais. Observar essas relações de poder permite estabelecer uma visão da decorrente dissemia, ou a tensão entre o discurso oficial e as práticas populares (HERZFELD, 1999).

[3] Disponível em: <https://ufrb.edu.br/ceua/arquivo-de-noticias-1/12-as-cinco-liberdades> Acesso em: 10 mar. 2022.

Em abril de 2010 foi sancionada, em Pelotas, a lei municipal 5.678, de iniciativa da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), que determinava o registro dos VTAs e uma série de outras medidas visando garantir o bem-estar dos animais e a segurança no trânsito. Um dos artigos no projeto de lei dizia que a prefeitura ficava obrigada a elaborar um programa de substituição de todos os VTAs por outro tipo de tração, no prazo de 4 anos da publicação da lei; no entanto esse artigo foi suprimido na versão final (PELOTAS, Lei 5.678, 2010). Já em janeiro de 2016 foi instituído o Programa de Proteção Animal, pela lei nº 6.321, iniciativa do vereador Ivan Duarte (PT). Desta vez a lei dispôs que a Prefeitura ficaria obrigada a promover a substituição da tração animal dentro do prazo de 4 anos (PELOTAS, Lei 6.321, 2016, art. 26, § VIII). Em julho de 2016, a Prefeitura Municipal de Pelotas anunciou o lançamento de um edital para a apresentação de protótipos de veículos de tração humana, para a substituição gradual dos VTAs (MENGUE, 2016).

As famílias que utilizam VTAs dependem de áreas livres e com pastagens para manter seus animais, não raras vezes terrenos particulares, alvos de empreendimentos imobiliários, ou áreas do município, como as margens do Canal São Gonçalo. Amiúde fazem uso de zonas sob a mira da “higienização” da cidade, consideradas nobres ou em pontos estratégicos para o que o poder público e setores empresariais entendem por desenvolvimento. Frequentemente, essas pessoas e seus animais estão instalados em lugares sem plena infraestrutura, e muitas vezes em condições bastante precárias, em regiões sujeitas a alagamentos e longe dos serviços básicos, em meio a detritos que aumentam o risco de proliferação de diversas zoonoses. Devido a isso, os cavalos podem ingerir resíduos plásticos e outras matérias prejudiciais, adoecendo e interferindo no rendimento econômico das famílias, que dependem da saúde dos equinos para trabalhar (ARAUJO *et al.*, 2015). O uso dos espaços urbanos por essas comunidades marginalizadas dá ensejo a uma proposta metodológica transdisciplinar, como o proposto por Little (2006). Para o autor, a pesquisa ecológica trabalha costurando os lados supostamente opostos - o mundo da natureza e o mundo da cultura, sendo que somente a eliminação da distinção entre ambos poderia conduzir a uma ciência verdadeiramente ecológica. A abordagem antropológica pode contribuir nos conflitos socioambientais. Para Little,

> Um conceito propriamente antropológico do conflito vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que nem sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas. Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. (...) a etnografia dos conflitos socioambientais explicita as bases latentes dos conflitos e da visibilidade a esses grupos marginalizados. Nesse sentido, o uso de uma metodologia etnográfica representa um aporte significativo da antropologia à ecologia política. (LITTLE, 2006, pp. 91-92)

Bruno Latour (1994) problematiza a dicotomia natureza/cultura, dizendo que o projeto da Modernidade criou um afastamento entre esses dois mundos. Ou melhor, criou esses mundos e depois afastou-os, enunciando uma suposta impossibilidade de simetria entre eles. A noção de cultura surge do afastamento moderno do mundo natural, entendido como o mundo pouco ou não manipulado pela humanidade. O projeto da Modernidade supõe a separação entre humanos e não humanos. A falibilidade disso manifesta-se no que o autor chama de híbridos (quase-sujeitos, quase-objetos), que se proliferam, subvertendo a prática de purificação, ou seja, de separação da natureza e da cultura. Para Latour, jamais fomos modernos porque a "constituição moderna" jamais se efetivou. A Modernidade declarou distinção ontológica entre humanidade e animalidade, natureza e cultura, sujeito e objeto, no entanto é caracterizada pela "hibridização" dessas distinções. A integração de humanos, outros animais e artefatos compõe o que Tim Ingold (2012) chama de malha. A malha de Ingold é pensada como uma intrincada teia de agentes que se interferem mutuamente, à revelia de arbitrárias distinções ontológicas estabelecidas por humanos. Este último conceito se contrapõe à noção de rede de Latour, que para Ingold peca por preservar uma divisão metafísica entre sujeitos e objetos, imputando uma agência fetichizada aos últimos e não dando conta da complexidade da distribuição de fluxos e sentidos (INGOLD, 2012).

Assim, um charreteiro representa um híbrido, situado entre o rural e o urbano, praticando uma atividade típica do campo nas ruas da cidade? Penso que é melhor pensado como um conjunto que dinamiza esses e outros polos. Esse trabalhador usa um animal de grande porte, que ativa o imaginário de fazenda (ainda que sempre tenha participado das cidades), para puxar um veículo com pneus aptos ao asfalto urbano. Habita a cidade, mas em suas áreas mais próximas às árvores, córregos, terra e lodo. Seu cavalo é animal de trabalho, mas também de estimação.

Confunde as temporalidades, em sua prática considerada por muitos arcaica e incompatível com a atualidade, ao mesmo tempo em que é vanguarda ao coletar materiais recicláveis. Esse charreteiro genérico é, para o senso comum, “vítima” e “vilão”: um exemplo acabado dos frutos da injustiça social que persiste em nosso país, por isso objeto de atenção pública e de programas sociais; paralelamente é algoz contumaz de animais débeis e subnutridos que padecem entre os automóveis.

Dados levantados junto a discentes e docentes do curso de Medicina Veterinária da UFPel, (assim como a própria experiência durante estágio no Hospital de Clínicas Veterinárias), apontam para a riqueza nas relações entre essas pessoas e seus cavalos, formando modos de vida muito mais complexos do que a mera instrumentalização visando o trabalho. Na maior parte dos casos é mesmo possível falar em família multiespécie (INGOLD, 1995). As pessoas que utilizam VTAs estão, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social. A coleta de materiais recicláveis e os fretes costumam ser suas únicas ou principais fontes de renda, e a pressão para que se elimine o uso de cavalos deve vir acompanhada de alternativas consistentes para essas famílias. Tais veículos são mal vistos por um número crescente de cidadãos, que encaram seus condutores como agressores. Essa visão vem acompanhada de desconhecimento em relação a outras atividades que fazem uso de cavalos e que podem ser igualmente ou mais prejudiciais aos animais, como turfe, hipismo e esportes equestres em geral. Exercícios físicos são benéficos e necessários para os cavalos, mas quando lhes é exigida alta performance as chances de problemas aumentam. Os chamados “cavalos atletas” são frequentes vítimas de lesões. As lombalgias, por exemplo, acometem a maioria deles (BARRETO, NEGRUCCI e PESSINATTI, 2021).

Balanço feito entre 250 famílias do Projeto Ceval (ação interdisciplinar de auxílio a charreteiros e seus animais, promovido em parceria entre UFPel e Ecosul), em 2006, apontou que 80% tinha renda menor que um salário mínimo, 75% era fruto do êxodo rural, 85% não possuía a documentação básica e 30% das crianças em idade escolar estava fora das salas de aula. Essas famílias subsistem da reciclagem e habitam as proximidades do canal São Gonçalo (POSSA, 2007).

Como apresentado por Liza da Silva (2014), o êxodo rural dá ensejo a práticas que recriam no ambiente urbano certas vivências que os ex-campeiros experimentaram anteriormente. A vinda do campo para a cidade muitas vezes joga trabalhadores e trabalhadoras em situações de subemprego ou de trabalhos

sazonais, populares *bicos*, ou *changas*, no linguajar sul-rio-grandense. O uso de tração animal não reflete, necessariamente, ausência de outras opções, mas também pode ser uma preferência que leva em conta a preservação de um elo com um cotidiano anteriormente vivenciado. Nesse cenário, trabalhos que dispensem o uso dos cavalos são preteridos por muitas pessoas. Em determinadas situações, existe a opção por outras fontes de renda, mas aliada a um esforço pela manutenção do cavalo como companheiro, junto a cães e gatos. Isso explica a resistência de muitas famílias em deixar áreas marginais, propensas a inundações, lodo e infestações de parasitas. Fora dali, teriam de abrir mão de seus cavalos, que muitas vezes são partes do que Digard (1999) chama de família estendia.

Ao estudar os domadores de cavalos, Lima (2015) enfatiza a relação complexa que existe entre esses e os artefatos utilizados. Uma ampla gama de objetos contribui para o ofício do domador, expondo a agência não-humana no processo. Além disso, um conjunto de saberes e observações sobre os equinos, os fenômenos meteorológicos e outros fatores acabam por adensar a simetria entre humanos e não humanos. Para os charreteiros frutos do êxodo rural se impõe a mudança e a ressignificação de suas práticas e saberes. Em contexto de precariedade habitacional e laboral urbana, todo o processo de doma e de construção e manutenção de charretes acaba por sofrer modificações, desafiando essas pessoas a se adaptarem às especificidades do novo meio. Por todo o Brasil, vários projetos de ações sociais voltadas a trabalhadores de tração animal foram implementados com sucesso (FONTEQUE *et al.,* 2010; KANNENBERG, 2013). Em Pelotas, a “Ação de atenção a charreteiros e catadores de lixo de Pelotas, RS”, programa implantado em 2006, atende atualmente cerca de 700 famílias. É composto por equipe multidisciplinar que realiza diversas atividades com as famílias que trabalham com VTAs. A faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas mantém um ambulatório que presta atendimento gratuito aos cavalos, cães e gatos dos charreteiros. A iniciativa serve, a um tempo, para a formação dos estudantes e benefício das famílias em questão, atendendo ao princípio de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Pública. O cadastramento foi feito por uma assistente social. O cadastro socioeconômico constatou que as famílias têm características comuns que podem ser observadas entre a maioria delas: possuem muitos filhos, são lideradas por pessoas com menos de 40 anos de idade, de baixa escolaridade e pouco vínculo

com direitos sociais básicos. A análise da renda das famílias situa a maioria delas abaixo da linha da pobreza. Mais de 75% encontra-se entre o analfabetismo e a 5ª série do ensino fundamental (*ARAUJO et al.*, 2015).

A ação objetiva minorar a condição de vulnerabilidade e exclusão social, através de informações sobre nutrição, vacinação e outras sobre os equinos, para melhorar sua sanidade e consequentemente otimizar o bem-estar e o aproveitamento econômico dos animais. A atuação interdisciplinar promove, ainda, atividades educativas e recreativas para as crianças, reforço escolar e educação de higiene geral e dentária. Ocorrem também atividades de educação sobre o trânsito e incentivo à sinalização dos VTAs.

A problemática de garantir a tantas famílias uma alternativa segura de renda é agravada pela baixa escolarização da quase totalidade delas. A não ocupação de postos de trabalho formais pelos charreteiros se deve, em grande parte, à exclusão do mercado de trabalho pela falta de educação formal (OLIVEIRA *et al.*, 2007). Um estudo de caso deste contexto permite realizar a etnografia como uma contra-hegemonia (BLOMMAERT, 2015), trazendo mais pluralidade ao debate.

IV – Andar, olhar e fazer: percursos metodológicos

Nesta pesquisa procuro etnografar as práticas cotidianas, narrativas e trajetórias das pessoas que utilizam a tração animal na zona urbana de Pelotas, considerando, prioritariamente, as suas relações com os animais e com a cidade. Além disso, contemplo a atuação de docentes e discentes do curso de Medicina Veterinária e suas vivências no ambulatório que atende os animais dos charreteiros, assim como as diversas atividades com a comunidade.

A pesquisa fundamenta-se no método etnográfico e apoia-se, prioritariamente, na técnica de observação participante, orientada por Malinowski (1984), que a propunha como forma de apreender o ponto de vista do nativo. Entretanto, de maneira menos pretensiosa e epistemologicamente mais aceitável, pretendo apenas me aproximar desse ponto de vista. Gilberto Velho (1987) aponta as dificuldades de uma tentativa de se colocar no lugar do outro, o que demandaria um mergulho difícil de conceber dentro do universo pesquisado. Por mais arguto que seja o pesquisador e por mais sofisticado o seu arcabouço teórico, algumas

limitações permanecem. Por isso a proposta de objetividade relativa, que pode ser alcançada através da crítica da própria cultura (WAGNER, 2012), desempenha papel teórico importante a permear a metodologia. Cardoso de Oliveira (2000) considera que a observação participante tem como peculiaridade os atos de olhar e ouvir, proporcionando a vivência de uma realidade distinta, que resultará em uma interpretação posterior. Em termos metodológicos são também importantes as contribuições de Colette Pétonnet (2008), no que se refere à observação flutuante, uma vez que a pesquisa é realizada no contexto urbano e na mesma cidade em que resido, oferecendo oportunidades cotidianas e imprevisíveis de observação. O diferencial deste método é que o pesquisador deve se manter disponível, sem mobilizar sua atenção para qualquer objeto preciso, especialmente aproveitando os espaços públicos desprovidos de obrigação (PETONNET, 2008).

Fotografias também fazem parte das técnicas da pesquisa. Elas são entendidas como instrumentos teórico-metodológicos de investigação sistemática, como diz Guran (1986), considerando-se os preceitos éticos inerentes, que levam em conta a prevalência da autonomia e vontade dos sujeitos com os quais se pesquisa (ROCHA *et al.*, 2009). No entanto, seu uso suscita dilemas éticos, porque diversos interlocutores mostraram desconforto com a ideia de serem fotografados, eles e/ou seus animais.

Optei por fazer fotografias que, além de consensuais, não mostrassem rostos. Não no sentido de acobertar maus-tratos, mas pelo evidente mal-estar de alguns interlocutores quando sugeria tirar fotos. O panorama de proibições e denúncias deixa vários deles receosos quanto às implicações do uso de suas imagens. Complementarmente recorri aos desenhos, realizando diários gráficos, conforme mostra Eduardo Salavisa (2008). A contribuição das ideias de Aina Azevedo (2016) também foi muito importante, pois a partir delas compreendi que o desenho é uma valiosa ferramenta para o pensamento. Não deve, necessariamente, ser encarado como um resultado final, como registro de dados empíricos, muito menos como um elemento decorativo do texto, mas um fio condutor das reflexões e expressão de impressões latentes em campo, impossíveis de serem descritas objetivamente, embora capazes de dar conta de estruturas profundas e invisíveis das relações intersubjetivas ao longo da investigação. Para a autora, a realização de um desenho requer um investimento na observação, trazendo à tona elementos eventualmente desconhecidos (AZEVEDO, 2016). Isso ficou muito claro quando deixei o medo e a

vergonha de desenhar de lado, com grande auxílio de oficinas de desenho promovidas no LEPPAIS (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som, UFPel), pelas professoras Claudia Turra Magni e Vivian Herzog (MAGNI *et al.*, 2018). Ao encarar o ato de desenhar como um propulsor da percepção, ignorando as dificuldades técnicas e a ausência de um resultado estético apreciável, pude notar o quanto meu olhar e minhas reflexões se enriqueceram (BARRETO, 2017).

A observação atenta das charretes e do seu aparato correspondente me remeteu ao que Vander Velden (2019) chama de artefatos multiespécies, ou multiespecíficos. Uma charrete combina parcelas de corpos de ao menos 3 espécies: a humana, a do animal que a traciona e a do vegetal, que compõe a matéria prima da maior parte do veículo. Além da conexão material, objetiva, existe a conexão simbólica própria do nosso terreno intersubjetivo, que comunica uma plêiade de percepções e sensibilidades sociais e políticas. Ao conferir a mim mesmo a liberdade de desenhar esse emaranhado, avancei muito mais na percepção de formas, texturas, proporções e marcas de tempo e uso em cada pedaço de objeto e nos próprios corpos humanos e equinos que via (MAGNI *et al.,* 2018).

Fotografias e desenhos aparecem aqui como ferramentas epistemológicas, mas também como recurso poético e experimental que envolve a celebração da alteridade através do diálogo, promovendo a reflexividade e a transformação da compreensão de nós mesmos e do mundo (AUSTIN, 1996).

O contexto da pesquisa traz diversos outros, com discursos divergentes, não somente entre charreteiros e não-charreteiros, mas entre esses próprios profissionais. Um desafio metodológico importante é dar conta dos conflitos de percepções (SNYDER, 2005), já trespassados pela própria percepção do pesquisador. A aproximação a esses conflitos é fortemente beneficiada por metodologias que permitem um estudo no campo virtual, como apresentado por Christine Hine (2015), encarando a internet como cultura e como teia de relações complexas. Nela, o ativismo em prol do bem-estar animal encontra sua grande força de expressão e convencimento, de modo que a arena virtual é, também, uma arena política.

2020 trouxe a pandemia de Covid-19, impondo mudanças às quais ninguém ficou indiferente, embora o impacto em cada pessoa e segmento social tenha sido diverso, de acordo com inúmeras variáveis. Isso dificultou a etnografia que vinha

sendo realizada, de modo que foquei em três eixos principais: a pesquisa teórica sobre os temas afins, a análise das movimentações políticas e legais sobre a tração animal e, finalmente, a pesquisa de campo direta com os animais não humanos e indireta com os humanos de minha pesquisa.

Tornemos a última parte mais inteligível: aproveitei que residia nas proximidades de uma zona da cidade na qual os cavalos marcam presença para observá-los e colher indícios das atividades humanas, fazendo uma espécie de “etnografia indireta”, na falta de um termo melhor. Como portador de doença respiratória crônica e coabitando com pessoas na mesma situação, até então sem vacinas, foi o que me pareceu mais prudente. Apesar da frustração em não poder estabelecer o contato humano que gostaria, essa alternativa rendeu alguns materiais e reflexões não de todo desinteressantes, como veremos logo mais.

CAPÍTULO 1 – CASCOS DA DISCÓRDIA

O encontro das ferraduras com o asfalto deixa, pouco a pouco, de ser banal. Enquanto as ferraduras tocavam as ruas de terra ou paralelepípedo, pouco repercutia na sociedade a preocupação com o bem-estar animal. O advento do asfalto e, com ele, de certa imagem de modernidade, traz consigo expectativas tais que incompatibilizam outras matérias, materiais, concepções e modos de ver e viver o mundo. Certos fatos cotidianos parecem, por um tempo, envolvidos em perene aura de ordinários. A mudança, muitas vezes, começa com o prenúncio de sua descontinuidade ante certas inovações, seja uma descontinuidade abrupta ou um descaminho gradual. Quando os veículos automotores se fizeram anunciar nas revistas vindas do estrangeiro e nas eufóricas notícias radiofônicas, muita gente já considerava a tração animal com os dias contados. Quando, nas praças, roncou com força o motor dos primeiros automóveis, pareceu materializar-se a até então promessa de que o futuro chegaria. E chegou com ruído suficiente para abafar o bater de cascos e os relinchos.

Acontece que a modernidade não costuma chegar expulsando suas supostas antíteses, ao menos não com a arremetida heroica pretendida por muitos. As coisas mudam, mas, como alerta Bruno Latour (1994), o projeto ocidental da modernidade nunca se efetivou plenamente. A tensão dramática entre o devir desejado e o arcaico insistente ganha coloridos ainda mais interessantes neste Ocidente contestável, desde o qual se desenrolam os fatos que seguem.

1.1 - *Anthropos* em segundo plano?

Uma pergunta se levanta: estamos animalizando demais a Antropologia? Embora outras espécies animais sejam um tópico antigo dentro da Antropologia Social, ainda suscitam questionamentos quanto a sua pertinência como eixo temático. Uma prova disso é que diversos autores têm produzido textos que ratificam e contextualizam a proposta (MULLIN, 2002; SEGATA, 2014; VELDEN, 2015 *et al*.). A sempre citada monografia de Evans-Pritchard sobre os Nuer - e seu gado (EVANS-PRITCHARD, 2011) - assim como as reflexões de Lévi-Strauss e sua afirmação de que os animais são bons para pensar (LÉVI-STRAUSS, 1989) são mostras de que o assunto não é novo. Se mesmo assim é, ainda hoje, necessário ponderar sobre a questão, não devemos isso a um grande impasse teórico, a um entrave epistemológico ou a divergências de qualquer sorte, mas fundamentalmente aos trabalhos produzidos sobre as relações entre humanos e não humanos, os quais vêm acompanhando as dramáticas mudanças que permeiam a maneira de considerar e interagir com outras espécies na maior parte do mundo.

> A noção de modernização, tão cara à sociedade brasileira, tem sido pouco analisada à luz dos *Animal Studies*, principalmente no que se refere aos processos de transformação dos arranjos sócio-espaciais envolvendo as relações humanos-animais no cotidiano urbano ou rural (OSÓRIO e SILVEIRA, 2019, p. 2).

São justamente essas transformações que conduzem à escolha teórico-metodológica deste trabalho, cujo enfoque é múltiplo, mas que necessita de um ponto de partida e de um fio condutor. Parto da percepção de que, se os veículos movidos por tração animal vêm enfrentando grande oposição ultimamente, em parte é porque os animais utilizados nessa tarefa estão sendo vistos como sujeitos de direitos por parcela cada vez maior da população. Os direitos dos animais são defendidos por grupos diversos, nem sempre de acordo sobre o grau e a extensão desses direitos. Em um leque que abrange do veganismo a propositores do chamado abate humanitário, a sociedade ocidental[4] reage em conjunto, ainda que diversamente, aos papéis aceleradamente cambiáveis dos outros animais em relação a nós, em direção ao que Wolch (1996) chama de zoópolis.

[4] Embora vaga e imprecisa, a menção à “sociedade ocidental” facilita o andamento da escrita e permite delinear recortes neste texto.

Encabeçando a lista dos pensadores contemporâneos mais influentes sobre a questão, o filósofo Peter Singer é reconhecido por sua célebre obra Libertação Animal (*Animal Liberation: A New Ethics for Our Treatment of Animals*, 1975), fonte de inspiração para muitos ativistas ao redor do mundo. Nela, Singer reflete sobre o conceito de especismo, categorizando atitudes especistas como tão moralmente inaceitáveis quanto as racistas e sexistas. Inserido na tradição utilitarista, o autor toma como parâmetro ético a promoção de prazer ou de dor que uma determinada ação é capaz de provocar. Muitas outras espécies têm respostas tão ou mais sensíveis do que as nossas diante de medo, pânico, dor, frustração e outras sensações; portanto, elas manifestam interesse equiparável ao nosso em evitar tais malefícios. O fato de terem capacidades cognitivas diferentes não abre precedente para que provoquemos seu sofrimento, já que o que está em jogo não é a capacidade de formular e resolver equações, por exemplo. São seres sencientes, e isso basta para que seu direito a uma vida digna seja assegurado. A senciência é a capacidade de determinado ser vivo de ter sensações e impressões complexas, incluindo respostas emocionais, dos fenômenos que o atingem, característica amplamente compartilhada por mamíferos e aves, principalmente. Este conceito possui relevância política, estando presente, por exemplo, no artigo 6b do Tratado de Lisboa[5], assinado pelos países membros da União Europeia em 2007, e sendo um dos tópicos discutidos pelos parlamentares britânicos nos debates sobre a saída de seu país do referido bloco[6].

À Antropologia Social interessam as dinâmicas em nossa espécie que promovem mudanças em concepções morais, entre outras coisas. Jean-Pierre Digard (1999) propõe uma diferenciação entre dois grandes grupos de animais domésticos, os de companhia e os de produção. Para os primeiros, há hiperdomesticação e superproteção, enquanto aos segundos é reservada uma subdomesticação e uma rotina de maus-tratos. Isso permitiria aos ocidentais comer sem culpa animais tão sencientes quanto os de estimação. As criações e os frigoríficos permanecem distantes e intangíveis para a maior parte da população, fato que só se ampliou ao longo do século XX, com o êxodo rural e o inchaço das metrópoles - panorama que Richard Bulliet (2005) denominou de sociedades pós-

[5] Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:12007L/TXT> Acesso em: 01 jun. 2019.
[6] Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/bills/cbill/2017-2019/0005/amend/euwithdrawal_daily_cwh_1114.8-14.html> Acesso em 01 jun. 2019.

domésticas[7]. Colette Pétonnet (1991) observa que a cidade ocidental é caracterizada pela tentativa de domesticar a natureza-tempo-espaço, criando um universo artificial onde os elementos não produzidos pela humanidade são restringidos, de forma a denotar, simbolicamente, asseio e controle. Assim é a vegetação, mantida constrita ao que convém a tal simbolismo, circundada de mãos humanas postiças: vasos e canteiros. Do mesmo modo as águas, dejetos e animais em geral. Uma cidade perderia a razão de ser, do ponto de vista do simbolismo que a gera e mantém, se a vegetação e os animais competissem com as pessoas pelo espaço. Uma cidade onde cães e gatos fugissem do controle e se asselvajassem[8] a ponto de alterar, ou mesmo impedir as atividades humanas, seria considerada inviável, posto que seria menos humana, por menos apta aos afazeres de nossa espécie. A cidade segundo o projeto da modernidade faz sentido com o controle de todos os elementos com potencial de alterar a ordem das coisas, aí inclusas as classes sociais, profissões, lazeres e demais formas de ser tidas como marginais ou intersticiais.

Os bastidores da produção animal de escala industrial ganharam crescente e constante publicidade com o advento da internet. Embora a preocupação com,- os direitos animais não seja coisa recente[9], é ponto pacífico que a troca de informações proporcionada pelo mundo virtual potencializou essa e praticamente todas as outras pautas imagináveis. Isso traz, paulatinamente, uma mudança na relação com outros animais, que acaba expressa, inclusive, em hábitos de consumo. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (ABINPET), nosso país é o segundo do mundo em população de cães, gatos e aves canoras e ornamentais.[10] Além disso, 2018 consagrou o Brasil como o segundo maior mercado pet do mundo[11]. A linha divisória que cultivamos entre nós e outras espécies vai aos poucos esmaecendo, e se antes era ela a salvaguarda teórica de

[7] Buillet esclarece que o conceito foi pensado como descritivo, reunindo aspectos da vida cotidiana das sociedades ocidentais contemporâneas, e diferenciando-se por não ter uma carga política análoga a outros “pós”, como pós-moderno e pós-colonial.

[8] Havia pensado no termo “feralizassem”, já que existe diferença entre selvagem e feral. Percebendo que esse verbo não existe em português, proponho sua utilização futura, acreditando que faz todo o sentido diante da existência da palavra “feral” e das implicações de toda ordem que as espécies ferais têm.

[9] Podemos retroceder, pelo menos, a 1824, com a fundação da Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals, em Londres. No Brasil, a primazia é da União Internacional Protetora dos Animais (Uipa), fundada em São Paulo-SP, em 1895 (OSTOS, 2017).

[10] Disponível em: <http://abinpet.org.br/mercado/> Acesso em: 21 abr. 2019.

[11] Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-fecha-2018-como-segundo-maior-mercado-pet-do-mundo-2vhq0n3uempvkgdcm8arh382j/> Acesso em: 21 abr. 2019.

explorações de todo tipo, agora, embotada, abre espaço para o questionamento de muitas práticas corriqueiras. O enfraquecimento dessa divisa interespecífica reluz entre as causas e sintomas da crise contemporânea do pensamento dualista que, para Tim Ingold, invade nossa concepção de ser humano, fornecendo o vocabulário com o qual a expressamos (1995). Ou seja, a imprecisão do conceito de natureza deixa vulnerável a salvaguarda epistemológica que criamos para nos diferenciar de outras espécies. O animal sujeito de direitos emerge no mesmo compasso em que é borrada a fronteira que, precariamente, separa humano e animal, natureza e cultura. Analisando as mudanças de atitude em relação a plantas e animais na Inglaterra dos séculos XVI a XIX, Keith Thomas observa que o empenho em distinguir nossa espécie das demais teve relevantes implicações em nós mesmos. Pondera ele que "se a essência da humanidade era definida como consistindo em alguma qualidade específica, seguia-se então que qualquer homem que não demonstrasse tal qualidade seria sub-humano ou semianimal." (THOMAS, 2010, p. 55). Seguindo o raciocínio do autor, podemos dizer que o animal que demonstre certas qualidades pode ser considerado quase-humano ou supra-animal[12]. Esse status diferenciado é frequentemente observado em animais dotados de "humanização", como cães e gatos, configurando o que Tim Ingold (1995) chama de *família multiespécie*[13].

A maior parte das pessoas das sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, se perguntada sobre o que difere nossa espécie dos outros animais, tende a elencar, entre outras coisas, o discurso e a razão. Essas duas diferenças estão firmemente enraizadas em nossa longa história de especulação filosófica (BUILLET, 2005). O aumento dos movimentos reivindicatórios de direitos animais, por vezes, fornece a sensação de que essa diferenciação tende a tombar cedo ou tarde, endossada por descobertas mais e mais surpreendentes sobre capacidades comunicativas e sociais em outras espécies (NAWROTH *et al.*, 2019; RORVANG *et al.*, 2018). Mas não parece ser o caso, ainda que muitos ativistas invistam na atenuação dessa divisão

[12] Não é demais lembrar: me refiro aqui às percepções sociais. O debate científico sobre cognição animal e sobre se as diferenças entre nossas mentes e as de outras espécies são em gênero ou em grau é sumamente importante, mas não aqui e agora.

[13] A "quase-humanidade" ou "supra-animalidade" nem sempre se manifesta por características consideradas positivas. Em minha pesquisa (BARRETO, 2015) pude observar como os cães que atacam animais de criação são considerados mais espertos que outros animais e semelhantes aos humanos na medida de sua capacidade para trair e dissimular. De modo semelhante, Caetano Sordi (2017) evidencia o paralelo entre javalis e porcos asselvajados com abigeatários, nas percepções de pecuaristas da Fronteira Oeste do RS.

como promotora de equidade interespecífica. O conceito de senciência tem o peso suficiente para motivar a luta por melhores condições aos animais. Não é necessário proferir sentenças lógicas nem raciocinar como humano para sofrer, e esse é o ponto que permeia a discussão. No panorama pós-doméstico, ainda em Bulliet (2005), um animal doméstico é quase sinônimo de animal útil[14]. Essa utilidade é que é questionada, sendo uma justificativa cada vez menos aceita para a promoção de sofrimentos. Quando as pessoas se opõem a atitudes que consideram abusivas para outras espécies, não estão propriamente humanizando o animal, mas considerando-o um sujeito de direitos – primordialmente, do direito de não sofrer.

"Humanização" é um termo corrente e circula amplamente em meios acadêmicos e não acadêmicos. Em relatório sobre o mercado de produtos para *pets* da Euromonitor, há um tópico relacionando a “premiumisação”, ou a busca crescente por linhas *premium* em cosméticos e acessórios, à humanização igualmente crescente dos *pets*[15]. Sou da percepção de que, à revelia do emprego do termo, os animais têm sido encarados em sua própria dignidade e alteridade, e inseridos cada vez mais na intimidade familiar e moral humana, mas não percebidos ontologicamente como nós. Claro que essa percepção não é um fortalecimento do exclusivismo humano - que existe, assim como existe o exclusivismo de qualquer espécie (ainda que o conceito de espécie seja discutível em muitos casos). Uma interessante provocação é feita por Donna Haraway, ao afirmar que nós nunca fomos humanos. Gosta de pensar no fato de que apenas 10 por cento do nosso genoma é humano, sendo o restante genoma de bactérias, fungos e outros seres (HARAWAY, 2008). O interessante é perceber que a palavra “humanização” não significa uma incorporação das outras espécies à nossa ontologia, mas uma aproximação de simetria entre diferentes ontologias. Respaldam essa percepção as corriqueiras asserções que colocam nossa espécie em patamar inferior e elevam as demais, conforme observado em trabalhos de campo e nos discursos internéticos. Essa diferença perceptiva faz Buillet (2005) prognosticar um aumento na força reivindicatória dos apoiadores dos direitos animais, sendo pouco plausível que a maioria dos veganos e vegetarianos retorne à dieta onívora, por exemplo.

---

[14] O dicionário Merriam-Webster define *pet* como um animal mantido por prazer ao invés de utilidade. Mas o prazer auferido por sua companhia, muitas vezes às custas de confinamento e deterioração de sua saúde mental, não seria outra forma de utilidade?

[15] Disponível em: < https://www.euromonitor.com/pet-products-in-brazil/report > Acesso em: 21/04/2019.

O bem-estar animal é uma questão central no panorama social e político contemporâneo, mobilizando, de uma maneira ou de outra, a todos, seja pela via da ação ou pela cobrança por atitudes; e no mínimo pela vigilância dos demais. Como acertadamente coloca Segata (2014), a perspectiva não é a de identificar quem ou o que é um ator social, mas sim quando é.

1.2 - Cavalos são animais de estimação?

Começo esta parte dizendo que a pergunta do título ficará sem uma resposta cabal. O que podemos dizer é que *podem* ser animais de estimação. O caso do cavalo é particularmente interessante, não sendo um consagrado *pet* e nem um fornecedor de carne ou couro, ainda que, não raro, tenha essas "funções" no Brasil. Mas é, sem dúvida alguma, um animal doméstico. O conceito de domesticação constitui um debate à parte, cuja pormenorização não vai tornar esta discussão mais frutífera. É suficiente o proposto por Michel Serres, que define a domesticidade como "o conjunto de seres vivos que dependem de nós, e nós, deles" (2003, p. 124). Se os humanos desaparecessem repentinamente, os cavalos sobreviveriam, e nesse sentido não dependem de nós. Mas tais como são, hoje, apresentam determinadas características que, uma vez de volta ao estado selvagem, seriam perdidas ou atenuadas; justamente aquelas que o tornam diferente de seus análogos selvagens, cujo representante atual por excelência é o cavalo de Przewalski (*Equus ferus przewalskii*).

O avanço da luta antiespecismo tende a refletir a seletividade presente em nossa sociedade, ainda que isso desagrade muitíssima gente. No site do PETA (*People for the Ethical Treatment of Animals*), um dos mais conhecidos e atuantes grupos em defesa dos animais, existe uma relação de procedimentos e métodos para lidar com seres considerados pragas, como ratos, baratas e mosquitos, entre outros. A organização propõe o uso de métodos não-letais e não-violentos sempre

que possível[16]. Mas o fato é que existem animais que desfrutam de maior simpatia entre a população, sobretudo mamíferos. O cavalo é um tabu alimentar para a maioria dos brasileiros, e seu lugar entre nós tem sido, historicamente, o de fornecedor de transporte de pessoas e cargas, diretamente sobre o lombo ou como animal de tração. O Rio Grande do Sul possui o terceiro maior plantel equino do Brasil, atrás apenas de Minas Gerais e Bahia, que possuem territórios consideravelmente maiores[17]. Isso o coloca numa posição intermediária entre cães, gatos e outros consagrados *pets*, de um lado, e os típicos animais de produção, especialmente outros ungulados, como bovinos, caprinos e ovinos. A tentativa de caracterização do lugar equino se defronta com tantas dificuldades que parece ser melhor assumir que os mantenedores de cavalos são tão heterogêneos quanto os de cães e gatos. Ambiente rural, urbano ou intermediário? Fazenda, sítio, praia ou terreno? Fim desportivo, laboral, terapêutico ou policial? O que podemos afirmar é que, paralelamente à utilidade, cavalos gozam de certo prestígio intrínseco, que pode ser verificado tanto nos esportes equestres quanto no cancioneiro e romanceiro populares de todo o país.

O cavalo aparece exaltado em prosa e verso por todos os períodos da literatura nacional (PEIXOTO, 1940), e no Rio Grande do Sul com particular relevo. Isso reflete particularidades históricas que permitiram a disseminação de gigantescas manadas de cavalos em estado livre no período colonial, impactando toda a vida material dos habitantes da região e a base produtiva dos primeiros estabelecimentos rurais, com reflexos até os dias de hoje. O culto aos equinos em terras sul-rio-grandenses encontrou amparo e fomento em movimentos culturais como o tradicionalismo e o nativismo, mas originou-se anteriormente, como atestam os registros de literatura, tanto oral quanto acadêmica (SILVA, 1930; LESSA, 1963; CESAR, 1971; VILLAS-BÔAS, 1974; CHAVES, 1979; BERNARDI, 1997). Não obstante a luta pelo bem-estar animal se estender por grande parte do reino, alguns animais são mais visíveis, e a espécie equina é uma das que mais recebe ações a seu favor. A visibilidade ocorre por eventos de grande divulgação, como rodeios,

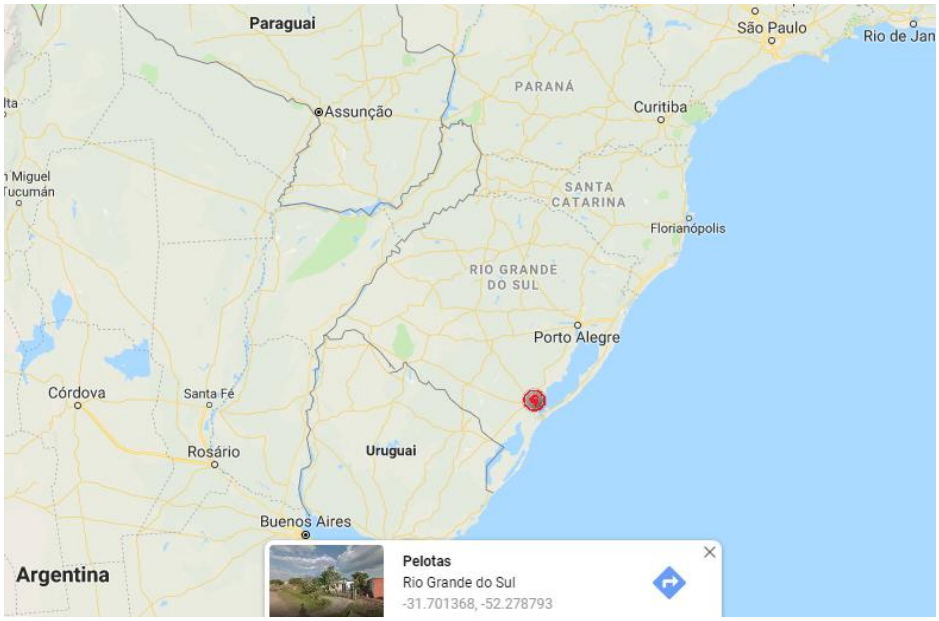
[16] Disponível em: <https://www.peta.org/about-peta/faq/what-about-insects-and-other-pests/>. Acesso em 21 abr. 2019.
[17] Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html?localidade=0&tema=75665> Acesso em 05 jun. 2019.

corridas e esportes equestres em geral, e por sua circulação como animais de transporte no perímetro urbano.

Se muitas pessoas preferem não saber o que acontece dentro dos frigoríficos, com relação à tração animal não é muito fácil ignorar, já que o fenômeno chega à vista a qualquer hora dentro das cidades. Acompanhando todo o processo descrito de maior sensibilização pelo bem-estar de outras espécies, surgiu um movimento de eliminação de veículos de tração animal por todo o mundo, obtendo êxitos em várias cidades, inclusive em nosso país. A iniciativa talvez pioneira foi a criação da *American Society for the Prevention of Cruelty to Animals*, em Nova York, em 1866. O fundador, Henry Burgh, resolveu fazer algo motivado pela indignação ao ver muitos cavalos maltratados nas ruas da cidade (BEKOFF *et al.*, 2009). Em 2014, Israel se tornou o primeiro país do mundo a abolir veículos puxados por cavalos e asnos[18]. As articulações são dinâmicas e mobilizam um número cada vez maior de simpatizantes pela causa. A busca pela palavra-chave *carroça* em motores de busca virtuais ou em redes sociais conduz a galerias horripilantes de animais feridos, mutilados e desnutridos, mortos ou à beira da morte. A imprensa convencional veicula, com certa frequência, casos assim, provocando a indignação da população. Para muitos, charrete acabou virando sinônimo de crueldade, e o posicionamento pelo seu fim é esperado como dever moral de toda pessoa razoável. Como já foi sinalizado anteriormente, e como veremos em mais profundidade em capítulos posteriores, essa postura incorre em uma simplificação que pode ter consequências negativas se houver um reducionismo propositor de proibição pura e simples.

1.3 - Onde pisam os cascos

[18] Disponível em < https://www.peta.org/blog/israel-becomes-first-country-ban-horse-drawn-carts/ > Acesso em 21 abr. 2019.



Localização da cidade de Pelotas, assinalada em vermelho.

Por que existem - tantas - pessoas que utilizam charretes em Pelotas? Como citado na introdução, um número muito expressivo delas (ou sua maioria, em alguns pontos da cidade) veio da zona rural. Por que abandonaram o campo? Pelotas virou destino apenas por ser próxima aos seus lugares de origem, ou existem outros motivos? Vindas para a cidade, por que optaram por esse meio de vida? Sugiro que não seja apenas por falta de outras oportunidades, e embora crise e desemprego tenham seu peso, também entra na balança uma escolha deliberada. Essa escolha tem relação com a afinidade a um modo de vida anteriormente experienciado, na zona rural ou na cidade, em que a relação com os cavalos era central, seja pelas experiências diretas, seja pelas de seus pais, avós ou outros parentes. Além disso, muitos charreteiros consideram que seu meio de transporte permite liberdade e autonomia, além de uma relativa segurança, que os influenciam a seguirem em seu ofício. Esses motivos subvertem as expectativas convencionais dos setores mais escolarizados da população, que enxergam o trabalho formal como a melhor escolha.

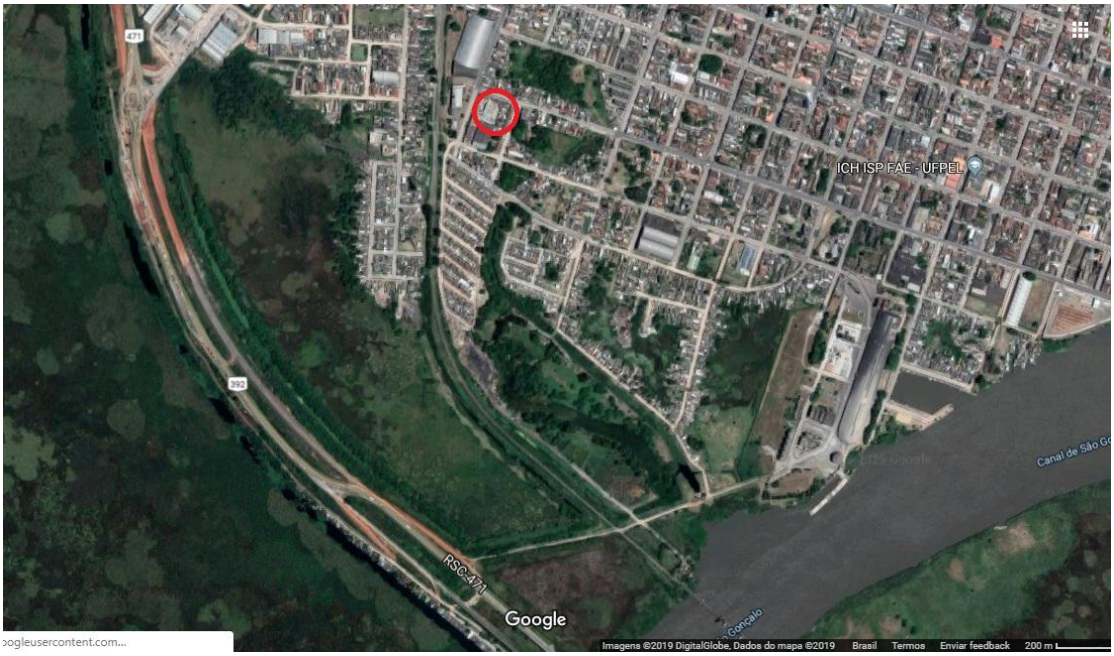
Vale repetir: os responsáveis por cavalos são tão heterogêneos quanto os de cães e gatos. Mas os tristes casos de maus-tratos, por vezes explorados pela mídia, acabam reforçando no imaginário coletivo a ideia de que charreteiros são torturadores de animais, perversos e egoístas.

Entretanto, no parecer de médicas e médicos veterinários que trabalham ou trabalharam diretamente com essa população, a grande maioria dos charreteiros de Pelotas, na medida de suas possibilidades, zela pelo bem-estar de seus animais e repudia a crueldade desses casos terríveis de maus-tratos. Veremos, através da etnografia, de que modo sua lógica laboral contraria a lógica hegemônica.

O contato mais direto com os sujeitos da pesquisa começou com visitas ao Ambulatório Ceval, da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal de Pelotas. Acompanhar a dinâmica do local permitiu a conversa com muitos responsáveis por animais – não só de cavalos, visto que lá são atendidas várias espécies. O Ambulatório Ceval costuma realizar, desde 2007, atividades anuais de dia das mães e natal, custeadas pelos próprios professores e alguns poucos colaboradores. Essa é uma das razões para que haja um vínculo bastante estreito com a comunidade atendida. Nesses dias, e eventualmente em outras datas do ano, discentes e docentes realizam ações e promovem aproximação com a comunidade. Isso interessou a um grupo do curso de Psicologia da UFPel, que criou o Projeto de Extensão Histórias e Memórias dos Carroceiros de Pelotas (PREC/CEAD/Psicologia/UFPel). O projeto consistiu em oficinas de artesanato, apresentações musicais, palestra sobre saúde da mulher e diversas atividades lúdicas com crianças, entre outras coisas, realizadas por estudantes dos cursos de Medicina Veterinária e de Psicologia (RODRIGUES, 2014). Isso indica uma inserção da Universidade na comunidade, e do mesmo modo aponta para a inserção dessa comunidade em práticas da Universidade. Grande parte das pessoas que leva seus animais para atendimento no ambulatório é constituída por moradores do Loteamento Ceval, que estão já habituados à "liturgia" da instituição. Muitos levam seus animais há muitos anos, tendo absorvido boa dose de conhecimentos sobre doenças e manejo sob a ótica acadêmica. Essa relação rege o modo de interação entre universidade e comunidade. Para os autores, a sua participação nessas atividades afetou diretamente a percepção que tinham sobre a realidade dos moradores do local. De maneira semelhante, muitos foram os relatos, ao longo da pesquisa, de ajuste da percepção por quem entrou em contato mais próximo com charreteiros.

A maioria das pessoas com quem tive contato mora nos arredores, no Loteamento Ceval (daí o nome do ambulatório) e outros pontos próximos, embora sejam atendidas também pessoas de lugares bem distantes dali. Durante a

pesquisa, transitei pela localidade diversas vezes, acompanhado de moradores ou docentes e discentes do curso de Medicina Veterinária. Essas idas e vindas ao longo do canal São Gonçalo (não necessariamente nas margens, mas mais nas várzeas adjacentes) me levaram a imaginá-lo como ponto de partida das reflexões que surgiam. Percebi a estreita ligação entre as pessoas com as quais conversava e aquela paisagem, cujo espaço permite que tenham seus animais de grande porte. Na fotografia de satélite a seguir é possível ter uma melhor noção da região:



Circulado em vermelho está o Ambulatório Ceval, junto ao prédio do curso de Engenharia Industrial Madeireira da UFPel. Reparem-se as muitas áreas não edificadas nas proximidades e trecho do canal São Gonçalo a sudeste.

A região mais meridional do Brasil teve sua ocupação europeia voltada para o uso estratégico de grandes rebanhos de bovinos e equinos que se proliferaram no local, antes da posse definitiva pelas coroas de Portugal ou Espanha. Essa riqueza sobre cascos foi explorada em todos os seus produtos e subprodutos, com a então Capitania do Rio Grande de São Pedro sendo vista como local importante para o abastecimento de outras latitudes portuguesas (SANTOS, 2006). Com o ciclo do charque iniciando no final do século XVIII, a cidade de Pelotas ganhou importância, inserindo-se no comércio atlântico internacional e angariando enormes fortunas, graças aos rebanhos abundantes, à mão-de-obra escravizada e ao fácil escoamento fluvial da produção (VARGAS, 2016).

Pelotas praticamente começou pelo canal São Gonçalo, curso d'água que antigamente era chamado de "Sangradouro da Mirim", por conectar a Lagoa Mirim à Laguna dos Patos. Em 1812 foi feito o primeiro loteamento urbano, no Passo dos Negros, nas margens do canal, reconhecido pelo príncipe regente do Império, Dom João. A proposta urbanística era implementação de seis quarteirões, mas a ideia foi inviabilizada sob os argumentos de mau cheiro dos dejetos da produção de charque, assim como do perigo de rebelião que isso representaria devido à grande quantidade de trabalhadores escravizados nas charqueadas. Ademais, o interesse e a força política de proprietários de terrenos situados mais ao norte também influenciou na decisão sobre a região onde o núcleo urbano acabaria tendo início (GUTIERREZ, 2011).

Embora a urbanização não tenha se efetivado a partir do Passo dos Negros, a região acabou tendo grande importância, principalmente devido à sua conexão com as charqueadas, o porto e empreendimentos, como o Engenho Pedro Osório. Segundo Ester Gutierrez (2011, p. 165), o número de charqueadas e, consequentemente, a densidade de população escravizada, aumentavam à medida que se aproximava a confluência do Arroio Pelotas com o Canal São Gonçalo. Essas vias hidroviárias eram importantes para o escoamento da produção do charque e para o despejo de dejetos oriundos da atividade, daí a concentração de quase todas as charqueadas nesses dois cursos d'água.

Em 1889 começou a florescer o empreendimento do pelotense por adoção, Pedro Luís da Rocha Osório, que, vindo de Caçapava do Sul, já se encontrava na cidade desde 1871. Através da compra de uma charqueada, fundou a Pedro Osório & Cia., em sociedade com Coronel Alberto Rosa. A partir de 1907 começou a orizicultura, e após um início difícil e de parcas colheitas, o negócio foi crescendo a ponto de o Coronel ter ficado conhecido como o Rei do Arroz, e sua empresa, considerada a primeira do mundo nessa cultura (OSORIO, 1962).

A seta aponta para as ruínas do Engenho Pedro Osório, no local conhecido como Passo dos Negros. À direita da imagem observamos a confluência do Arroio Pelotas com o Canal São Gonçalo, e por toda a parte estão as áreas “vazias”, tanto públicas como particulares, para onde a cidade se expande. Essas áreas são utilizadas por muitas famílias para o fornecimento de pasto aos cavalos e outros animais.

Existe uma ligação histórica dessa zona ribeirinha com o setor primário. Não obstante, a primeira expansão urbana após o surgimento do núcleo inicial deu-se em direção ao sul, com o acréscimo de quinze ruas rumo ao Canal São Gonçalo, já quando da elevação da vila à cidade, em 1830 (MAGALHÃES, 2005, p. 33). A proliferação de indústrias próximas ao porto da cidade acabou contribuindo para a urbanização da região, com casarões imponentes principalmente nas atuais ruas Benjamin Constant e Conde de Porto Alegre. Paralelamente, as moradias irregulares também marcaram presença, ocupando as margens propriamente ditas. Tais trechos, imediatos à água, são sujeitos a alagamentos e não possuem a infraestrutura proporcionada pelo poder público na sua maior parte, motivos pelos quais os residentes costumam viver em condições materiais insatisfatórias.

No final da década de 1970, centenas de famílias foram deslocadas das proximidades da ponte que leva à vizinha cidade litorânea de Rio Grande, e durante a gestão de então, a reocupação não foi permitida (RODRIGUES, 2012). Não sendo, porém, uma política permanente do município, as mesmas áreas acabaram sendo novamente ocupadas. Atualmente, a tentativa de tombamento do sítio charqueador pelotense visa, entre outras coisas, incluir a região no planejamento e gestão da cidade de Pelotas, evitando que as áreas alagadiças recebam moradias

inadequadas e evitando impactos negativos no patrimônio arquitetônico e arqueológico lá presente (VIANA, 2005).

Ao me aproximar, através de observação participante (MALINOWSKI, 1984), das dinâmicas de algumas dessas comunidades ribeirinhas, em especial a do Loteamento Ceval, foi possível perceber a vigência de traços rurais muito fortes, expressos sobretudo na criação de animais de produção, como porcos, ovelhas, vacas, galinhas e cavalos. Fruto da ocupação do terreno de uma antiga indústria (cujo nome acabou designando o loteamento), após muitas lutas, a comunidade conseguiu que, em 2006, a Prefeitura Municipal iniciasse a construção de moradias, com luz elétrica e água encanada (VARA, 2009). Frustrando as expectativas de muitos, diversas famílias voltaram para a área popularmente conhecida como “pântano”, que, como o nome indica, é muito úmida e alagadiça. Contrariando a lógica estatal, algumas dessas pessoas desprendem um esforço para lá permanecerem com seus animais de médio e grande porte, bem como com suas hortas e canteiros de ervas medicinais.

Para além da discussão dos méritos ou deméritos de políticas públicas proibitivas, está a preocupação de como os principais afetados podem participar do processo. As famílias que utilizam veículos de tração animal dependem de áreas livres e com pastagens para manter seus cavalos, frequentemente terrenos particulares, alvos de empreendimentos imobiliários, ou áreas pertencentes ao município, como as margens do Canal São Gonçalo. De maneira geral, estão instalados em condições materiais bastante precárias, em regiões sujeitas a alagamentos e longe dos serviços básicos, e próximos a detritos que aumentam o risco de proliferação de zoonoses. Também é comum que charreteiros que coletam materiais recicláveis acumulem os frutos do seu trabalho, próximo às casas, por alguns dias, antes de os venderem. Devido a isso, os cavalos ingerem resíduos plásticos e outras matérias prejudiciais, adoecendo, o que interfere no rendimento econômico das famílias, que dependem da saúde dos equinos para trabalhar (ARAUJO *et al.*, 2015).

Charreteiro regressando do centro, deixa para trás o terreno onde busca o sustento, e volta para o lugar ‘invisível’, onde compartilha a vida com os seus. O centro é representado apenas na cor preta, de um modo um tanto caótico, enquanto que a vizinhança do charreteiros tem as cores das árvores e flores, apresentada de modo mais ordenado. O intuito é transmitir um pouco das percepções espaciais presentes nas falas de alguns interlocutores. Fragmento de Diário Gráfico. Lápis de cor sobre papel, 2017.

O universo desta pesquisa situa-se em meio a uma população de origem rural em sua maioria, em pleno cerne desenvolvimentista pelotense. Por estar em locais oficialmente urbanos, não é contemplada por políticas públicas que beneficiam as famílias rurais convencionais. Agrava a situação o fato destas pessoas não terem a posse legal das terras que ocupam, muitas vezes valendo-se de terrenos particulares para a obtenção de pastagem para cavalos e ruminantes. De acordo com Pinto, Franz e Salamoni (2010), a expansão das áreas de interesse para a especulação imobiliária não se dá abarcando terras vazias, mas sim incorporando espaços com dinâmicas rurais, onde muitas vezes são produzidos alimentos. A segurança alimentar é outro fator importante que fica comprometido quando famílias são impedidas de habitar a terra e obrigadas a se confinar em regiões da cidade onde prevalecem o concreto e o asfalto. Levando em conta a fragilidade do recorte territorial e administrativo para a definição de comunidades rurais, conforme aponta Comerford (2005), é preciso pensar na problemática decorrente da não

consideração dessas dinâmicas rurais como tais, por parte de uma visão que presume nítida a divisão entre urbano e rural.

Para Souza (2008), a proliferação de condomínios fechados em cidades brasileiras é parte integrante da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, expressando-se na auto-segregação das elites e classes-médias locais. Desde o início do assentamento colonial, grande parte do país se caracterizou pelo habitar junto, mas não em conjunto. Não é novidade, em nossa história, uma pequena classe vivendo em moradias cercadas e privilegiadas, e o restante da população entregue à própria sorte. Essa segregação é fruto do próprio modelo de sociedade naturalizado no Brasil.

Escreveu o historiador Lewis Mumford (*apud* ALBRECHT, 1997), que antigamente a cidade era o símbolo de todo um mundo, enquanto que hoje o mundo todo está a caminho de se transformar em cidade. Jörg Albrecht (*idem*) coloca que tal fenômeno não expressa a implosão da força, mas sim a explosão da fraqueza. Para o autor, “nada mais adquire forma, na cidade; pelo contrário, toda estrutura se desfaz em uma proliferação metastática” (ALBRECHT, *ibidem*). Evidentemente não se quer, aqui, pregar contra a construção de condomínios de moradia. É necessário, isso sim, marcar oposição a esse tipo de proliferação que Albrecht compara com uma metástase avassaladora. Observamos a implosão da força ordenadora e garantidora da cidadania, paralelamente à explosão da fraqueza que permite a deterioração do patrimônio histórico, o esquecimento de áreas fulcrais nas cidades e, pior de tudo, o esquecimento de milhares de famílias que sub-habitam os pedaços urbanos restantes – mas só enquanto esses pedaços não se tornam interessantes para quem tem mais poderio econômico.

Cabe mencionar que as áreas de banhado constituem zonas ricas em biodiversidade, com espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, que ainda funcionam como esponja, drenando a água das chuvas. Não é necessário esforço para compreender o preço a ser pago quando as áreas de dreno viram asfalto e concreto, sobretudo numa região naturalmente alagadiça e que sempre sofreu com enchentes, sendo célebres as de 1898, 1914 (NASCIMENTO, 1989) e 1977, esta última contabilizando mais de 5.000 flagelados (RODRIGUES, 2012). A mudança passa, necessariamente pelo envolvimento cada vez maior e mais amplo de toda a sociedade nas questões como esta, com ênfase especial na educação – patrimonial, ambiental etc. E nesse contexto, a Antropologia tem papel de destaque,

aproximando olhos, bocas e ouvidos que geralmente não se entendem. Sem entendimento não há ação efetiva (e esta só poderá ser coletiva).

A utilização “inapropriada” do espaço, no sentido dado pelo poder constituído, traz em si uma riqueza que efetiva os lugares em espaços, tomando de empréstimo as noções de Certeau (1994). Se, para o autor, é no movimento que os lugares adquirem vida e sentido, são os bairros periféricos e ocupações os lugares privilegiados dessa realidade transitada. Ali os moradores tecem uma trama de relações, circulando pelas casas dos parentes e amigos, familiarizados com cada muro e cada esquina. Entre os charreteiros existe uma rede de reciprocidade que se configura no empréstimo de cavalos, que significa a garantia de renda quando algum animal fica doente ou ferido.

No ambiente almejado pela maioria dos que “vencem na vida”, que se apresenta no horizonte como o melhor dos mundos, o fato inquestionável das boas condições materiais e sanitárias é paralelo à tendência de afastamento interpessoal. Muitas famílias caminham para o empobrecimento das dimensões compartilhadas da vida, porque a progressiva assepsia que buscam, alimentada, em grande medida, pelo medo, é acompanhada de escasso convívio com setores economicamente desprivilegiados (exceto em interações verticais de prestação de serviços), o que redunda em desprestígio aos que não compartilham o mesmo mundo material e intersubjetivo. Muitos modos de habitar e transitar a cidade despontam como indesejáveis, ou apenas toleráveis. Trancar o trânsito em horário de pico, em rua movimentada, com charrete ou mesmo carrinho puxado pela própria pessoa, provoca reações das mais diversas, geralmente negativas.

1.4 - Como batem as ferraduras

Leroi-Gourhan (1990) nos diz que a humanidade só encontra sua razão de ser dentro de um sistema simbólico. O conjunto de signos de cada grupo é o lastro que dá suporte ao seu mundo. Com “de cada grupo” quero dizer não somente os símbolos que lhes são caros, mas também aqueles combatidos, as marcas dos inimigos: os totens a serem queimados, os panteões a serem profanados, os estandartes a serem rasgados, os hinos a serem parodiados. Em nossa sociedade atual, temos cidades repletas de símbolos antagônicos por todos os lados. A identidade visual se dá na fricção dos símbolos dos grandes bancos e das pichações que os desafiam, da publicidade sugerindo certos valores e práticas e das performances alternativas de grupos contestadores. Nas aglomerações urbanas cada vez mais densamente povoadas a massificação é tão verdadeira quanto a pluralidade. O país da Ku Klux Klan é o mesmo dos Panteras Negras. Nossos símbolos adquirem força não apenas quando os cultivamos, mas quando divergimos dos alheios.

Ainda com Leroi-Gourhan (1990), entendemos que, na construção de seu mundo abstrato, a humanidade pôde sair do espaço imposto para o espaço construído, assim como forjou nova ritmicidade em sintonia com calendários, medidas e projeções geracionais. Assim, a partir do conjectural momento em que a abstração e o simbolismo surgiram, a satisfação prática passou a ser acompanhada do enquadramento social e ordenamento do mundo em volta. A representação desse mundo exterior, nos diz o autor, se dá por duas formas. Uma é a noção de espaço itinerante, fruto dos fluxos, da busca por recursos, que percebe o mundo a partir do trajeto, como a que prevaleceu enquanto a humanidade era nômade. A outra, que passa a vigorar à medida em que as sociedades se sedentarizam, é a do espaço irradiante, quando o mundo é percebido a partir das oposições a um ponto central. Isso, segundo o pré-historiador, tem implicações na própria cosmogonia das sociedades. É fácil relacionar a primeira com caçadores-coletores, e a segunda com povos agrícolas, assim como é fácil perceber, através de uma reflexão mais cuidadosa, que qualquer grupo humano apresenta ambas.

Em nossa sociedade ocidental-dissidente subtropical do Brasil meridional, como em boa parte do mundo “que está no mapa”, a antítese entre a visão irradiante e a itinerante rege expressivo número de conflitos. Um mundo baseado em instituições pressupõe um ambiente desagregável, necessitado de convenções que lhe deem liga. O peso da palavra *Instituições* é auferido pela força do verbo *instituir*, sinônimo de estabelecer, fundar, quase compelir, coagir. Como todo grupo e toda atividade humanos estão no mundo tanto irradiante como itinerantemente, o agir institucional pode ser entendido como um agir irradiante que normatiza, auxiliado pela itinerância, esta entendida como sua capacidade de fiscalizar, acompanhar e observar. Mas é o irradiante que dá sua forma e sua força, pois é seu ponto de alavancagem. Disse já Arquimedes que se lhe dessem uma alavanca, moveria o mundo (ASSIS, 2010). Para o mundo institucional, o mundo itinerante costuma ser inconveniente. O fluxo nunca vem desacompanhado de rastros e perturbações da ordem, abala e dissolve parte do instituído.

Família pelas ruas da cidade, enfrentando a hostilidade dos veículos motorizados, aqui representados por um caminhão. Fragmento de Diário Gráfico. Carvão sobre papel, 2017.

É claro que não é o fluxo em si que incomoda o poder instituído irradiante, mas o fluxo desregulado, indesejado, oriundo dos lugares mal-quistos. Isso já fora observado na década de sessenta do século passado pela discípula de Leroi-Gourhan, Colette Petonnet (2012), uma das precursoras da antropologia urbana, através de pesquisas que realizou nos arredores de Paris, em *bidonvilles* formadas por espanhóis, portugueses e norte-africanos. A etnóloga salienta como a opinião pública condena as subabitações, fala em antros de marginais e inválidos, em vergonha para a nação. Os “nativos”, desde seu ponto de vista irradiante, condenam esses imigrantes que querem, também, se assentar. É um conflito entre diferentes mundos, onde os anteriores não querem o universo simbólico que vem de fora. O diferente não é somente o estrangeiro, ou: o compatriota pode se afigurar como estrangeiro. Isso é nítido no Brasil dos conflitos de classe, muitas vezes velados. A nação que vai ao pânico quando os jovens da periferia resolvem fazer seu

rolezinho[19] nos *shoppings* e que se revolta quando aeroportos passam a "parecer rodoviária"[20] está negando veementemente a legitimidade do fluxo dos indesejáveis.

Trabalhar com essas nuances no seio da sociedade não é tão simples, porém. Em Nova Iorque, perambulando pelo Harlem, Petonnet (2012) desejou por à prova sua hipótese de que o equilíbrio das sociedades pode repousar sobre a existência de um estrato inferior, de uma camada com estatuto de inferioridade. Tentou captar o microcosmo local, concluindo, ao fim, que é possível apenas se aproximar, sem fornecer um retrato acabado, que se escapa pelo movimento e pela fluidez.

[19] Entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, grupos de jovens da periferia de São Paulo organizaram encontros em shoppings centers, que chamaram de *rolezinhos*, se articulando via redes sociais. A presença incomum de grande quantidade de jovens, majoritariamente negros e de origem periférica, causou medo e violentas reações de lojistas, seguranças e policiais. Muitos desses jovens receberam abordagens truculentas e foram expulsos, embora nenhum caso de roubo ou depredação tenha sido registrado (PEREIRA, 2014).

[20] Diversos casos de descontentamento com a popularização de aeroportos têm sido registrados, sendo célebre o ocorrido em 2014, quando uma professora do RJ publicou a foto de um homem vestindo bermuda e regata no Aeroporto Santos Dumont, RJ, com a legenda "aeroporto ou rodoviária?". Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/advogado-ironizado-por-professora-no-rio-pensou-que-fosse-gozacao.html> Acesso em 05 jun. 2019. Casos semelhantes seguem ocorrendo (vejam-se as reportagens disponíveis em: <https://extra.globo.com/famosos/ticiane-pinheiro-criticada-apos-dizer-que-aeroporto-virou-rodoviaria-23464421.html> ; <https://revistamarieclaire.globo.com/Celebridades/noticia/2019/05/lilian-aragao-reclama-de-publico-de-aeroporto-parece-rodoviaria.html> > Acesso em 05 jun. 2019) e demonstram que as críticas não são motivadas apenas por questões funcionais dos aeroportos, mas pela insatisfação com a "invasão" de um espaço que vinha sendo exclusivo.

No final do século XIX e início do XX, em Pelotas como em muitas cidades brasileiras, que seguiam os modelos urbanísticos europeus, houve grandes iniciativas higienizadoras que, sob alegação de promover a salubridade das moradias, afastaram as camadas de mais baixa renda para zonas convenientemente distantes e confortavelmente invisíveis para as elites de então. Assim, os cortiços nos centros foram esvaziados, e os espaços disponíveis das periferias, aos poucos, ocupados, como os morros na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo (KEHL, 2010). Ainda que esse processo não tenha cessado nunca e se apresente, também nos dias de hoje, sob diferentes matizes práticos e argumentativos, é possível perceber a ascensão de nova roupagem. Para além da higienização das moradias e do espaço público, a crescente preocupação ecológica, legítima e defensável, surge como pretexto e clamor ao poder público para justificar a remoção de certas populações de determinadas áreas. O caminho se abre aos empreendimentos residenciais, industriais e turísticos, e o meio ambiente é talvez contemplado, se não entrar em colisão com os demais interesses.

Penso em meus sujeitos de pesquisa, que mesmo se não enfrentassem o processo de proibição de sua atividade, teriam como problema suficiente a questão do espaço. Para manter animais de grande porte, necessitam de áreas com algum

espaço disponível, por isso costumam residir em locais sujeitos a inundações. O habitar esses locais já é um desafio, acentuado pelas frequentes remoções ou pela pressão de empreendimentos imobiliários. Se seu ponto irradiante é afetado, mais ainda sua prática itinerante é perseguida.

1.5 - Viagem à roda das charretes

Em “Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobrir-caminho e navegação”, Tim Ingold (2005) aprofunda reflexões acerca do percurso e do trajeto. Apresenta um questionamento à metáfora de estrutura complexa, de molde behaviorista, e propõe uma visão própria influenciada na metáfora de processo complexo, influenciada pela psicologia ecológica. O autor apresenta a seguinte pergunta: o que difere um nativo de certo lugar do forasteiro que se desloca utilizando um mapa? Discorda que não haja diferença, como sustenta uma das concepções mais amplamente aceitas. Para essa concepção, tanto o nativo quanto o forasteiro usam mapas, sendo que, para o primeiro, o mapa estaria dentro de sua cabeça. Ingold critica a noção de que os lugares e os trajetos sejam simplesmente vivenciados a partir de relações espaciais, pois para ele, “os lugares não têm posições, e sim histórias” (INGOLD, 2005, p. 77).

O transitar tece histórias, e o transeunte as revive – também vive novas versões dos velhos enredos a cada trajeto. A resistência em permanecer no ofício da charrete também tem disso. Registrei a imagem abaixo enquanto acompanhava um dia de ofício de um interlocutor, que cumprimentava amigos e conhecidos a cada quadra. Tendo um ponto estabelecido há alguns anos em uma esquina movimentada, ele e seu cavalo são partes integrantes da paisagem viva do bairro, sendo muito conhecidos.

Nesse texto de Ingold (2005), é essencial o conceito de *wayfinding* – traduzido como descobrir-caminho – que, por estar no gerúndio, indica apropriadamente a visão do autor, que nega a dicotomia entre imagem mental e representação externa. Ao contrário desse isomorfismo, postula que o deslocamento ocorre pela interação do ator-perceptor no contexto ambiental. Citando experiências com ratos, nas quais os roedores se comportaram de modo mais complexo do que o esperado pelo modelo behaviorista, Ingold (*idem*) aponta para uma tendência comum em nossa visão moderna: a de tratar comportamentos humanos como fruto de uma grande habilidade cognitiva e ao mesmo tempo tratar os comportamentos complexos de outras espécies como automatismo. Ressalva, entretanto, que não se pode negar o modo peculiar e altamente complexo, repleto de perícia, com que nossa espécie resolve seus problemas.

Quem trabalha *com* seres de outras espécies, dependendo de sua vitalidade e colaboração para obter o sustento diário, não subestima a complexidade do comportamento animal. Justamente por isso são mobilizadas diversas técnicas visando a adaptação do cavalo às tarefas que lhe são destinadas. Oliveira (2017) ressalta que, de uma perspectiva carroceira, é importante negociar com a

personalidade, o temperamento e as vontades dos cavalos, porque esses três fatores compõem a tríade que sustenta o vínculo entre humano e equino.

Retornando a Ingold (2005), também diz que todo mapa é situado em uma matriz cultural. Mas essa matriz não pode ser entendida como um esquema que as pessoas trazem na cabeça independentemente de sua atividade no mundo. O mapa é indexável a partir da cultura, e esta, a partir do ambiente. E mesmo numa cidade mediana ou pequena como Pelotas (a depender do critério e da referência), com pouco mais de 350 mil habitantes, são várias as culturas e os ambientes na produção de mapas particulares. Existe uma interpretação da cidade que é própria dos charreteiros.

Citando James Gibson, Ingold (2005) recorre à abordagem ecológica da percepção visual. Ela preconiza que a percepção é constituída no percurso, no caminho, e não a partir de pontos fixos de intervalo ao longo do caminho. Não obstante, reconhece fragilidades nas proposições de Gibson, pois elas implicam em questionamentos referentes à extensão e duração de tais percursos no ambiente, que não podem ser respondidos de maneira precisa. O fato é que o trânsito dos charreteiros, e aqui me atenho especificamente àqueles que coletam matéria

reciclável, é único – constituído de um andar e parar, acelerar e reduzir, observar, buscar, avaliar, enfim, muito mais atento que o de outras atribuições. A riqueza de seu andar vai além daqueles que se interessam pelos mesmos itens recicláveis, mas que andam a pé, já que em uma charrete é preciso interagir mais atentamente com o tráfego, o que adiciona uma camada extra de complexidade ao deslocamento. Embora eu tenha andado somente em charretes de frete, percebi que os condutores detinham um amplo conhecimento sobre o trânsito: como enxergar e avaliar com segurança o trânsito de automóveis num cruzamento, tendo um cavalo de distância entre seus olhos e a esquina, por exemplo?

Nossa percepção do ambiente provém de uma apreensão projetiva totalizante concebida a partir de inúmeros trajetos. Ingold (2005) difere essa noção daquela de “vista de pássaro”, uma vista de cima semelhante a um mapa. Remetendo a Edward Casey, explica a diferença entre modos verticais e laterais de integração. O primeiro, presente na cartografia moderna, implica em um dualismo corpo e mente, porque o corpo está no chão, e os olhos da mente veem de cima para baixo, em uma abstração do espaço. No modo vertical, o mapa é formado pela relação entre coordenadas espaciais independentes. Já o modelo lateral de Casey trabalha com o conceito de região, formado por lugares conectados pela peregrinação vivenciada pelo viajante. Isso é esclarecido e fundamentado com alguns exemplos etnográficos, mostrando que para alguns povos os lugares não são pontos fixos pré-estabelecidos, mas os frutos da intersecção entre linhas de movimentos; são constituídos pela trajetória, resultantes do constante fluxo de humanos e não humanos.

O conhecimento é oriundo das jornadas percorridas, incluindo o conhecimento científico convencional. Toda construção de conhecimento é oriunda de modelos laterais de deslocamento. O que diferencia a ciência moderna é a intenção de ver “de cima”, encaixando os fenômenos nas teorias e desconsiderando as práticas e condições sociais que estão envolvidas nas pesquisas. Essa visão de cima é o que se chama “toda parte como espaço”, enquanto que o modelo lateral nos dá “toda parte como região”. Sobre as práticas comuns da ciência, o autor diz que “No trabalho do cartógrafo moderno, o conhecimento gerado pelo movimento de lugar para lugar dentro de uma região é apresentado como se fosse vindo de uma visão totalizadora acima e além do mundo” (INGOLD, 2005, p. 91).

Outra distinção importante é entre mapear e elaborar um mapa. Recorrendo a Denis Wood, Ingold apresenta a diferença do seguinte modo: mapear é uma capacidade inerente a seres humanos, assim como falar; já elaborar mapa é fruto de certas circunstâncias históricas e sociais específicas, como escrever. O mapear e o falar surgem da relação itinerante das pessoas com o ambiente, num acúmulo de experiências. Mas elaborar um mapa e escrever não são, respectivamente, transcrição de um mapa mental e expressão escrita de pensamentos. São sim inscrições, surgidas de certa necessidade comunicativa de caráter social e político, cujas implicações reverberam imensamente.

Trago essa discussão para assinalar que os transeuntes heterodoxos[21] da urbe (charreteiros, carrinheiros, catadores, andarilhos, vendedores ambulantes, missionários, agentes da segurança pública, entregadores etc.) a mapeiam de modo invulgar, realizando uma produção de conhecimento da cidade que é digna de nota. Isso poderia ser aproveitado por quem elabora os mapas, pelos "cartógrafos modernos" tomadores de decisões.

[21] Entendamos essa heterodoxia itinerante como a prática de itinerários mais densos, ou seja, mais extensos, mais sinuosos, mais truncados, mais atentivos ou dotados de qualquer característica que implique em mais intensidade que um passeio ou um andejar rotineiro nos caminhos de sempre – por necessidades de ofício ou por mero gosto.

Remetendo ao que chama de ilusão cartográfica, Ingold traça um paralelo com o pensamento dos séculos XV a XVII, quando mapas eram encarados como resultados de uma trajetória, algo patente nas representações de monstros, ventos, maravilhas e perigos diversos. Concomitante ao florescimento da ciência moderna, a cartografia passou a ser vista como a elaboração de algo estático e pronto, livre de vida, uma estrutura de mapa surgida diretamente da estrutura do mundo, representando algo que *já é feito*, e não *sendo feito*. Aos poucos foi ocorrendo uma dissociação entre "arte" e "ciência", distinção que não faria sentido para os pintores e desenhistas de mapas do período entre o fim da Idade Média e início da Idade Moderna. Esse afastamento da arte foi um afastamento da subjetividade e dos sujeitos de experiência, negando suas narrativas de movimento como legítimas copartícipes da cartografia oficial.

Analogamente, vivemos um afastamento entre os diversos atores que integram nossa sociedade, com a consequência incomodamente comum de políticas públicas tidas como – de novo – "a elaboração de algo estático e pronto, livre de vida, uma estrutura de mapa surgida diretamente da estrutura do mundo, representando algo que *já é feito*, e não *sendo feito*." Também analogamente vivemos um afastamento da intersubjetividade, negando a legitimidade das narrativas de movimento de diversos sujeitos de experiência, não permitindo que sejam legítimas copartícipes da cartografia política oficial.

A navegação moderna é diferente do descobrir-caminho, sustenta Ingold, em contraposição a Edward Hutchins e Alfred Gell. Este autor considera que, embora variando muito em grau de complexidade, as atividades de navegação marítima em um grande navio e percursos cotidianos simples são, em seu âmago, a mesma coisa, mobilizando as mesmas capacidades cognitivas. Porém ninguém se situa a partir de coordenadas geográficas em seu bairro. Em outras palavras, não lidamos com nossa localização como se fôssemos peças em um jogo de tabuleiro, através de uma projeção mental que olha de cima. Os processos altamente técnicos de navegação em alto mar da atualidade diferem muito de nosso transitar comum no mundo, tanto que são totalmente ininteligíveis para alguém não treinado. Quando uma pessoa, em seu território familiar, quer situar um amigo forasteiro, não o faz em termos de coordenadas espaciais, mas geralmente nomeando o local e complementando com alguma história sobre ele.

Finalmente, há uma diferença de cunho temporal que precisa ser levada em conta. Enquanto um ponto num mapa convencional pode indicar a localização de alguém, não diz nada sobre onde esse alguém esteve antes ou para onde poderia ir. O descobrir-caminho, ao contrário, guarda em si passado, presente e futuro de uma só vez, e a partir dessa perspectiva os lugares “figuram não como posições no espaço, mas como vórtices específicos numa corrente de movimento, de inúmeras jornadas realmente efetuadas” (INGOLD, 2005, p. 101). Para desenvolver esse caráter temporal, Ingold se vale da teoria da oclusão reversível, proposta por Gibson, segundo a qual a percepção do ambiente é formada a partir da continuidade de panoramas que se descortinam e se ocultam sucessivamente, permitindo, após algum tempo, a percepção de toda parte ao mesmo tempo. O descobrir-caminho origina-se do fluxo, assemelhando-se, por isso, a uma obra musical, que se desenvolve no tempo e não no espaço.

Para Gell, o movimento é precedido por um cálculo ou antecipação mental da manobra. Disso decorre que, para ele, o percurso do ponto X para o Y exige um mapa; navegar seria o deslocamento entre pontos fixos. Ingold discorda, dizendo que conhecemos enquanto caminhamos, e não antes (INGOLD, 2005, p. 103). O descobrir-caminho não é possibilitado por decisões pré-elaboradas, mas pela harmonia multissensorial com o fluxo. Não ocorre por imagens estáticas, mas por fluxos, e estes remetem a trilhas e não a posições espaciais.

A partir disso, proponho que a vida social é um descobrir-caminho, com as potências vitais humanas e não humanas e seus fluxos. Os cálculos e pontos fixos podem ser tentadores, mas não dão conta da complexidade do devir cotidiano, com o qual só conseguimos interagir satisfatoriamente se sintonizados com seus movimentos. As ondulações de nosso tapete social advêm das pisadas de todos os pés sobre ele; eventualmente, o ponto de pressão mais distante pode ser justamente o que causa as ondas de impacto mais fortes. Os problemas que surgem em nosso caminho coletivo demandam harmonia com os fluxos e atualizações de todas as agências envolvidas. O enquadramento em decisões pré-elaboradas pode fornecer a ilusão de sucesso, pelo controle momentâneo que causa ao interromper fluxos, mas o destino do represamento é o vazamento crônico e/ou o rompimento violento que contraria expectativas.

1.6 – Onde empacam os cascos

Para Marc Augé (2005), a modernidade não elimina as localidades e temporalidades pré-modernas; ela as engloba, colocando-as em um nível secundário, mais abaixo das vigências urgentes. Busca a “superação”, mas não abre mão do que pode ser útil para a criação evocativa que remete aos tempos pretéritos. Ao contrário da modernidade, que integra os lugares antigos, a supermodernidade os elimina, criando espaços que não são situados identitária, relacional ou historicamente – são os não-lugares. Esse termo suscita algumas críticas dos que não concebem a possibilidade de existência de não-lugares, mas é importante prestarmos atenção no que diz o autor: “Acrescentemos que existe evidentemente o não lugar como o lugar: ele nunca existe sob uma forma pura (...) O lugar e o não-

lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente" (AUGÉ, 2005, p. 74). O ceticismo quanto à proposta de Augé provém de certa confusão de uma mirada superficial. Aprofundando no entendimento do conceito, percebemos que "não-lugar" não deve ser tomado como proposição de caráter absoluto. Afinal, "os lugares e os não lugares misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja" (AUGÉ, 2005, p.98).

Dos trechos supracitados depreendemos que o não-lugar é, na verdade, certo tipo de lugar, ou melhor, certo tipo de relação que as pessoas estabelecem em um lugar; e quem sabe, ainda, certo tipo de relação que um lugar permite que nele se estabeleça. Os não-lugares seriam locais, que por sua característica de passagem não chegariam a se efetivar como lugares. Certo é que o fato de uma zona ser de passagem não é impeditivo para que nela se estabeleçam relações sociais profundas e complexas. Por isso é necessário acrescentar outro termo à equação: são locais por onde as pessoas passam com o intuito de não se deterem em quase nada nem ninguém, exceto alguns pertences de interesse imediato.

À característica de trânsito, soma-se o teor apressado e aborrecido que tem origem na prospecção do lugar-devir futuro. O não-lugar é encarado como um degrau ou etapa provisória para se chegar ao lugar. É resultante da força desagregadora que o espaço sugere somada à força centrífuga de quem ali está. É importante frisar a palavra *sugere*, porque um não-lugar pode ser, ao mesmo tempo, o lugar primordial para muitas pessoas, que nele trabalham ou vivem. Alguns cemitérios são um bom exemplo, já que neles, além dos funcionários, que constituem o caso mais óbvio, muitos jovens vão exercer sua sociabilidade e passar boa parte de seu tempo. Em casos como hotéis, parques e praias, são uma fuga, e embora possam ser espaços de deleite e satisfação, são essencialmente a oposição buscada para amenizar a rotina; lugares-fantasia, onde as relações interpessoais tendem a ser harmônicas, mas mediadas pela certeza de efemeridade.

Augé prefere deixar de lado a distinção que faz Certeau, de acordo com a qual o lugar seria simplesmente geométrico, e o espaço seria o lugar habitado, dotado de rastros e história. Prefere opor os não-lugares ao lugar antropológico. A supermodernidade tem o poder de criar uma sensação de solidão, que as pessoas experimentam mesmo rodeadas de muitas outras. A multidão ao redor aparece como algo etéreo, pouco real na medida em que mergulhamos em nós mesmos, e,

ao, mesmo tempo, excessivamente real, por ser tolerável somente na medida do inevitável. “Assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam uma tensão solitária” (AUGÉ, 2005, p.87).

A supermodernidade, com suas três características distintivas – superabundância factual, superabundância espacial e individualização das referências – se impõe através de sua gigantesca capacidade de ordenamento. O aparato ordenador dos lugares planejados para receber multidões tem como característica a invasão do espaço pelo texto. Avisos, cartazes, letreiros, instruções de todo tipo, placas normativas ou somente informativas, constituem o mecanismo fabricado para “o homem médio” (AUGÉ, 2005, p. 92), e que ao mesmo tempo o fabrica. Esse tipo humano é o usuário, o cliente, o beneficiário, para o qual tudo é pensado caprichosamente para servi-lo, muitas vezes de forma personalizada, e isso tudo porque, ao fim e ao cabo, não tem rosto. É possível deambular assídua e eternamente por todos os circuitos da supermodernidade, sem nunca ser ninguém, ou nunca sentir-se alguém. A cordialidade fria de uma rede multinacional de supermercados é mais indiferente do que o resmungo do dono rabugento da mercearia da esquina. A superestrutura das grandes redes pode falhar e quando falha decepciona; e aí temos os canais de comunicação com o cliente, onde tudo é planejado para que nos sintamos ouvidos e respeitados. A lojinha na garagem, no

bairro, é companheira de desventuras do cliente, e suas falhas são vistas com condescendência, ou, do contrário, simplesmente não pisamos mais lá.

Os coletivos urbanos anfractuosos no que se refere ao encaixe no ideal de modernidade, como as famílias que praticam agricultura e pecuária em microescala em locais não legitimados pelas instâncias reguladoras, exercem um contraponto interessante ao roldão modernizador feito para o "homem médio" augeano. Soberania alimentar e autonomia laboral são algumas das possibilidades que, se nem sempre se efetivam, permanecem no horizonte de possibilidades. A avaliação externa pode ver apenas necessidades, improvisos, precariedades ou carências, mas as pequenas hortas e criações de muitas das famílias charreteiras não são "a solução que restou" aos que não foram capazes de ingressar plenamente na sociedade de consumo, tampouco a reminiscência de um "atraso" que essas pessoas ou suas linhagens trouxeram do rural. São, isso sim, opções conscientes, feitas e mantidas com planejamento e racionalidade em nada inferiores a outras decisões mais bem avaliadas pelo senso comum.

As grandes redes da supermodernidade tentam fazer reféns, tentam conquistar a liberdade de precarizar seus serviços e mesmo assim trazer de volta o cliente, e conquistam à base de afeto com os governos o direito de espezinhar seus funcionários e ter sempre, do lado de fora, uma longa fila de candidatos a funcionários cada vez menos dispostos a reclamar. Aí está um dos traços mais marcantes do "homem médio", do frequentador de não-lugares: o apreço pelo aparato, pelo mecanismo, pela rede, pela novidade, pelo fluir ilusório que resulta na estagnação interior e na condenação mútua dos concidadãos ao ostracismo. Tudo isso acompanhado de estranhamento/desprezo pelos que ficaram de fora da festa, como é o caso das famílias de charreteiros, que aqui nos interessam.

É parte integrante do circuito supermoderno o anonimato, conquistado muitas vezes com a comprovação de identidade. A checagem do nome dá permissão para que sejamos confortavelmente anônimos em aeroportos e outros locais. Confortavelmente, mas não plenamente, pois sabemos que nossa identificação e circulação estão a cada dia mais sabidas e monitoradas pelos órgãos de segurança. Mas quê importa? Se CPF na nota, dados pessoais para aplicativos de celular e cadastros em mil sites para concorrer a promoções são o preço para a livre circulação e feliz desfrute dos não-lugares, que assim seja, em nome do conforto do "homem médio". Afinal, despir-se do papel que deve ser desempenhado em dias e

horários *úteis* é sempre um prazer para a mediocridade (no sentido de médio, sem grosserias) humana, essa que prefere suportar um papel incômodo ao invés de abandoná-lo, porque jamais abandonaria os simpáticos não-lugares a que está acostumada, com sua cordialidade preparada para todos e para ninguém. Pelo mesmo motivo submete-se aos claustrofóbicos e tumultuados não-lugares onde muitas vezes é parte de rebanho tangido de um lado a outro, sem respeito a seu raio mínimo de preservação corpórea.

Os charreteiros e outros trabalhadores autônomos e informais estão entre aqueles que ficam por último na fila para participar do espetáculo moderno. Não romantizemos, no entanto, já que sua não participação ou participação tardia não vem de uma recusa estóica, senão das dificuldades que enfrentam, que ao mesmo tempo, em sua ambivalência, alimentam vontades. As pessoas que têm dificuldades em tomar seu assento no festim da modernidade não devem ser encaradas como um bastião de resistência ideológica, bem certo, mas sua realidade estimula a reflexão sobre o poder ao mesmo tempo centrípeto e centrífugo de nossa sociedade, que parece nunca conseguir superar sua força bífida de aliciamento e exclusão.

Observando Nova York, Certeau (1994) nota seus extremos de degradação e ambição, bem como as oposições brutais de raças e estilos. Vê que a cidade não soube envelhecer harmonizando seus passados, mas aderiu a uma presentificação acachapante. Se a megalópole estadunidense proporciona o exemplo mais cabal desses contrastes, nossa contrapartida tropical promete ultrapassá-la avassaladoramente assim que a demografia o permitir. Se lá, no hemisfério setentrional, o autor enxerga uma gigantesca retórica de excessos na texturologia de seus arranha-céus, abaixo da linha do equador podemos dizer que a exacerbação de opostos não perde – apenas tem menor proporção de altos prédios e maior de habitações precárias.

Diz o autor que “a vontade de ver a cidade precedeu os meios de satisfazê-la” (CERTEAU, 1994, p.170), evocando as pinturas medievais e renascentistas que apresentavam a urbe vista de cima, num plano apenas imaginário para a época. Tomando de empréstimo essa afirmação de Certeau, porém para um sentido diferente, considero que a vontade de ver a cidade atual adjetivada das mais aclamadas concepções de modernidade, prosperidade e progresso, precede os meios de satisfação desse suposto triunfo. Assim, o avanço imobiliário que apressa e dribla as políticas de inclusão social está minando suas tão propaladas boas intenções. No Medievo e na Renascença tivemos pinturas inventando um ponto de vista novo, fazendo com que o espectador da época adquirisse um “olho celeste” (CERTEAU, 1994, p. 170). Hoje os panfletos imobiliários, com seus condomínios de cenários idílicos, servem como um “olho profético” que insinua o espaço da promissão, a recompensa para aqueles que bem desempenharem seu papel na construção de cada vez mais caótica e opositiva texturologia social.

Mas, para o que quer que se direcione, a atividade humana inscreve-se na trajetória, no perambular cotidiano, onde os atores “obedecem aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo” (CERTEAU, 1994, p. 171). No movimento às cegas que anima o lugar e cria o espaço, Certeau encontrou o meio de pensar a cidade. À revelia dos planejamentos e das totalizações, as práticas comuns imprimem no tecido urbano sua história, composta de entrecruzamentos de trajetórias que alteram e subvertem seu próprio cenário.

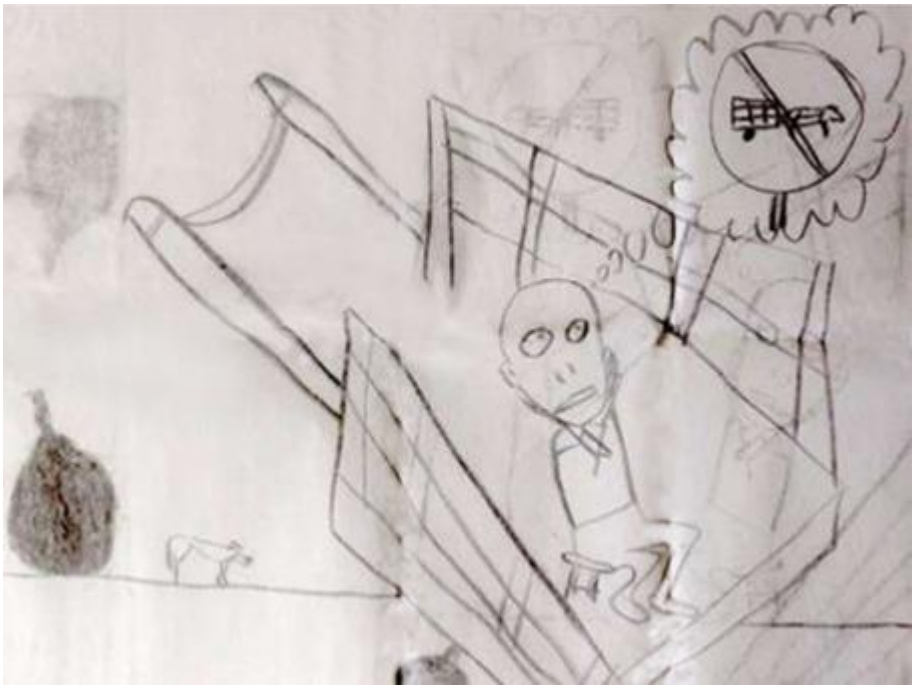
A cidade planejada pelo discurso utópico e urbanístico pode ser definida pela possibilidade de uma operação tripartite, que: a) produz um espaço próprio; b) produz um *não-tempo* e c) cria um sujeito universal e anônimo. Donde temos que:

a) A organização apresenta-se sobre a égide da racionalidade, privilegiando o que racional lhe parece, ao mesmo tempo em que combatendo os desvios que apresentam risco de comprometê-la.

b) Busca reger o conjunto pelo mesmo compasso, almejando uma temporalidade homogênea, através de estratégias científicas unívocas. A intenção de sincronicidade atua em contraponto às estratégias divergentes, que Certeau define como “resistências inapreensíveis e teimosas das tradições” (CERTEAU, 1994, p. 173).

c) O sujeito universal e anônimo referido é a própria cidade, que, através de uma administração funcionalista, tudo regula, seleciona ou elimina. Essa regulação se dá por via classificatória, na qual uma constante é a eliminação de detritos, entendidos como tudo o que já não é aproveitável. O pensamento no progresso, temporal, faz esquecer sua própria condição de possibilidade, o espaço.

O discurso hegemônico, sustentáculo dos três pontos acima, tem a habilidade de jogar com as ideias de progresso e catástrofe. Quando seu poder é ameaçado por mudanças sociais, contradições internas e erros de toda ordem, sabem espalhar o pânico e manter o privilégio, “invertendo seu conteúdo (que fala de catástrofe e não mais de progresso)” (CERTEAU, 1994, p.174). Outro caminho de manutenção da hegemonia é a regulação sutil e constante das práticas consideradas ilegítimas, por um aparato de observação e controle que abarca a todos, numa vigilância discreta, porém tenaz.



Sobre a charrete vazia, homem contempla o futuro incerto diante da proibição de seu veículo. Fragmento de Diário Gráfico. Carvão sobre papel, 2017.

Certeau concentra-se na criação de uma teoria sobre o caminhar, para ele a própria alma da cidade. A atividade não seria, porém, adequadamente expressa em mapas, pois as linhas indicativas dos percursos seriam procedimentos de esquecimento. O traço substituiria a prática, em manifestação da propriedade voraz que o sistema geográfico tem de metamorfosear o agir em legibilidade, fazendo esquecer uma maneira de estar no mundo (CERTEAU, 1994, p. 176). A ênfase que o autor coloca na prática é evidenciada também na comparação com os atos de fala. Caminhar é agir no sistema urbano como enunciar é agir na linguagem. Certeau identifica uma tríplice função “enunciativa”: o pedestre se apropria da topografia, promove realização espacial do lugar e cria relações entre posições diferenciadas (assim como o falante se apropria e promove realização sonora da língua, além de criar “contratos” com seus interlocutores). Essas características permitem tratar o ato de caminhar (ou cavalgar e conduzir charretes) como espaço de enunciação. Assim como a fala movimenta-se pelas regras gramaticais, cultas ou não, privilegiando algumas modalidades, buscando atalhos e recriando a si própria, o caminhar também lida com atalhos, interdições, e acentuações dos caminhos permitidos, moldando a cidade.

A partir daí o autor fala em uma retórica da caminhada: “a arte de ‘moldar’ frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos” (CERTEAU, 1994, p. 179).

Dois conceitos linguísticos remetem ao ato de andar: sinédoque e assíndeto. O primeiro consiste na atribuição da parte pelo todo, ou do todo pela parte, de maneira similar à metonímia. Já o segundo consiste na omissão de conjunções ou conectivos. Analogamente, as massas de transeuntes criam um fraseado espacial, "fazem desaparecer a cidade em certas regiões, exageram-na em outras, distorcem-na, fragmentam e alteram sua ordem no entanto imóvel" (CERTEAU, 1994, p. 182). O trânsito das charretes é um grande criador de fraseados espaciais, definitivamente ajudando a moldar a cidade; não há, neste reconhecimento, qualquer juízo de valor, somente a constatação de que esses veículos não passam sem provocar reações e alterações dentre os demais citadinos.

Certeau distingue lugares de espaços, onde os primeiros são configurações estáveis, enquanto os segundos são a efetivação dos primeiros promovida pelos movimentos. Em outras palavras, o espaço é o lugar vivido, animado. "Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito" (CERTEAU, 1994, p. 202). Acrescentaria eu que a rua é transformada em espaço não só por pedestres humanos, mas por toda criatura que nela passeia os pés ou se estabelece, até mesmo através de raízes. A distinção entre lugares e espaços é importante para entendermos o relato. Relatar é uma prática de espaço. Relatos remetem a movimentos, trajetórias, que não são apenas derivados deles, mas também os condicionam, "fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam" (CERTEAU, 1994, p. 200). Os lugares são transformados em espaços e os espaços em lugares, através dos relatos. E os interlocutores com quem travei contato não economizam nos relatos sobre seu lugar e de seus animais, onde buscam pastagem, encontram abrigo e exercem todo tipo de atividade interespecífica necessária ao seu sustento e fruição.

Finalmente, Certeau aponta o caráter móvel do delito, e, por conseguinte, o caráter delinquente da mobilidade-relato. A delinquência transgride na mesma medida em que transpassa.

> Se o delinquente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do *percurso* sobre o *estado*, o relato é delinquente (CERTEAU, 1994, p. 216).

Se a narrativa é delinquente, temos subsídios para compreender os porquês de uma sociedade que menospreza e persegue as disciplinas que promovem discursos elaborados sobre ela própria. Todo relato não laudatório é tido como ameaçador e transgressor. Esta reação já foi apropriadamente evidenciada por Certeau: “mudam a infelicidade ou a ruína de suas teorias em teorias da ruína” (CERTEAU, 1994, p. 174).

De um fato inicial, qual seja, “querem proibir as charretes”, surgem diversas perguntas em camadas, que vão criando novas reflexões. Vimos neste capítulo que, conjugada à iniciativa de proibição, está a percepção do animal como sujeito de direitos e a preocupação com seu bem-estar. Notamos a grande presença de ungulados domésticos na zona urbana de Pelotas como um sinal do êxodo rural e do passado rural de margens da cidade que foram sendo progressivamente englobadas pela urbanização. Panorama que tem a peculiaridade de se relacionar com os ciclos do charque e da pecuária, que dominaram a economia da região desde os primórdios da ocupação europeia até pouco tempo atrás, tendo ainda sua

relevância hoje em dia. E vimos, também, que o modo de vida de grande parcela da população contraria o projeto de modernidade que outras parcelas desejam, com a esperança de que venha a purgar muitos males.

Suponho ter ficado claro ao leitor que não há questionamento aos protestos contra os maus-tratos animais, mas um questionamento das maneiras usuais de se proceder nessas ocasiões. Sem um mergulho na complexidade da questão, não é possível obter soluções satisfatórias; ações precipitadas e superficiais tendem a perpetuar a lógica de exclusões e injustiças que é tão arraigada e naturalizada em nosso país.

No capítulo que aqui se encerra analisamos o lugar dos animais não humanos dentro da Antropologia, as diferentes sensibilidades humanas com relação às outras espécies, o status do cavalo em nossa sociedade, a história e a geografia do cenário da pesquisa e a realidade comunicada pelos interlocutores. Também houve destaque para a complexidade do que é aparentemente banal: o trânsito das charretes. Vimos que são as próprias trajetórias que tecem as redes nas quais se movimenta a sociedade, e por isso nenhuma trajetória é banal. A partir do rastreio dos percursos charreteiros podemos afiar nosso olhar para uma série de fenômenos sociais. Com isso temos os subsídios necessários para explorar o capítulo seguinte, onde as falas dos interlocutores ganham mais relevo.

CAPÍTULO 2 – SENTIDOS CONJUNTOS

Neste capítulo é possível compreender melhor o universo pesquisado, a partir do diálogo com interlocutores. Estabeleci aproximação do Ambulatório Ceval, uma unidade de atendimento veterinário mantida pela Universidade Federal de Pelotas, onde pude conversar com professores, estudantes e responsáveis por animais de diversas espécies, principalmente cavalos e cães. Principalmente com a rede de contatos ali criada, surgiram oportunidades de ingressar na comunidade próxima ao ambulatório, bem como de estreitar relações com alguns charreteiros e observar sua realidade multiespécie a partir de seus próprios lugares e veículos. O presente capítulo ainda traz episódios quando da apresentação de um veículo motorizado que substituiria a tração animal, e discute os lugares simbólicos dos animais nas cidades, a partir de categorias como desejável e indesejável.

2.1 - Um lugar para animais humanos e não humanos: Ambulatório Ceval

A cena comum para quem passa em frente ao Ambulatório Ceval, nos dias em que há atendimento, é a de vários animais na calçada. Funcionando terças e quintas-feiras, no turno da manhã, atrai muitas pessoas que desejam atenção veterinária para seus animais, compondo uma sociabilidade relacional (INGOLD, 2000), cujas interações interespecíficas são centrais.

O atendimento é dividido em grandes e pequenos, com os primeiros recebidos sob uma estrutura coberta, similar a um galpão, e os segundos dentro de uma sala ampla, subdividida em várias. O ambulatório ocupa o mesmo terreno do curso de Engenharia Industrial Madeireira, e por isso a movimentação de estudantes também é grande no local, evocando o conceito de lugar praticado (CERTEAU, 1994). À esquerda de quem entra, na porção frontal, está o espaço veterinário; ao fundo estão as salas de aula da Engenharia e, no meio, uma ampla área serve de estacionamento. Assim, há pouco contato direto entre as pessoas vinculadas a cada um dos cursos.

Oficialmente situado no centro da cidade, a localização do Ambulatório é, entretanto, periférica em relação ao centro *de facto*, comercial e administrativo. A

rua, Conde de Porto Alegre, recebeu nova pavimentação em 2016, como uma das contrapartidas da empresa Sagres Agenciamentos Marítimos, que explora o transporte de toras de eucalipto destinadas à produção de celulose[22]. Isso intensificou o movimento da via, basicamente o de caminhões carregados. À exceção deles e dos estudantes, a zona é pouco movimentada. Localizada em um ângulo, conformado pelo Canal São Gonçalo, o caminho é útil basicamente apenas para quem mora nas redondezas. Sendo assim, a presença de animais de grande porte ocupando a calçada e parte da rua não ocasiona maiores problemas à dinâmica urbana. Além dos grandes (equinos, ruminantes e, raramente, suínos), também se fazem presentes muitos pequenos animais (cães, gatos e, raramente, algum galináceo), numa miríade de biodiversidade doméstica (DIGARD, 2012).

Todas as pessoas que têm seus animais atendidos estão cadastradas, num total de 700 famílias, aproximadamente. Muitas têm apenas pequenos animais - cães e gatos - enquanto as que possuem grandes animais - principalmente cavalos, mas às vezes vacas, ovelhas, cabras e porcos - também convivem com pequenos. Neste segundo perfil familiar prevalece a busca por atendimento aos animais de grande porte, apesar de não ser raro que levem os animais que são de exclusiva companhia. Logo nas primeiras visitas percebi que muitos frequentadores se conheciam, formando uma rede de vizinhança e, não raro, de parentesco. Aqui cabe um parêntese: às vezes alguém leva o animal de outra pessoa, sem cadastro, para que seja atendido em seu nome. Em uma manhã isso foi bem nítido, quando um homem de meia idade chegou com um cavalo doente, mas não podia ser atendido por não estar cadastrado. O ambulatório estava sem assistente social para fazer novos cadastros, e sugeriram a ele que algum amigo fosse junto no outro dia para incluir aquele animal em sua ficha.

[22] Disponível em: http://diariodamanhapelotas.com.br/site/porto-de-pelotas-operacoes-vao-quadruplicar/. Acesso em 05 set. 2019.

Com muita frequência observava responsáveis de cavalos bastante preocupados com a saúde do animal, por não terem outra fonte de renda que a coleta de materiais recicláveis e/ou transporte de cargas, dependendo de seu cavalo para isso. Quando o animal não pode trabalhar, o único recurso para muitos é a solidariedade de parentes e vizinhos. No entanto, existe a possibilidade de alugar cavalos, mas não cheguei ao ponto de mensurar a importância relativa entre empréstimo e aluguel naquele contexto.

Em uma das primeiras idas ao ambulatório fui surpreendido com o seguinte diálogo:

> *- Da próxima vez vou lá nos veterinários ganhar criança, que sou melhor atendida.*
>
> *- Tu disse?*
>
> *- Eu disse mesmo!*
>
> (Moça com bebê de 10 dias no colo, para professora da faculdade de Veterinária).

A declaração da jovem mãe foi o primeiro sinal daquilo que logo ficaria mais evidente: a estreita ligação entre as pessoas que levam seus animais ao ambulatório e os professores e estudantes que os atendem. Cuidar do animal de alguém é, de certa forma, cuidar desse alguém. Afinal, as outras espécies animais participam da nossa humanização e da produção da sociedade (HARAWAY, 2008). Refletir sobre a presença de animais na cidade nos leva a adotar um olhar renovado sobre os objetos clássicos, como limites, redes ou funções urbanas (ESTEBANEZ, 2016). Paralelamente a isso, a compreensão das sociabilidades humanas também pode se renovar com a atenção inclusiva às outras espécies com as quais compartilhamos a cidade.

Nas manhãs de atendimento é possível perceber o clima de cordialidade e camaradagem entre atendidos e atendentes. Professores e professoras conhecem a maioria das pessoas pelo nome, e surgem conversas sobre família e trabalho que denotam boa proximidade entre eles. Percebo que entre os estudantes existe algo parecido, mas como estão ali apenas de passagem, não há tempo para sedimentar vínculos à maneira dos docentes.

Mas os estudantes - estagiários de graduação e pós-graduandos - são outro elemento que dá a tônica às dinâmicas interpessoais do ambulatório. As nítidas diferenças de personalidade entre eles acabam aplainadas, momentaneamente, pelo exercício de seu papel. A atividade desempenhada é uma prévia da vida profissional e o momento de pôr à prova os conhecimentos construídos na faculdade (assim como de construir novos, inclusive na habilidade do contato direto com clientes/atendidos). Assim sendo, assumem a postura concentrada de quem quer acertar, sob supervisão constante de professores e olhares eventualmente desconfiados ou contrariados de quem leva os cavalos e outros animais até lá.

Nem todos os estudantes que passam por ali desejam trabalhar em contexto parecido depois de formados. Sua relação com as pessoas que acorrem ao ambulatório é muito variada, mas diversos deles desenvolvem afinidades parecidas àquelas vistas em docentes. Não somente os olhares humanos, mas os não humanos também influem nas ações. Para Jacques Derrida (2002), estar nu sob o olhar de seu gato revela o encontro com a alteridade absoluta. Quando um cavalo

está contido, às vezes por mãos, cordas e “cachimbo”[23], ocorre também o encontro com o ponto de vista do outro absoluto, a que Derrida (2002) se refere. O veterinário está, de certa forma, nu, com sua capacidade posta à prova, lidando com um paciente que não verbaliza o que sente, mas comunica com todo o corpo, da maneira mais sutil à mais violenta. É o momento em que ocorre uma negociação, tanto com o paciente quanto com quem o trouxe até o local, e não só as ações do veterinário estão sob escrutínio, mas também a sua postura. O nervosismo e a insegurança são facilmente percebidos pelos animais, que podem responder de maneira agressiva àquelas emoções. É a alteridade absoluta, nas palavras de Derrida (2002), se comunicando de maneira absoluta, não-verbal. Seus donos, por sua vez, também são sensíveis à sensação ou não de domínio de causa, principalmente com relação a estudantes de Veterinária. As negociações entre animais e quem lida com eles, sejam veterinários, biólogos ou tratadores, são parte integrante das interações interespecíficas (Silveira e Silva, 2015).

[23] Cabo de madeira com um pequeno laço de corda na ponta, que se torce no lábio superior do cavalo para sujeitá-lo. Instrumento evitado, mas utilizado em casos difíceis, quando o animal se debate, empina e coiceia, impedindo o atendimento pelos profissionais.

Não raro o pessoal da Veterinária é chamado para atender em alguma casa, visto que certos problemas impedem os animais de se locomover, como lesões nos cascos. Sendo de grande porte, não resta alternativa senão tratá-los no domicílio. Acompanhei algumas visitas, e o que mais me chamou atenção foi a receptividade e a cordialidade com que fomos recebidos pelos responsáveis dos animais. Na primeira vez em que participei fomos no carro de uma das professoras, adentrando a comunidade até surgirem passagens muito estreitas, comportando apenas um automóvel. Chegamos à beira de um córrego, o carro ficou estacionado e seguimos a pé em direção à casa, onde havia um potro com dificuldades de locomoção. Caminhamos cerca de 100 metros, e todas as pessoas no caminho - talvez 5 ou 6, em frente às suas casas - cumprimentavam afavelmente a professora. Esta, por sua vez, fazia perguntas que denotavam uma relação de proximidade, abordando filhos e maridos, por exemplo. O animal estava bem. Foi examinado e foram passadas algumas recomendações. Regressando, comentei que tinha achado interessante o trato quase de “comadres” que observei. A professora sorriu e discorreu um pouco sobre isso, relatando que seguidamente vai sozinha até esses lugares, e que isso causa estranheza em quem desconhece essa realidade, à qual cola o rótulo único de “perigosa”.

Essa relação não foi criada de um dia para o outro. A professora relatou que no início enfrentou dificuldades, principalmente pelo fato de ser mulher. Antes de assumir, o responsável pelo ambulatório era um homem, e a mudança não foi bem acolhida por alguns dos frequentadores do local. Mas o tempo foi estreitando os contatos e ela foi conquistando seu espaço e sendo aceita.

A poucas quadras dali existe um Posto de Saúde que atende a comunidade, que ela utilizou como exemplo de relação interpessoal mais distante. A maior parte dos estudantes de medicina que estagiam nesse posto vêm de contextos nos quais nunca tiveram contato com o perfil de pessoas que atendem ali. Ainda que possa imperar a boa vontade, se observa uma certa formalidade gélida, e o pessoal da Veterinária comentou que não consegue imaginar os da Medicina humana adentrando às comunidades como eles fazem.

Aqui é imperativo destacar que isso não é uma caracterização comportamental e, muito menos, moral de quem estuda Medicina. A própria dinâmica do Posto de Saúde colabora para que a relação não se torne mais íntima.

Não obstante, observamos vínculos estreitos entre pacientes e médicos/estudantes com frequência em postos de saúde em geral. Ainda, por vezes observamos relações mais protocolares e distantes no caso da Veterinária. Dentre esses últimos, pude notar certa dificuldade na aproximação verbal entre alguns estudantes e aqueles cujos animais atendiam. Consideremos a diferença entre as seguintes frases: “o senhor tem que dar esse remédios duas vezes ao dia”; “o senhor tem que administrar esse medicamento duas vezes ao dia”. A pessoa entende perfeitamente bem qualquer das frases, mas a segunda contribui para consolidar uma barreira invisível. Da parte de docentes, percebi que dominam a arte de adaptar o linguajar aos mais diversos interlocutores, muitos deles analfabetos. Nem sempre os estudantes manifestam a mesma habilidade, o que se explica pela falta de experiência e pelo fato de estarem sendo, de certo modo, avaliados enquanto atendem (tudo ocorre com a presença de algum professor ou professora).

Em um contexto geral de denúncias graves de maus-tratos a equinos de tração, de forma alguma aceitáveis, e de proibição de carroças em muitos lugares do Brasil e do mundo, não é surpreendente que a relação da maior parte da sociedade com charreteiros não seja da maior simpatia. Da mesma forma, é previsível a incompreensão de qualquer relação amistosa entre quem cuida dos cavalos e quem, em tese, os maltrata. Foi dito que a ONG Bem-Estar Cavalos, principal bandeira de defesa desses animais e bastante atuante na região, não recorre ao ambulatório. Ela realiza diversas ações de conscientização e denúncia, bem como operações de resgate de cavalos vítimas de maus-tratos. Mas no que concerne ao tratamento dos animais, recorre a outros veterinários. A proximidade do ambulatório com a comunidade seria, de acordo com a percepção manifestada na interlocução, um sinal de simpatia demasiada para com os charreteiros, destoando da visão da ONG. Grupos de defesa dos direitos animais lançam mão de um repertório conceitual desenvolvido, sobretudo, nos séculos XIX e XX, entre setores urbanos e escolarizados, preconizando a posse responsável (OSÓRIO, 2013). Suas bandeiras se apoiam em conceitos que não encontram eco em toda a sociedade, entrando em conflito com a visão de mundo de grupos com outras trajetórias, com concepções mais pragmáticas com relação aos animais no contexto urbano.

Minha aproximação ao ambulatório teve dois momentos principais, e em todo o período me senti desafiado com relação à observação participante. Tendo entrado em contato prévio com a Faculdade de Veterinária e sido acolhido em minha pesquisa, passei a frequentar o Ambulatório Ceval, principalmente nas terças-feiras. Logo vi que minhas idas seriam muito mais observantes do que participantes. No primeiro período, que se prolongou por cerca de seis meses, permaneci na parte interna, em frente ao espaço coberto onde são atendidos os grandes animais, e ao lado da porta que leva ao atendimento dos pequenos. Quem espera atendimento fica do lado de fora, na calçada. Minha escolha se deu por uma aparente maior proximidade que teria ali, e, de fato foi importante para observar as interações de todos. O ambiente rico em sonoridades humanas e não-humanas, mesclando falas, latidos, miados, relinchos e cascos no chão, além de cheiros fortes de diferentes seres vivos e de remédios, compunha uma experiência multissensorial (INGOLD, 2000) bem peculiar daquelas relações interespecíficas que me chamou atenção.

Ocorre que, uma vez lá dentro com o seu animal, a pessoa começa a conversa com os responsáveis pela consulta. A troca de informações é muito importante para a compreensão do estado clínico do animal, e estudantes e professores ficam bastante compenetrados nesse diálogo. Os procedimentos como

coleta de sangue, verificação de mucosas e toque retal, além da leitura da ficha do animal, também contribuem para a concentração. A atitude mais razoável que pude adotar foi a de observar a certa distância e tentar algum diálogo, tanto com atendentes quanto com atendidos, nos breves lapsos de tempo entre saída e entrada no local. Essa estratégia funcionou bem inicialmente, mas não foi plenamente satisfatória. Depois da sugestão de uma das professoras passei a ficar na calçada, onde todos estão mais à vontade e onde há o tempo e a ocasião para conversas.

Após começar a frequentar a calçada, os diálogos fluíram muito mais. Nem todos se mostravam receptivos, como sempre ocorre em qualquer pesquisa de campo. À primeira vista eu não era um forasteiro propriamente dito, mas era o único parado ali, sem nenhum bicho para tratamento, exceção junto à senhora da portaria. Minha presença costumava passar despercebida antes de me manifestar, mas quando começava a falar com alguém, automaticamente percebia que os demais ouvidos se voltavam a nós, muito embora tenha procurado entreter uma fala de tom cotidiano, e não invasiva, tipo um questionário.

Em diversas ocasiões estavam reunidas ali mais de cinco pessoas e seus respectivos cavalos. As conversas surgiam com espontaneidade, mesmo entre desconhecidos. Procurei me inserir em rodas de conversas, mais do que ir diretamente a alguém, apesar disso ter acontecido em algumas vezes. Em qualquer caso, dizia sempre que era estudante da UFPel e que estava fazendo uma pesquisa para entender os charreteiros e a ideia de proibirem as charretes na cidade. Todas as pessoas habituadas ao ambulatório também estão habituadas a estudantes; a única novidade era alguém interessado particularmente no ofício de charreteiro: algumas se mostraram refratárias, mas a reação da grande maioria foi neutra ou positiva às minhas ponderações.

2.2 – Quatro patas, duas rodas: entendendo melhor o ofício

Um dos primeiros homens com quem conversei mais detidamente foi logo declarando ser natural de Canguçu, ter 63 anos e 3 infartos no currículo. Disse que só dá milho para seu cavalo, e que tem “pavor de animal seco”, exaltando a todo momento o bom estado do equino. O curso da conversa foi por conta dele, falante e empolgado ao mencionar sobre o animal. “Dei 2 cavalos e mais uma volta em dinheiro pra ele”, disse sublinhando o valor da aquisição. Domado só para charrete,

se for montado “só anda na volta”, ou seja, apenas em círculos. O nome do cavalo é o nome da cor do próprio pelo, *Tostado*, estilo de nomenclatura muito comum entre quem tem cavalos, de tração ou não.

Certa feita, ele discutiu com dois vereadores, em ocasião que não explicitou nem me deixou perguntar. Indagou a eles: “o que fez o cavalo no início do mundo?”, não obtendo resposta. Em sua livre interpretação das Sagradas Escrituras, o início do mundo foi o nascimento de Jesus, e o cavalo, o animal que o teria transportado em seguida. Contou isso com grande satisfação, e num tom entre vitorioso e injustiçado, destacou que “eles que têm estudo não souberam responder. Se eu tivesse estudo eu sabia muita coisa.” O saber foi um assunto constante em sua fala. Cavalo, ele mesmo ferra, pois aprendeu com os irmãos, que aprenderam com o pai, que aprendeu com avós e bisavós. Seguindo uma constante entre os colegas de profissão fez questão de salientar que não recolhe material reciclável, fazendo apenas fretes. Seus trabalhos são em certos bairros da zona norte da cidade, bem distantes dali. No centro ele anda só de passagem, eventualmente. Como tem problemas cardíacos sérios é auxiliado por um dos filhos quando se faz necessário realizar alguma força.

Enveredando a conversa para o tópico trabalho, destacou algumas diferenças entre sua época de menino e a atual. “Hoje começam a trabalhar com 18, 20 anos, antes pequenos já começavam na lavoura”. Para ele, os adultos de hoje são menos espertos que os de antes, pois passam todo o início da vida sem trabalhar e, portanto, sem aprender muita coisa. O estudo não era a primeira opção para os de sua geração e contexto social. As escolas eram distantes, daí que precisavam andar muito a pé. “Hoje é tudo mais caro, mas é tudo mais fácil”, pondera.

Antes de ser chamado, comenta novamente sobre a saúde de seu cavalo, dizendo que quando acaba um frete o solta logo, não gostando de deixá-lo atrelado. Após um diálogo longo e cordial, no qual meu generoso interlocutor relatou grande parte de sua vida, presente e pretérita, me senti à vontade para perguntar se me autorizava a tirar uma foto do seu cavalo. No entanto, disse que não, e por pensar que não queria ele próprio sair na foto, disse que podia ser apenas do animal. Por fim ele foi enfático dizendo que não gostava muito de foto. Com as mesmas reações de outros charreteiros, não demorei a compreender que o motivo era desconfiança e receio da utilização que as imagens poderiam ter. No mais das vezes, creio, não era algo pessoal, com relação a mim, mas um pé atrás pelo histórico de denúncias que

os tornara arredios às fotografias. Isso fez com que eu repensasse a maneira como pretendia usar imagens na tese, reduzindo-as consideravelmente para atender ao critério de deixar confortáveis os interlocutores.

O mundo das charretes que pude observar não é tão masculino quanto em outros contextos. Mulheres conduzindo esses veículos são muito comuns, e sua presença no ambulatório também. Muitas vezes as charretes são um empreendimento familiar. Pode ser que a mesma seja conduzida por diferentes membros da família, ao mesmo tempo ou em turnos alternados, ou pode ser que a família tenha duas ou mais delas, cada uma utilizada por um membro diferente.

Certo dia apareceu uma família no local, casal e dois filhos, com 4 equinos: Faísca, Cigana, Estrelão e Estrelinha (últimos dois, irmãos. Estrelinha contava

menos de 15 dias). A presença de potros e potrilhos é comum, e a reprodução dos animais é buscada por algumas pessoas. Mas até onde pude investigar, não é uma prática tão frequente quanto a aquisição, por compra, permuta ou doação, de animais já adultos. Alguns charreteiros têm sua relação com animais restrita ao cavalo ou égua de tração, já outros mantêm praticamente mini sítios, a julgar pela variedade de animais. Numa ocasião chegou ao ambulatório outra família, um casal e um filho adolescente, com uma vaca da raça Jersey, de aptidão leiteira, e um terneiro (bezerro) de cinco meses de idade. A queixa era sobre a fraqueza da vaca, mas em dado momento o homem pergunta ao professor de plantão:

> *-Que idade o terneiro começa a trabalhar, seu professor?*
> *-Trabalhar?*
> *-Ele tem 5 meses e tá tentando cobrir a vaca. Ia arrancar os instrumentos dele, acho que vou deixar pra touro.*

O homem em questão tinha forte sotaque germânico, típico da zona rural de Pelotas e de alguns municípios circunvizinhos. A origem rural e o conhecimento de técnicas de cultivo e criação é muito comum entre as pessoas que frequentam o Ambulatório Ceval. Esses conhecimentos, que tendem a se perder pela mudança de estilo de vida das novas gerações, bem como pela mudança dos locais de habitação em direção a lugares sem espaço para plantar e criar, têm potencial de aproveitamento estratégico como fonte de renda e produção de alimentos. Em outra ocasião, um senhor comentava com um professor que tinha o princípio de não castrar cavalos. “Tenho por hábito: cavalo que entra na minha mão inteiro sai inteiro, pode me infernizar!”. Por inteiro entende-se o animal não castrado, e a referência a infernizar diz respeito ao temperamento menos dócil e, às vezes agressivo, causado pela testosterona no organismo do cavalo. Isso pode dificultar bastante o trabalho do charreteiro, que mesmo assim opta por manter o animal fértil. Essa ideologia é outro traço de origem rural que aparece na cidade. A manutenção dos animais contribui para uma forma de existir e resistir (NETO, 2016), em um contexto pós-êxodo rural.

Referindo-se a espaços como parques, áreas verdes, jardins zoológicos e jardins botânicos, Flávio Silveira (2016) sublinha sua importância para as sociedades modernas urbano-industriais. Esses espaços são encarados como indispensáveis por amplos e variados setores da sociedade, e existe uma pressão social para a

manutenção e/ou criação de mais áreas verdes. Defendo que, além dos modelos já consagrados de pontos de encontro entre cidadãos e natureza intra-urbe, podem ser desenvolvidos conceitos novos, a partir de populações que ocupam precariamente os limites da zona urbana. Tendo acentuada origem rural e conservando saberes relativos à criação e ao cultivo, muitas vezes adaptados ao contexto urbano ou rururbano, essas populações podem ser vistas como vetores de uma outra relação com a cidade.

Entendo que em lugar da remoção para diferentes áreas, ou da modificação das que habitam de maneira a ignorar esses saberes, é interessante pensar em ações que permitam e fomentem práticas já consagradas entre muitos de seus moradores. O cultivo de ervas de chá, por exemplo, é uma das coisas que poderiam ser encaradas como possibilidades de inserção na economia formal, sem falar nas possibilidades educativas, ao serem mobilizadas crianças das próprias e de outras comunidades. Um movimento nessa direção é essencial para dialogar com outros campos do saber, aqueles que mais tem poder decisório e impacto na vida das pessoas. Afinal, “o ordenamento territorial urbano pode remover assentamentos precários sem oferecer alternativas” (Foladori e Taks, 2004, p. 341). Enxergar assentamentos assim como sujeitos de autonomia cultural contribuiria para o desenvolvimento de alternativas econômicas baseada no etnodesenvolvimento (LITTLE, 2002). Sendo a escassez dos meios a principal causa para eventuais prejuízos à saúde dos cavalos de tração – ao contrário de uma crueldade pura e simples, ou, ainda, de profunda ignorância, conforme exposto por médicos veterinários que os assistem – pequenos impulsos econômicos já teriam impacto positivo no bem-estar humano e não humano.

Se "a consciência de si humana está em paralelo às formas de manifestação de percepção animal, engendrando, assim, formas plurais porque conexas de coexistência na casa" (Silveira, 2016, p. 308), esses diferentes modos de habitar a cidade conferem uma riqueza interessante, sobretudo se considerarmos o processo mental como uma construção *humanimal*. As franjas da cidade, com sua intensa rede de convívio humano/não humano, são locais interessantes de paisagens coexistenciais interespecíficas, descentralizando a agência humana e re-situando a experiência antropocêntrica (Silveira, 2016, p. 309).

A atividade com as charretes é revestida pela ideia de miséria no imaginário popular de classe média-alta. Surgindo como contraponto, muitos charreteiros fazem

questão de enfatizar sua boa condição quanto têm a oportunidade, inclusive, para diferenciarem-se dos que de fato sofrem de precária situação econômica. Um dos interlocutores comentou que um dos seus três cavalos trabalha só das 18 às 19h, e come milho e farelo de trigo - um diferencial importante quando muitos conseguem apenas fornecer pasto. Comprou uma égua que era usada só pra montaria e tiro de laço[24], antes de ser domada para charrete. Outro diferencial, no sentido de ser uma égua de alto padrão dentro de seu contexto. E falou que uma vez pagou R$ 3,5 mil num cavalo que morreu 3 dias depois. A retórica anti-miséria é bastante observada, principalmente naqueles que só fazem frete, e se manifesta em falas sobre o alto custo de ferraduras, rações, remédios, arreios e outros itens. Esses relatos não têm tom de queixa pelo valor desembolsado, mas de satisfação pela possibilidade de bancá-lo. Alguns gostam de ostentar certos luxos, como um rapaz que havia comprado uma égua exclusivamente para servir de montaria às suas crianças. Tive oportunidade de visitar a casa de um charreteiro, que com muito orgulho mostrou as cocheiras que construiu para seus três animais, forradas com serragem para maior conforto. Um desses animais é um pônei, adquirido para despertar desde cedo o interesse pelo cavalos em seu filho de cinco anos.

2.3 – Trabalho vigiado: lidando com o olhar dos outros

Um charreteiro com quem conversei relatou uma situação muito complicada. Andando à noite pelo centro de Pelotas, o seu cavalo pisou em um bueiro sem tampa e se machucou. O fato aconteceu em frente a um conhecido e muito frequentado café, em horário de bastante movimento. Muitas pessoas se aglomeraram em volta e começaram a xingá-lo, tirando fotos e ameaçando chamar a polícia. O cavalo acabou morrendo no outro dia. Depois disso pensou em desistir e vendeu os cinco cavalos que tinha. Durante a pesquisa de campo foram vários os relatos semelhantes, falando do assédio de populares e agentes de trânsito diante de uma situação como a narrada.

[24] Atividade que consiste no arremesso, por parte de alguém montado a cavalo, de um laço de couro trançado em um bovino. Muito popular no sul do Brasil, tem caráter desportivo e competitivo.

É comum que pessoas se aproximem, furtivamente ou agressivamente, e analisem o animal, por vezes tirando fotos. Essa tensão fiscalizatória faz parte do cotidiano dos charreteiros, principalmente dos que circulam pelo centro, e tem se intensificado com o passar dos anos. Reflexo claro das novas percepções com relação aos animais, da emergência da luta pelos seus direitos e da dinâmica de compartilhamento de informações pela internet. Muitas mudanças conduziram a uma alteração no conceito cartesiano de “animal-máquina”, preponderante desde o século XVII, e que foi dando lugar a um conceito de ser sensível e sujeito de direitos (CHAPOUTHIER, 2008). Pesam como influência, entre outros fatores, os desenvolvimentos das ciências biológicas e a mudança no estilo de vida da maior parte da população (CHAPOUTHIER, 2008). Sendo esta majoritariamente urbana, o convívio com outros animais não é pautado pela utilização de seus corpos, e por estar afastada dos ciclos de vida e morte - em contexto pós-doméstico, como diria Richard Bulliet (2005) - pode ter uma visão dos animais desvinculada das necessidades prementes da sobrevivência humana no sentido pragmático da vida vivida.

Isso conduziu a duas decisões importantes nesta pesquisa. A primeira delas foi a de manter o anonimato de interlocutores e interlocutoras, e a segunda, a de não utilizar fotografias identificáveis destas pessoas, mas somente dos cavalos e charretes. Não sem dilemas, afinal essas coisas nunca são fáceis. De certo modo isso pode contribuir para a aura criminalizadora que atinge a atividade. Vários interlocutores se mostraram receptivos e aceitaram ser fotografados, alguns inclusive considerando a pesquisa importante para separá-los dos “maus”. Mas abri mão de seus nomes e imagens por considerar que seu consenso não os livra de possíveis complicações futuras. Quanto a docentes, discentes, políticos, empresários e ativistas, não haveria maiores problemas se usasse seus nomes e imagens, afinal, suas ações não são “denunciáveis”, mas isso poderia acarretar uma situação assimétrica, que talvez reforçasse possíveis estigmas em relação aos demais sujeitos da pesquisa.

Essa decisão pode me colocar na posição de conivente com maus-tratos. No entanto, existe uma rede grande e bem articulada de gente fiscalizando e zelando pelos animais de tração; o próprio caráter da atividade dos charreteiros exige que circulem em locais de relativo movimento, de modo que um episódio de maus-tratos dificilmente passará despercebido pelos observadores; e, finalmente, em meus trabalhos de campo não presenciei e nem poderia presenciar uma cena de maus-tratos, visto que ocorreram ou no ambulatório veterinário ou nas ruas, diretamente em diálogo com charreteiros que, seja por caráter próprio, seja pela interferência de um observador-pesquisador, não cometeram nenhuma violência. Sendo assim, o fato de uma etnografia não poder se reduzir a um libelo acusatório não representa um prejuízo à atividade das pessoas engajadas na defesa animal. Em outras palavras, nenhum prejuízo decorre desta pesquisa para a defesa dos animais e para a luta contra os maus-tratos.

Evidentemente nem todos os momentos foram amenos. Há charreteiros que mencionam atitudes violentas, alguns como um mal necessário, e alguns poucos mesmo zombando da situação. Conversei com um homem que possui um cavalo e uma égua. Na fêmea ele não bate, porque é “nervosa” e por isso “boa de trabalhar”, segundo sua percepção. O temperamento inquieto faz com que ela seja bastante ativa, não exigindo muito estímulo para andar. Já o macho “é meio vagabundo e merece apanhar”, conclui. Ele é “arisco da cabeça”, ou seja, se esquiva quando tentam colocar o freio ou o buçal. Isso faz com que o homem dê umas “porradas”

para conseguir o que quer do animal. Esse foi o único relato de teor explicitamente violento que tive. As violências não se resumem ao que é relatado, é claro, e podem ocorrer por desconhecimento e omissão. Mas é válido destacar que, de acordo com os médicos-veterinários com quem conversei, casos de crueldade são pouco comuns, representando uma porcentagem muito pequena dos casos atendidos por eles.

O receio de arrumar problemas influencia muitas das decisões dos charreteiros. Em certa oportunidade fui com uma equipe de veterinários analisar uma égua que não conseguia parar em pé. Ela pertencia a uma mulher, da qual um parente foi ao ambulatório pedir a visita. Novamente o carro da professora adentrou ruas estreitas, de terra transformada em lama em um dia de chuvisco constante, típico de inverno. Após descermos do carro, passamos por dentro de duas casas e de um terreno baldio, até chegarmos a um galpão. A sua estrutura era muito boa, calçado com pedras e suportado por grossos troncos, com telhas de amianto.

Ali estava a paciente: uma égua magérrima e bem velha. Tinha vinte e poucos anos, e já estava aposentada há um tempo. A mulher que a mantinha trabalha com materiais recicláveis, e tem outros animais em atividade. Comentou que a doente passou a deitar-se no campo sem conseguir levantar depois, pelo que decidiram colocá-la no galpão. Desenvolveram um mecanismo para que ela pudesse se sustentar em pé, composto por correias e tiras de borracha, que, passando pelas vigas, sustentavam a parte inferior do animal. Os estudantes coletaram sangue e fizeram os procedimentos básicos, enquanto a professora conversava com a mulher em questão. Ela disse que não tinha coragem de sacrificar a égua, coisa que outros já teriam feito em seu lugar. O animal ainda caminhava alguns períodos, mas em dados momentos perdia a força, deitava e não levantava sem auxílio. Se isso acontecesse no caminho para o ambulatório, não faltaria quem interviesse acreditando ser uma situação de maus-tratos, e por esse motivo pediram a visita veterinária. Esses cálculos de ações e consequências são comuns porque, quem não vivenciou diretamente alguma admoestação, ameaça ou insulto, conhece alguém que vivenciou. Assim emergem táticas de contra-poder, evitando as estratégias do poder (CERTEAU, 1998).

Naquele mesmo dia a equipe foi examinar uma vaca em uma casa próxima. A debilidade dela foi motivo para um atrito de casal, com a mulher reprovando a “mania” do marido em manter bichos. O valor investido no ruminante teria sido

melhor aplicado em outras coisas, segundo dizia, sobretudo por terem um filho ainda de colo. Menos de um mês após a aquisição, a vaca começava a se transformar em prejuízo. Ficou acertado que a levariam ao Hospital Veterinário, no Campus Capão do Leão. O transporte dos animais é encargo de seus representantes humanos, e os donos da vaca passaram a se articular com relação a isso. Alguém emprestaria uma caminhonete, em cuja caçamba cabia a vaca. E como ela não conseguia se locomover, seria necessário realizar um pequeno mutirão para colocá-la no veículo. Assim, a mulher do episódio da égua idosa que narrei, “emprestou” dois de seus homens para a operação. Não soube quais eram as condições do empréstimo, e nem a relação desses dois homens com a mulher. Ela parecia uma figura de alguma liderança econômica e familiar. A peculiaridade desse tipo de observação deixou algumas lacunas na pesquisa. Não realizei um trabalho prolongado o suficiente com alguns charreteiros, como imaginei que faria no início. Aproveitando as oportunidades que o ambulatório oferecia, acabei fazendo contato com muitos deles, mas por breves momentos. Como não podia atrapalhar as consultas, não estabeleci tantos diálogos ativos quanto gostaria, muito mais observando e ouvindo.

2.4 - O que reserva o futuro: motor no lugar dos cascos?

A época em que comecei a pesquisa de campo foi bastante interessante, por coincidir com a notícia de que a prefeitura tinha adotado um plano para proibir o trânsito de veículos de tração animal no perímetro urbano[25]. Fui olhar a Feira de Protótipos de veículos substitutivos à tração animal, em um dos prédios da administração municipal. No amplo pátio estavam grupos variados, como a prefeita da cidade, alguns vereadores e assessores, e outras pessoas ligadas à Prefeitura Municipal; representantes de grupos de proteção aos animais; funcionários da única empresa que se inscreveu na licitação; e, finalmente, alguns charreteiros, uns a convite de vereadores e outros movidos por curiosidade e dúvidas com relação ao seu futuro. A atividade toda se desenrolava ao redor do protótipo do veículo substitutivo, que seria disponibilizado para testes depois de apresentado. A prefeita e alguns vereadores falaram, todos com discurso marcado pela ideia de promover a

[25] Disponível em: http://www2.pelotas.com.br/xxx/transparencia/arquivos/edital.pdf. Acesso em 16 set. 2019.

mudança sem prejudicar os mais atingidos. Foi dito que Pelotas tinha a chance de fazer diferente, criando uma solução para o bem-estar animal sem deixar desassistidos os que com eles trabalham. Ao contrário de outras cidades que simplesmente proibiram peremptoriamente o trânsito de veículos de tração animal, a ideia era fazer algo muito estudado e gradual no contexto pelotense.

As pessoas se arranjaram em um círculo um tanto disforme, todos em pé, ouvindo quem tinha algo a dizer sobre o projeto. Percebi a distância com que um grupo de três homens observava, comentando coisas entre si de maneira desconfiada. Imaginei que eram charreteiros. Após as falas me aproximei e perguntei se eram de fato, e recebi outra pergunta como resposta: se eu era protetor dos animais. Sorri e disse que era estudante, e que estava ali para fazer um trabalho para a universidade. O homem que me fez a pergunta sorriu também e se justificou, dizendo que me observara com um caderninho e fazendo anotações - ficou subentendido que havia estranhado meu proceder. Tinha pouco menos de 40 anos, vestido à moda típica gaúcha. Perguntei o que achavam do carrinho, e todos se mostraram céticos, embora o que primeiro me dirigiu a palavra tenha se mostrado o menos simpático ao protótipo.

Pouco depois o veículo foi posto em uso. Metálico, verde e alongado, com um grande compartimento na parte traseira e lugar para uma pessoa conduzir na frente, começou a ser manobrado no pátio, por gente da empresa licitante e depois por um vereador. O clima frio e ventoso parecia trazer ares de esforço para a empolgação que tentavam transparecer. Nesse momento, quando as falas oficiais já tinham acabado, várias pessoas começavam a ir embora. Percebi que alguns charreteiros, estranhos entre si e que até então não tinham se aproximado, começaram a conversar sobre suas impressões. Fui até eles, sendo aceito tacitamente na conversa. Os comentários eram divididos entre os que não tinham gostado do protótipo e os que pareciam se conformar, sem muita animação.

Uma preocupação comum era quanto à resistência do veículo. Apesar de os proponentes terem salientado mais de uma vez que ele suporta até 400kg, os charreteiros não pareciam muito convencidos. De repente um dos homens apontou para a ausência de um mecanismo de despejo na caçamba, o que dificultaria muito o seu trabalho. O veículo era adequado em tamanho e resistência, mas não permitia a manobra facilmente executável nas charretes, de inclinar a parte da frente para cima e despejar o conteúdo. Concordei com a relevância disso e sugeri que ele falasse a alguém da prefeitura ou da empresa, mas ele se mostrou bastante constrangido e pouco à vontade com a ideia. Outro charreteiro também tentou convencê-lo, mas o propositor ficava apenas mais sem graça.

Notei que mesmo com a pertinência da questão, e mesmo sendo eles os profissionais por excelência daquele contexto todo, nenhum se sentiu à vontade para compartilhar suas impressões com os não-charreteiros. Outros do mesmo ofício, que já tinham relação com vereadores, interagiam mais com o público geral ali presente. Mas sem essa relação prévia, a solenidade e formalidade do evento inibiram os maiores interessados da ocasião. Me pareceu surpreendente a falta de um convite assertivo aos charreteiros para que testassem o protótipo do veículo

motorizado. Apenas o anúncio geral de que ele podia ser usado não fora suficiente, e a percepção disso não motivou os promotores do evento a agirem de forma diferente, ou nem mesmo existiu. Podemos imaginar a dificuldade que um charreteiro experimentaria subindo no veículo logo após um vereador. Essa barreira simbólica não costuma ser percebida por aqueles que poderiam, mais facilmente, rompê-la.

Em meio à movimentação, enquanto circulava captando as falas, notei um senhor da casa dos sessenta anos perguntando: “Mas e o meu cavalo? Vão tirar o meu cavalo?” Alguém que não sei quem era, mas que estava no séquito da prefeitura, tranquilizou-o, dizendo que a proibição de circulação não seria proibição de posse, a não ser em caso de maus-tratos. Eis o cerne do embate e o porquê da iniciativa substitutiva. Quando estava mais inserido no contato com os charreteiros, perguntei o que achavam da ideia de proibir seus veículos. O mais comunicativo, e que acabaria se tornando interlocutor frequente ao longo da pesquisa, respondeu que achava ruim e emendou com a consideração do motivo. “Eles dizem que é maus tratos”, afirmou. Esse *eles*, que apareceria bastante ao longo da pesquisa, pode significar o poder público, os defensores de animais ou qualquer não-charreteiro.

A nebulosidade faz sentido, a partir do momento em que somente os do ofício das charretes podem compreender algumas coisas acerca da atividade. A incompreensão vem de todos os lados, e traz consigo a generalização que os charreteiros tanto combatem conforme podem. Quando viram que eu não estava ali para fiscalizá-los, se sentiram à vontade para discorrer mais a fundo sobre suas percepções. Admitiram que alguns colegas de profissão realmente “são maus, judiam” dos cavalos. Esses seriam os que “queimam o filme” da categoria, e que, segundo eles, deveriam ser proibidos de circular com charrete. Mas a divisão entre bons e maus não é suficiente, e o interlocutor mais expansivo, que dominava a roda de conversa, relativizou o conceito de maus-tratos através de exemplos:

> *A pessoa tá andando de carro e te vê dando na cabeça do cavalo, mas ela não sabe que tu pode tá evitando um acidente. Eu tenho um cavalo que é muito rebelde, e quando ele não quer obedecer a rédea eu tenho que dar com o relho na cabeça dele, senão ele pode se*

> *meter por cima de um carro. Já imaginou o acidente que pode causar?*

É possível rebatê-lo dizendo que, se isso é realmente necessário, é mais um motivo pelo fim das charretes, ou que os cavalos agem assim porque estão estressados e longe de um ambiente saudável. Para ele, se a ação resulta de uma "rebeldia" do animal e é feita para evitar um acidente, é plenamente justificável. Vemos que a discussão é longa e que o consenso desafia a todos os lados. O pensamento dualista, mesmo que frágil hoje em dia, ainda rege muito da nossa maneira de pensar, na medida em que fornece vocabulário que ampara nossa visão de mundo (INGOLD, 1995). Philippe Descola (2002) também aponta para o movimento dualista a que a linguagem comum nos empurra, criando realidades aparentemente estanques. O léxico delimitatório utilizado na ciência é uma sabida ficção, e o autor ainda pergunta, provocativamente, onde começa e onde termina a natureza quando fazemos uma refeição ou quando identificamos um animal pelo nome (DESCOLA, 2002).

A tendência dualista e limitante da linguagem mostra sua influência na maneira comum dos julgamentos morais, marcados por dualidades, cuja rigidez tende a acompanhar a intensidade das emoções envolvidas. Antíteses como bom/mau, trabalhador/vagabundo e muitas outras fazem parte do mecanismo compreensivo que permeia a moralidade humana. Ninguém escapa de alguma coisa assim, e quem diz que o faz, na verdade desvia, exercendo seu autocontrole e seu senso crítico sobre a tentação julgadora dual e absoluta. Não é espantoso se deparar com uma opinião pública abertamente contrária aos veículos de tração animal; afinal, os casos reportados pelas mídias, tradicionais e alternativas, são verdadeiramente atrozes e repugnantes. Da reação emerge a caracterização dos condutores desses veículos pelos mais diversos adjetivos desqualificadores: torturadores, abusadores, criminosos, e, subjacente a eles, inaptos para a tutoria/posse dos animais.

2.5 - Vários lugares na cidade, vários lugares na cabeça

O debate sobre animais e espaço interessa, naturalmente, à Geografia também, inclusive em termos de sua agência e subjetividade na construção da cultura humana (EMEL, WILBERT e WOLCH, 2002). Um dos trabalhos de maior fôlego atinentes à questão é o de Nathalie Blanc (2000), cuja proposta é analisar os animais indesejáveis. Para a autora, as relações entre cidadãos e animais são marcadas pela distinção entre animais desejados e não desejados. Blanc faz um apanhado desse segundo tipo, indo desde gatos de vida livre até baratas, passando por pombos e ratos. A dinâmica urbana com relação aos animais é identificada como submetida a uma ordem, donde existem seres que a compõem e outros que a desregulam. Essa ordem, mutável como todas as demais, abre seu seio, e cada vez mais, a criaturas diversas hoje em dia. Como dito anteriormente, a defesa animal encontra representantes de insetos e outros invertebrados, e questionamentos quanto ao controle desatento ao sofrimento de pragas como ratos e morcegos - cuja caracterização como praga também é questionada.

O sentimento/atitude com relação ao indesejável pode ser seccionado, para assim vermos sua variedade. A partir da obra supracitada de Blanc, sugiro algumas categorias de indesejabilidade. Tomando as opiniões gerais e deixando as que mais profundamente se debruçam sobre o tema, por minoria numérica, em segundo plano, algumas diferenças são percebidas. Existe uma indesejabilidade que pode ser chamada de forte, ou de primeiro tipo, que é a repulsa ontológica dos seres. Aí são incluídos os parasitas internos e externos, como lombrigas, piolhos e pulgas, e animais como baratas e lesmas. Se esclarecidas de modo a afastar a repulsa emotiva, a maioria das pessoas tende a concordar que esses animais têm um papel na natureza, aceitando sua existência, mas à distância e sem muitas preocupações. Chamo de repulsa ontológica porque a existência mesma desses seres costuma causar aversão, independente do contato direto.

Um segundo tipo de indesejabilidade diz respeito ao espaço, e rejeita a presença de certos seres no ordenamento dado e desejado, sem a mesma aversão ou desprezo ontológico nutrido pelos anteriores. É o caso dos gatos e cães ferais, ratos e camundongos, morcegos e pombos, entre outros. A situação de espécies como essas é ambígua, e seu grau de aceitação varia consideravelmente, não apenas de acordo com o grupo social, mas mesmo individualmente. A maioria das

pessoas preza pelo seu afastamento, e mesmo podendo achá-los repulsivos (roedores e quirópteros, principalmente) não nutre o mesmo desprezo ontológico depositado em carrapatos ou tênias, por exemplo.

O terceiro tipo que podemos observar é o da indesedjabilidade condicionada. O animal é indesejável em certo lugar ou situação, enquanto que seu ser desperta simpatia. Nesse tipo está a maioria dos animais de estimação, abandonados, mal-tratados ou alocados em espaços considerados impróprios, seja porque representam perigo a outros animais, seja porque trazem perigos ou incômodos às pessoas, veículos e estrutura urbana. Podemos incluir os animais silvestres extraviados que surpreendem com sua aparição nas cidades, e animais rurais que, com certa frequência, dão as caras pelas ruas. Os cavalos de tração estão justamente aqui.

A contrariedade com sua presença no meio urbano surge em duas frentes principais, que não se excluem, mas se mesclam de maneiras diversas. Uma delas é a do bem-estar, e a outra é a da probidade do espaço urbano. O humor é uma boa forma de referenciar esta última. As reações diante cavalos soltos em áreas movimentadas ou do trânsito de charretes em pontos "inusitados" é, com muita frequência, encarada com humor - podendo pender para a ridicularização. Um cavalo solto pela cidade não é tanto uma invasão da natureza, mas mais um "mau uso" dela, por parte de pessoas cuja negligência é percebida como um desencaixe na ordem das coisas aceitáveis.

Nathalie Blanc considera o animal uma fonte privilegiada de reflexão sobre a dimensão simbólica do modo de habitar urbano, já que desafia nossas concepções comuns de natureza e cultura. Estudos do Ministério do Meio-Ambiente da França, em 1999, relacionaram a presença de animais de estimação com uma cultura preponderantemente popular, de raiz operária e rural (BLANC, 2000). Nas periferias do Brasil é nítida a maior abundância e variedade de não humanos em comparação com os locais privilegiados economicamente. Não só cães, gatos, hamsters e algum mascote exótico, mas galinhas, porcos, cabras, às vezes com fins econômicos, mas nem sempre. E uma proporção maior de cães e gatos, nem sempre como animais de estimação.

A autora observa que a presença de estrangeiros indesejados é associada à degradação do ambiente: eles teriam modos de se alimentar, viver e gerir os dejetos inadequados ao ambiente. A contaminação simbólica que o outro mal-quisto causa é

expressa no discurso de contaminação ambiental. No caso do Brasil, o corolário desse fenômeno é o trocadilho com as APPs (Áreas de Proteção Permanente), que são referidas, ironicamente, como "Áreas Proibidas pra Pobres". Esses pobres são vistos como incapazes, por lhes faltar educação formal, de bem manejar os espaços em que vivem. Esse mau manejo se expressa na criação de animais como galinhas e porcos em zona urbana, assim como o hábito de deixar seus cães vagarem soltos. As incursões de animais de grandes fazendas em áreas protegidas não repercutem tanto, atenuadas pela maior distância média das cidades e pela retórica laudatória ao agronegócio que permeia grande parte dos meios de comunicação e círculos sociais.

A responsabilidade sobre um animal de tração na cidade produz especificidades nas relações sociais. Esses animais promovem um nível de interação entre os humanos que introduz um modelo de confiança, dependência e reciprocidade. Os empréstimos de cavalos entre vizinhos e parentes são muito comuns, e o acerto tácito é que o beneficiado agora seja generoso quando precisarem dele. Os auxílios também podem vir na forma de empréstimo de arreios, charretes ou alimento, e ainda como auxílio braçal no trato de animais doentes ou atolados, por exemplo.

Nas cidades, mais seres significam mais regulamentação; mais animais, maior a necessidade de regras. A atividade dos charreteiros entra em conflito com essa necessidade de regramento. Eles precisam de espaço (*eles ocupam espaço*), eles precisam de tempo (*eles tomam tempo*). O lento vagar das charretes contraria a lógica carrocrática imperante. Além disso, eles espalham excrementos, que produzem sujidade tangível e simbólica. A atividade daqueles que coletam materiais recicláveis os aproxima da noção de nomadismo de Sahlins (1968). Costumam ter residência fixa, mas de uma fixidez provisória, em geral carente de salvaguardas legais. Já o seu trabalho acontece seguindo os fluxos dos excessos e desperdícios da sociedade de consumo (MAGNI e BRUSCHI, 2005). O resíduo é seu alvo, e o movimento é uma das matérias primas de seu trabalho; o cavalo é o motor de propulsão de seu nomadismo.

Na virada do século XIX para o XX, a necessidade de disciplinar a relação entre a nossa e as outras espécies animais emerge elencando dois signos de "barbárie": a promiscuidade cohabitacional interespecífica e os maus-tratos, em aparente paradoxo (LOPES, 2016). O longo caminho de reconhecimento da sensibilidade animal primeiro, e de sua dignidade em consequência, preparou o

terreno para algo verdadeiramente novo nos dias de hoje: a ascensão de uma quarta dimensão dos direitos fundamentais, ressignificando os princípios da dignidade humana[26]:

> Elevar os direitos fundamentais a este patamar é o mesmo que ressignificar o princípio da dignidade humana, com uma finalidade essencialmente inclusiva, pois, enquanto os direitos fundamentais de terceira geração abrangem todos os direitos do gênero humano, em seu último grau de evolução conceitual, os direitos fundamentais de quarta dimensão corresponderiam a um passo além da dimensão humana, protegendo os seres vivos que habitam o planeta em caráter universal (PETER e OLIVEIRA, 2018).

Se falamos em uma futura *novatio legis*, que prestigia a sensibilidade animal[27], é porque essa sensibilidade atuou sobre nós, demandando ações e pensamentos de nossa parte a partir de sua agência não-verbal, em um processo que pode ser entendido como simétrico, aos moldes de Bruno Latour (1994). Processo que leva a pesquisa antropológica a se aproximar de questões políticas e morais envolvendo animais (MULLIN, 2002). Essa "animalização" da Antropologia se revela um campo privilegiado de erosão de grandes divisões epistemológicas (MANCERON, 2015), o que pode contribuir para um melhor entendimento de muitos grupos humanos. Mesmo com amplas divergências teóricas e metodológicas dentro da disciplina, o animal não humano já é um sujeito consagrado de pesquisa (MICHALON, 2018) na medida em que é parte indissociável do *anthropos* e constitutiva de comunidades híbridas (LESTEL, 2001).

Neste capítulo pudemos enriquecer nosso entendimento do fenômeno das charretes graças às falas de seus protagonistas. Dos que buscam auxílio veterinário para seus cavalos aos buscam justificar pancadas que julgam necessárias, vimos que suas rotinas, motivações opiniões e procederes podem variar bastante. Finalizamos tratando dos lugares simbólicos dos animais nas cidades, tentando situar o cavalo na zoografia semiótica citadina. No capítulo seguinte eles "somem", num contraste ocasionado pela pandemia de Covid-19, quando fui atrás de cavalos soltos sobre as calçadas vazias.

---

[26] "Animais estão ligados à quarta dimensão dos direitos fundamentais". Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-jun-16/observatorio-constitucional-animais-ligados-quarta-dimensao-direitos-fundamentais. Acesso em 21 jun. 2018.

[27] "Animais são seres sencientes". Disponível em: https://eudesquintino.jusbrasil.com.br/artigos/751275423/animais-sao-seressencientes. Acesso em 09 set. 2019.

CAPÍTULO 3 – CASCOS NA CALÇADA

Em um contexto pandêmico, meu receio de contato direto com outras pessoas me conduziu a um experimento de “etnografia indireta”, como já mencionei na introdução. Muito da inspiração veio de Magni e Bruschi (2005), cuja metodologia de interagir com interlocutores também através de seus vestígios foi adaptada para esta pesquisa. Este capítulo é uma amostra de como as ações humanas podem ser mediadas por outros seres vivos, não sendo, por isso, menos humanas, mas ganhando camadas multiespecíficas. Veremos que as ações – e inações – que temos junto a outras espécies interferem significativamente nas nossas dinâmicas interpessoais, e que nossa relação com o que chamamos natureza é uma constante negociação, na qual nem sempre somos a parte dominante.

Os números na imagem acima indicam onde foram feitos os registros fotográficos que aparecem ao longo deste capítulo.

3.1 – Errâncias vigiadas

Se, como apontou Jack Stauder (1974), os poderes hegemônicos aproveitaram pesquisas etnográficas para fundamentar a dominação colonial, a etnografia também contribui para observar as estratégias de contradominação e busca por autonomia de quem está mais afetado por essas hegemonias. O uso do espaço vacante resulta de um fluxo natural de quem necessita desse espaço e não o tem sob seu domínio formal. Não é relevante discutir sobre a legitimidade desse uso da forma como é feito: animais de grande porte soltos em via pública são sempre um problema, muitas vezes com resultados fatais.

É preciso aprofundar as reflexões e ultrapassar dicotomias simplistas. Ao choque trágico entre um motociclista e um cavalo, por exemplo, e no qual morrem ambos, as reações fortes são esperadas. A sociedade exige atitude do poder público, punição de responsáveis, alterações na legislação, qualquer coisa que ajude a mitigar o problema. Mas um choque desses é mais do que um choque entre humano e cavalo; é uma colisão entre modos de habitar e utilizar o espaço, colisão de posturas perante o mundo, de crenças, sensibilidades, economias, ecologias, contingências de todo tipo.

Para avançar devemos retroceder. De onde emana a negligência? A atitude de deixar os cavalos soltos precisa ser analisada em seu contexto, pois não surge sem vínculo com outras. Por toda cidade é possível observar cavalos em áreas

verdes, públicas ou privadas, e a mais ligeira observação já os percebe em dois grupos. Existem os presos a cordas e os completamente soltos. Os primeiros, de maneira geral, aparentam melhor estado de saúde, enquanto os segundos, ainda que nem sempre, manifestam saúde mais precária e menos peso. Por que alguém que depende do cavalo para seu sustento deixa-o vagar livremente, com risco de atropelamento e mesmo furto, comum inclusive para a produção de carne clandestina? Algo que observei foi que muitos desses animais errantes foram descartados, por não servirem mais para o trabalho, seja por doenças, seja por idade. Contudo, exemplos há de cavalos plenamente funcionais, utilizados cotidianamente para tração e que, ainda assim, são deixados para perambular sem supervisão por quem os devia tutelar. Não venho agora com respostas, mas deixo essas inquietações acompanhando quem lê.

1

A zona percorrida, ao estilo *flâneur*, fica entre a região da Balsa e a do Porto de Pelotas, margeando o canal São Gonçalo, já contextualizado no primeiro capítulo. Com a devida vênia de Baudelaire, me senti mais propriamente um tapejara, um senhor dos caminhos *(tape* é caminho e *jara* senhor, em guarani). Não para evitar estrangeirismos, nem para me ufanar de parte dos meus ancestrais, mas pelo vazio que dominava as ruas no que parecia ser o auge da pandemia, e que seria sucessivamente superado por picos ainda maiores.

Essa parte da cidade possui uma história intimamente relacionada ao antigo Frigorífico Anglo, cujas instalações hoje pertencem à Universidade Federal de Pelotas. De acordo com Janke:

> Pode-se inferir que a maioria dos moradores do Bairro da Balsa fixaram residência naquele local em função do emprego, que, nas décadas de 50-60, era oferecido, basicamente, pelo Frigorífico Anglo, com menor participação do Porto de Pelotas e de outras indústrias que funcionavam próximas àquela área. Esses moradores eram

> oriundos ou da zona colonial da cidade, ou das regiões próximas a ela, como Canguçu, Piratini, Jaguarão, Arroio Grande. (JANKE, 1999, p.85)

Essa procedência mostra uma origem rural de grande parte dos primeiros moradores, sendo razoável supor que vários deles trabalhavam com cavalos antes de se estabelecerem ali. No início da década de 1990 começou um período de grande decadência econômica na região portuária, resultando em desemprego e empobrecimento da população (JANKE, 1999). A maior parte das empresas locais fechou suas portas, e muitos prédios estão até hoje abandonados, alguns em ruínas.

A zona, abandonada pela atividade econômica empresarial, tem a sua própria dinâmica de intensas atividades. As oferendas religiosas de matriz africana são muito comuns, assim como os cavalos soltos. Completam o cenário os muros com graffiti e pichações.

1

1

Essas ruas, geralmente pouco frequentadas e, àquela altura, vazias de gente por causa da pandemia, estavam repletas de vestígios de presenças humanas mais e menos recentes. Os cavalos trazem informações sobre seus humanos: alguns ficam presos a cordas em terrenos para pastar, outros perambulam totalmente livres; há os que aparentam bom estado de saúde, já outros são magros e eventualmente apresentam ferimentos. A presença de pôneis manifesta o uso recreativo desses animais, como verifiquei entre alguns interlocutores. Para muitos, o cavalo é o trabalho e também o lazer, cujo gosto é transmitido aos filhos com os equinos de menor tamanho.

2

2

3.2 – Preenchendo o vazio

Praças, parques, terrenos baldios e similares são muito utilizados para deixar os animais por alguns períodos, provendo tanto a alimentação quanto o espaço, que muitos carroceiros não têm. Com novas centralidades emergindo nos bairros de

Pelotas, (GLUSZEVICZ e VIEIRA, 2011) esses espaços se tornam mais escassos e distantes.

A região em que fiz minhas observações teve um passado pujante, do qual as ruínas são um lembrete ainda imponente. O vigor econômico atraiu milhares de trabalhadores para as indústrias que ali se instalaram, a maior parte vinda da zona rural de municípios vizinhos; na década de 1960, Pelotas verificaria um crescimento de quase 5% ao ano, segundo o I Plano Diretor de Pelotas (DPD, 1967).

A derrocada industrial trouxe empobrecimento, mas os cavalos não são, necessariamente, indícios de precariedade econômica. O pônei retratado, por exemplo, pode ser considerado item supérfluo, posto que não é usado para puxar carroça. Existem carroceiros que não conseguem fornecer aos animais as condições mínimas para que se mantenham saudáveis, mas também existem muitos com suficientes recursos para a manutenção de animais de lazer.

Em cidades fronteiriças onde passei a infância - Bagé, Uruguaiana, Alegrete - é comum ver passeios equestres urbanos, sobretudo aos fins de semana e nas periferias. Sendo cidades caracterizadas por grande produção pecuária, abrigam muitos trabalhadores fixos e sazonais das estâncias, que mantêm vínculos com parentes na zona urbana e nela passam temporadas. O apreço pelo cavalo, nesses contextos, não significa necessariamente vínculo com o tradicionalismo institucionalizado[28], ainda que possa ocorrer, mas é, antes de tudo, conectado ao mundo rural. Pelotas, como polo regional, atraiu muitos habitantes de municípios próximos de vocação pecuária, não sendo de estranhar a presença de hábitos semelhantes em parte desses migrantes e seus descendentes. Efetivamente se observa, embora com menos frequência, essa atividade equestre recreativa na parte urbana de Pelotas.

Seguindo o princípio de não fotografar pessoas sem diálogo e consentimento, e somando isso aos desafios da pandemia, não pude trazer cenas desses passeios - que são, importante frisar, distintos das cavalgadas tradicionalistas. Mas relato que além desse trânsito montado também existem os veículos de tração próprios ao passeio, as charretes ou *aranhas*, ao estilo do *sulky* inglês, leves e com duas rodas

[28] A principal entidade do tipo é o MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), uma associação civil com personalidade jurídica, fundada em 1967 e atuante em todo o território nacional. Disponível em < https://www.mtg.org.br/o-que-e-mtg/ > Acessado em 10 jan. 2022.

apenas. Durante algum tempo observava com frequência esse veículo pelas ruas do meu trânsito, sendo o cavalo adornado com diversas fitas coloridas.

Tudo isso, enfim, para desestabilizar um entendimento comum sobre o fenômeno do cavalo urbano: que teria motivação meramente econômica. Evocando Evans-Pritchard, “A atitude dos Nuer e seu relacionamento com povos vizinhos são influenciados pelo amor ao gado e pelo desejo de adquiri-lo.” (2013, p. 23). Não parece descabido afirmar que a atitude de alguns carroceiros e seu relacionamento com a cidade são influenciados pelo seu amor aos cavalos.

Mas importante frisar: não é o caso de tecer um conto romântico e colorido sobre pessoas e cavalos. Os últimos parágrafos podem parecer um desserviço à causa da proteção animal, ao esforço sério e incansável de denunciar os maus-tratos que tanta gente mobiliza. Teremos oportunidade de chegar lá e tocar nessa questão sensível. Apenas trago essas reflexões para robustecer a discussão, sem que sirva para amenizar quaisquer situações de agressão; ocorre que estas são amplamente divulgadas nos veículos de imprensa e nas redes sociais.

2

3.3 – Pavimento, alimento

Chama a atenção o fato de os cavalos poderem pastar nas próprias calçadas, mesmo quando do outro lado da rua existe um terreno verdejante. O estado de conservação das calçadas, fora do centro histórico, revela muitas coisas. É sintomático de certa maneira de gestão municipal, pelo menos desde que vim morar aqui, no ano 2000. Verdade seja dita, calçadas tomadas por ervas não são privilégio desta cidade, mas muito comuns neste país tropical/subtropical. E, justiça seja feita, quando a umidade proverbial da Princesa do Sul[29] se une ao ar morno da primavera e tórrido do verão, o ritmo de crescimento das gramíneas ultrapassa rapidamente o da manutenção. A julgar pela abundância de relva nas calçadas dos bairros, conclui-se que grande parte dos moradores não se preocupa com isso, preferindo esperar que a prefeitura faça a capina; ou tem uma margem de tolerância considerável para com as companheiras vegetais.

Penso que permeia o cenário descrito uma determinada relação com a natureza. Há quem imprima suas concepções morais nesta análise, relacionando calçadas cheias de vegetação com desleixo, abandono, preguiça, incúria. Mas há uma questão anterior. Se alguns moradores não se motivam a “limpar” suas calçadas, é porque a “sujeira” não os incomoda o suficiente. Podem sentir a pedrinha no sapato, mas ela ainda não rasga a meia, não fere a sola do pé e não impede a caminhada. Há quem apresente recusa obstinada em executar tarefa para a qual já paga taxa ao poder público, reconhecendo o absurdo de ter ele mesmo de capinar sua calçada; há quem não tenha saúde para tal nem recursos financeiros para terceirizar a empreitada; e há, finalmente, quem se incomode e limpe, não sem antes sentir capim à altura dos tornozelos ou joelhos.

[29] Alcunha pela qual Pelotas é conhecida.

1

De acordo com algumas análises históricas (CHAVES, 1978; DREYS, 1990; FREITAS, 1996), a relação que se constituiu com a natureza no extremo meridional do Brasil foi influenciada pela economia extrativista da carne no período colonial. Os produtos e subprodutos do gado eram retirados com pouca ou nenhuma preocupação com etapas anteriores de produção, originando as famosas caçadas aos bovinos asselvajados, presenciadas e registradas pelo pintor e cronista francês Jean-Baptiste Debret em Pelotas (então Freguesia de São Francisco de Paula), em 1825 (BANDEIRA e LAGO, 2009). Cronistas estrangeiros do século XIX, como o naturalista, também francês, Auguste de Saint-Hilaire (2002), que aqui esteve em 1820, salientaram o que para eles era o descuido dos sul-rio-grandenses com aspectos básicos da existência, desde a decoração das casas até o trato com os animais. Não venho com explicações, senão com conexões. Explicar fenômenos tão amplos conjecturando continuidades históricas necessitaria sólida e delongada análise, sob pena de se chocar contra os mais básicos princípios metodológicos. Deixo quem lê defronte à realidade: na terra dos cavalos errantes temos as ervas *grassantes*, os cães viandantes e toda sorte de manifestações que sugerem a crença/constatação de que a natureza cuida de si mesma.

3

3.4 – Passear, perturbar

O abandono de animais ou a lassitude para que perambulem à vontade são coisas facilmente observáveis em boa parte do mundo, e Pelotas não é, absolutamente, nenhum caso excepcional. E vale notar que esses comportamentos convivem com iniciativas opostas, de resgate e mesmo construção de casinhas para cães comunitários, demonstrando a emergência de novas sensibilidades com relação aos animais não humanos (LEWGOY *et al.*, 2011).

Muitos cavalos que circulam soltos transparecem o recebimento de cuidados, alguns andando com buçal (cordas que revestem a cabeça) e exibindo boa saúde. Durante um intervalo de mais ou menos dois anos pude observar uma égua que passeava muito no bairro, e eventualmente a via puxando uma carroça. Sem dúvidas ela oferecia auxílio econômico ao carroceiro e este provia os cuidados mínimos e uma alimentação suficiente para que ela aparentasse boa saúde.

3

E é claro que ela estava sujeita a riscos, como atropelamento e furto, ao mesmo tempo em que punha em risco potencial quem se aproximasse dela. Temos uma situação ambígua: a pessoa que a tutelava dava condições para que o animal pudesse ser saudável, algo importante inclusive para o bem-estar econômico dessa pessoa. Ao mesmo tempo, corria o risco de perder esse animal, que certamente demandava valor financeiro razoável em ferraduras, ração, eventuais medicamentos, e provia renda com os fretes. É de se imaginar que na percepção da pessoa em questão não havia maior problema em deixar a égua circular totalmente livre. Ele assumia riscos, mas contava com a sorte de terceiros não atentarem contra a égua e com a cooperação dela em retornar para casa (deduzo que voltava sozinha, pois seria impraticável ao homem sair a esmo todo fim de tarde para encontrá-la, sem saber qual rumo teria tomado).

Sendo assim o animal manifestava uma certa agência, e a interação com o homem acontecia dentro de “graus de liberdade”, aproximando ao conceito de Haraway sobre os animais de laboratório, definido como “a possibilidade das experiências não funcionarem se os animais e outros organismos não cooperarem.” (HARAWAY, 2011, p.32).

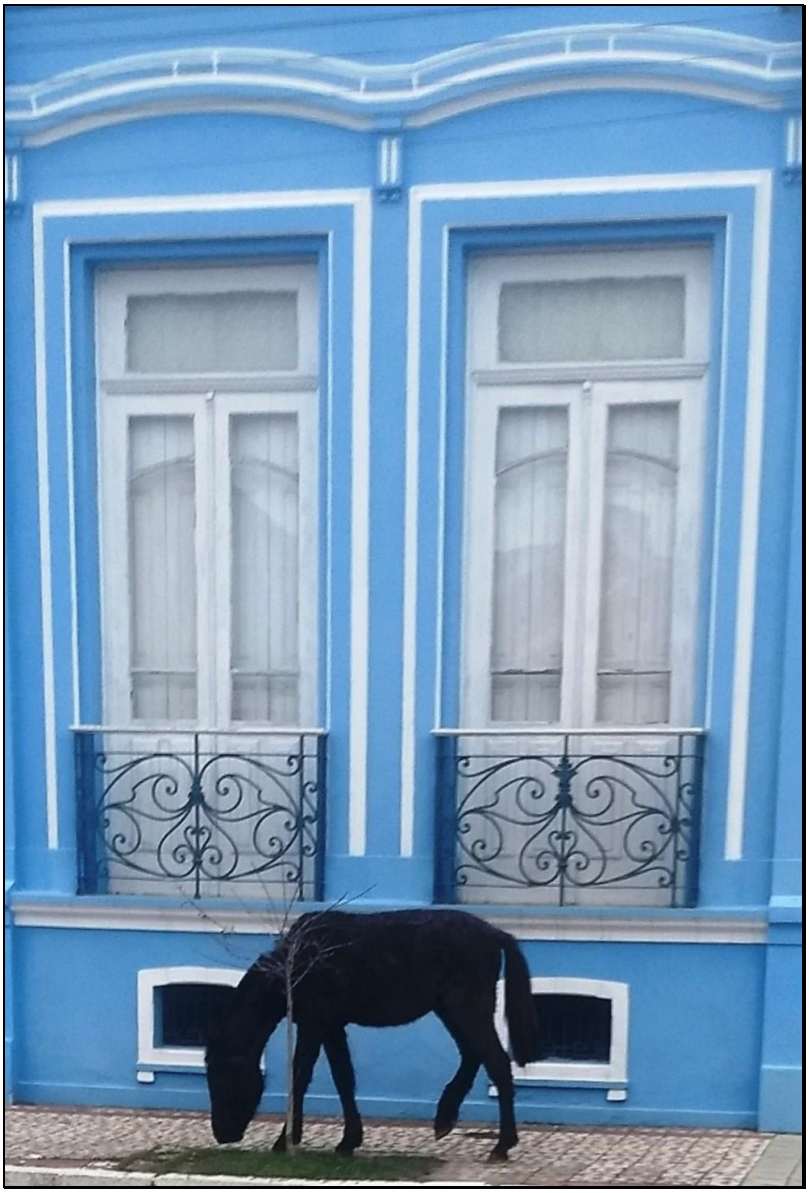
3

3

Apesar de toda a afetividade demonstrada por muitos interlocutores, a relação primordial com os cavalos é de trabalho, inclusive como aponta Sahlins (2003). Que dinâmica de trabalho é essa que deixa seu instrumento laboral à mercê da sorte, sem saber se contará com ele amanhã?

Tive ocasião de observar que vizinhos e amigos “reparam” os cavalos. O carroceiro solta-os em algum terreno conhecido, amarrados ou não, e sabe que alguém vai emitir um alerta se necessário for. Mas esse favor acontece nos locais propícios, onde as pessoas se conhecem, nas zonas periféricas. A região que fotografei é peculiar no sentido de que duas ou três quadras separam comunidades ribeirinhas do São Gonçalo das ruas de tráfego intenso e maior estrutura urbana. É

uma região de interstício, tornando fácil que um cavalo solto em local retirado e seguro esteja praticamente no centro da cidade com poucos minutos de caminhada.



3

3

3.5 – Defecando e andando

Este acontecer é um exemplo de coisas que vazam, conforme propõe Tim Ingold (2012). Recorrendo a Heidegger para a elaboração dos seus argumentos, Ingold toma emprestada a diferença entre objeto e coisa, enfatizando que:

> ...a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas (INGOLD, 2012, p. 29).

Os cavalos que compartilham calçadas conosco são lembretes dos tantos vazamentos existentes numa sociedade tão diversa e desigual. A lógica estranha aqui pode estar consolidada logo ali, a duas ou três quadras de distância. Quem

mora a 15 minutos de caminhada da praça central da cidade, ao abrir sua porta e encontrar um cavalo sobre a calçada (ou suas fezes), pode ter a impressão de estar diante de algo disruptivo. É um fenômeno que contraria a urbanização e a urbanidade, a expectativa de modernidade; é uma força que parece desacelerar os vertiginosos rodopios transformadores por que passa o mundo. Tudo muda tanto e tão depressa, e ao mesmo tempo o que se vê? Um animal cavalar, como qualquer outro da sua espécie no meio do campo, utilizando a via pública como seus ancestrais cavalares já faziam quando as primeiras ruas foram abertas na cidade.

2

Durante o período em que estive próximo aos interlocutores, percebi em alguns acentuada ênfase em se diferenciar através do seu recorte profissional. O carroceiro que faz apenas fretes pode ficar desconfortável com a suposição alheia de que ele “cata lixo”. Alguns atribuíam a maior parte dos maus-tratos e das omissões aos que trabalham com materiais recicláveis. O descuido com os animais seria característico destes últimos, nas narrativas dos primeiros. O cruzamento de diversas falas mostrou que não é tão simples, que há cuidados e descuidos nas

duas atividades, mas, de fato, dentre os que coletam materiais recicláveis observei maior número com maior fragilidade econômica, que frequentemente se reflete em mais dificuldade de atender às necessidades dos animais. Não houve ensejo de perguntar a alguns deles o que pensam dessa visão. O manejo irresponsável dos cavalos seria mais um dentre os estigmas (GOFFMAN, 1963) que rondam os charreteiros, e dos quais muitos deles fazem questão de tentar se afastar através das falas e das ações concretas em benefício dos animais.

2

Esses cavalos são presenças nômades de pessoas sedentarizadas, mas que contrariam a lógica sedentária, não só na soltura dos animais, mas também na incerteza sobre seus locais de moradia. Muitos desses animais estão ligados a famílias que ocupam AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) segundo o NAUrb (Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo da UFPel) 2007 da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). São áreas ocupadas por população de baixa renda, caracterizadas por irregularidades urbanísticas e fundiárias, carência de infraestrutura, irregularidade jurídica e ausência da segurança de posse e registro de propriedade (VARA, 2009).

3.6 – Convergências indesejáveis, divergências inevitáveis

3

A presença de cães e gatos soltos nas ruas não costuma ser encarada da mesma forma. O perigo das zoonoses é superado pela nossa afeição e desejo de ajudar esses animais. Já quando se trata de ungulados, os mesmos sentimentos benévolos não surgem sem uma sensação de inadequação, sem um desejo de colocar as coisas em ordem. O porte grande traz seus riscos, e o desconforto com a presença de cavalos nas ruas e calçadas é justificável. São presenças que nos desafiam e demandam atitudes, e não são apenas os motivos pragmáticos em jogo, afinal "a convivência entre animais humanos e não humanos no espaço público é marcada por uma grande tensão entre emoções e moralidades divergentes (LIMA e BRITO, 2016, p. 316).

A dificuldade em lidar com emoções e moralidades divergentes sobre os animais está relacionada com a dificuldade de nossa sociedade em lidar com parcelas de sua própria população. Os animais desassistidos estão conectados a pessoas desassistidas. Não confundamos com o simples abandono, mas foquemos nesses casos intermédios, de animais que vagam soltos apesar de estarem sob responsabilidade humana.

3

Os bichos deslocados na sociedade têm muito a ver com pessoas deslocadas. É relativamente fácil removê-los das vias públicas, mas é muito mais complicado remover famílias de condições precárias. O cavalo na janela tem muito a

ver com o homem na lixeira. O cavalo que come o lixo poderia ontem ter puxado parte do meu lixo, levantando tostões para que uma família não comesse lixo.

3

Não se pode desejar colocar cada bicho no seu devido espaço sem se preocupar em prover o apropriado espaço para as pessoas. Não é uma questão de hierarquizar as necessidades, mas de reconhecer os vínculos entre elas. Obviamente não podemos esperar resolver toda a desigualdade social no país para

só então nos preocuparmos com os animais necessitados. Mas podemos encarar como coisas que andam juntas.

3

2

Todo ser vivo reclama seu espaço.

1

Vida é espaço.

3

Viver é conviver.

2

O que não serve a um, serve sempre a outros.

1

A finalidade para a qual construímos um espaço só pode ser absoluta em nossa estreita visão. Sempre que há oportunidade, o espaço acolhe a diversidade de seres que o reclamam. Na foto acima, gramíneas e um herbívoro.

A presença desses cavalos configura uma paisagem coexistencial interespecífica na urbe (SILVEIRA e SILVA, 2017), ou, especialmente se somarmos

os veículos que eles tracionam, temos o que Latour (2012) chama de “coletivos híbridos”. Um termo que também contribui para a compreensão é *socioanimalidade*, interessante para “repensar a sociedade em sua diversidade interespecífica, multiespecífica, transespecífica” (Vander Velden *et al.*, 2019, p.7).

Observando a presença de urubus e garças em um tradicional mercado de peixes em Belém-PA, Silveira e Silva (2017) observam que:

> Os (des)encontros entre humanos e não-humanos estão associados às agências voltadas ao compartilhamento de espaços pelos coletivos humanimais e as negociações proxêmicas de interação, visto que diariamente as aves recebem porções/pedaços/resíduos de peixes, sobretudo de parte dos peixeiros. (SILVEIRA e SILVA, 2017, p. 444).

Os (des)encontros entre humanos e não humanos equinos, no nosso caso, ocorrem de maneira similar, com a diferença de que os herbívoros não estão nessas ruas para aproveitar do subproduto de uma ação humana, e sim do resultado de uma inação – a vegetação que cresce em calçadas e outros espaços urbanos e lhes serve de alimento.

3

Neste capítulo vimos, com exemplos, que a concepção original de um espaço é apenas uma das suas múltiplas possibilidades de uso; que quem o concebe é apenas um dos muitos que acabam decidindo o que será dele; e que, aqueles a quem o espaço é destinado, são apenas uma fração dos seus múltiplos beneficiários. O capítulo seguinte, que vem também à guisa de conclusão, aponta alguns impasses e contradições das tentativas de proibição das charretes, com o objetivo de qualificar a discussão.

CAPÍTULO 4 (À GUISA DE CONCLUSÃO) – TRAMA DE IMPASSES

ou

termo da jornada para o condutor, em que ele entrega o carregamento à próxima pessoa e sai de cena, e esta segue adiante acomodando a carga como lhe aprouver

Diz uma sentença popular que as melancias se acomodam conforme o andar da carroça. Mas, dependendo da mercadoria, ao invés de acomodação cria-se o entrevero. E a miscelânea antropológica, filosófica, histórica e quem sabe o que mais nos acompanhou até aqui, é de tal modo variegada, sortida e heterodoxa, e tantos solavancos sofreu, que este autor não tem como entregar um resultado em forma de respostas estruturadas, inequívocas e sistemáticas. E nem imagina que seja esse o desejo de quem, porventura, tenha devotado o tempo e a paciência necessários para chegar até esta linha.

Há circunstâncias em que mais vale manter a carga arejada e em movimento, e entregá-la revirada mas sem bolor, do que priorizar a integridade do arranjo e aparecer com itens mofados. Dessa estratégia me vali, e me considerarei satisfeito caso tenha contribuído para minguar certezas e cevar cautelas.

4.1 – Proibir ou ocultar?

A discussão atual sobre proibição ou legitimação da tração animal diz respeito às esferas centrais das cidades, por isso não é apenas uma disputa sobre o trabalho com animais, mas igualmente uma disputa sobre a cidade. Nenhum projeto proibicionista tramitando atualmente, salvo lapso do autor, engloba as zonas rurais, e poucos vão além dos centros das cidades. Os defensores da causa entendem que o abandono das charretes precisa ser gradual, sendo inviável a eliminação repentina em todos os contextos. Mas isso nos leva ao seguinte impasse: proibidos de circular em determinados espaços, os charreteiros se adaptam como podem, como foi o caso em Natal, RN (CARVALHO, 2016) e Belo Horizonte, MG (OLIVEIRA, 2017).

Isso significa que os cavalos seguem sendo utilizados no trabalho, e o objetivo dos grupos de defesa dos animais não é alcançado, já que os maus-tratos apenas se deslocam para um palco menos visível. Em outro cenário, quando a ideia é recolher os animais quando sofrem abusos, a proibição dos veículos de tração animal não seria necessária, bastando esse pente-fino que impediria os humanos cruéis de terem cavalos. Este segundo cenário resultaria em um trânsito de cavalos urbanos composto somente por animais saudáveis e bem cuidados, sob tutela responsável e vigiada. Mas não observamos o mesmo alcance e apelo nesse tipo de proposta, porque ainda violaria o imaginário moderno das cidades - mesmo que, hipoteticamente, o bem-estar equino fosse garantido. Analisando as pesquisas com carroceiros em Belo Horizonte, Lopes (2013) observa que “a maioria delas se atêm à visão da precariedade social embasada em dados quantitativos como renda e escolaridade, o que facilita um determinismo material e economicista” (LOPES, 2013, p. 71).

4.2 – Erigir a urbe, evadir da urbe

Digard (2012) desenvolve o conceito de biodiversidade doméstica, aquela gama de organismos surgida em relação indissociável com a nossa espécie. Dentre os exemplos mais fáceis de evocar estão os assim chamados animais domésticos, e o autor chama a atenção para existência de escolhas estratégicas de uma espécie ou de um par complementar, em diferentes sociedades. Essas escolhas não apenas surgem de influências circundantes, como também influenciam as sociedades humanas. No contexto aqui estudado esse par complementar é composto por cavalo e cão, o primeiro, como propulsor físico e metafórico (ADELMAN, 2020), e o segundo, como extensão visual, tátil e olfativa da nossa espécie.

A chegada dos propulsores automáticos – os automóveis – comprometeu a estabilidade do par privilegiado de nossa biodiversidade doméstica. Inserido no processo de higienização urbana, no final do século XIX e início do XX, o advento do automóvel foi determinante para o surgimento de leis restringindo a presença e o trânsito de animais de grande porte no meio urbano. Isso observa Aprobato Filho (2006, p. 234), ao analisar as transformações da cidade de São Paulo na época. Cavalos, asnos, mulas e bois, pouco antes os principais meios de transporte

terrestre, começaram a ser vistos como contrários à higiene e à organização citadinas.

O paradoxal é que o ápice do desenvolvimento urbano do século XIX coincide com o clímax da exploração equina pelos humanos, já que os cavalos foram essenciais para o desenvolvimento das metrópoles (MCSHANE e TARR, 2007). Limitar o cavalo à fazenda seria ignorar o que segue:

> Prolongamento da energia, da força e da inteligência de seu mestre, o cavalo também esteve presente no cotidiano das cidades, do campo, das fazendas, das usinas, nas mais diversas civilizações que se constituíram durante a história da espécie humana sobre a Terra. (KOSBY, LIMA e RIETH, 2017, p. 198).

4.3 – Pés longe de estribos

McShane e Tarr (2007) questionam o conceito de dominação, e argumentam que a sobrevivência dos cavalos na Eurásia se deveu ao seu encaixe no nicho de parceiros humanos, que permitiu uma coevolução com nossa espécie; isso não aconteceu nas Américas, onde o cavalo nativo foi extinto junto com o restante da megafauna, antes que aprendêssemos a explorar recursos animais de outra forma que não a caça (MCSHANE e TARR, 2007). A presença do cavalo urbano como agente de recreação e lazer não é menos apreciável que sua ação laboral. Ainda em McShane e Tarr (2007), vemos como os equinos propiciaram lazer e sociabilidade, não só entre as elites, mas também entre as classes trabalhadoras dos Estados Unidos da América no século XIX, inclusive encurtando distâncias e permitindo uma conexão mais fluida entre diversos núcleos populares.

Aproximando para nosso contexto, Slatta (1986) evidencia a importância do cavalo para o estilo de vida dos argentinos campeiros, ou *gauchos*, entre os séculos XVIII e XIX. Esses animais não só eram condições necessárias para seu trabalho e mobilidade, como também protagonistas de suas principais formas de recreação, fornecendo liberdade e autonomia (SLATTA, 1986). Mas a onda modernizadora e positivista, que afetou a nossos vizinhos platinos tanto quanto a nós, não deixou de fomentar visões conflitantes sobre o sentido da nação argentina. Assim como em outros países do continente, lá se projetou fortemente uma pretendida dualidade entre o rural bárbaro, miscigenado e atrasado de um lado, e o urbano de estirpe europeia, moderno e civilizado de outro. Analisando as transformações na Argentina do século XIX, Slatta (1986) mostra que a elite desse país foi circunscrevendo, gradativamente e com sucesso, a maneira de viver de sua população rural, inclusive tentando "branqueá-la" através das massivas imigrações europeias. Como resultado, o cavalo foi deixando de ser acessível para grande parte da população, polarizando-se cada vez mais entre lazer da elite e trabalho dos menos favorecidos - fenômeno não estranho ao Brasil.

No caso do Rio Grande do Sul, as corridas de cavalos chamadas "carreiras em cancha reta" exemplificam bem o vínculo de classes populares e os cavalos como forma de lazer. Essa prática ainda é comum em muitas partes, mas perdeu bastante espaço desde a metade do século XIX, quando era o passatempo preferido dos sul-rio-grandenses campeiros (MAZO, 2003). Embora envolva apostas, por vezes altas, além de grande competitividade, possui caráter amador, informal e popular. Já o turfe, atividade altamente institucionalizada, profissionalizada e

especializada, teve expressivo crescimento (PEREIRA e MAZO, 2014), mais recentemente associado ao aumento das apostas online; e apesar de ser bastante apreciado em todos os estratos sociais, não possui o mesmo caráter popular e participativo da “cancha reta”.

Esse processo de afastamento do mundo equestre vivenciado pela maioria da população, assim como a polarização entre o uso recreativo por parcelas privilegiadas e o uso laboral (e recreativo) por parcelas desfavorecidas, adentrou o século passado e pode ser observado ainda neste. O proibicionismo da tração animal expõe o combate parcial aos maus-tratos, que não combate nem com a infinitésima parte de energia as situações análogas nos esportes de elite. Charreteiros e charreteiras de Pelotas, cujos cavalos fornecem trabalho e transporte e, muitas vezes, também lazer, são um dos polos equestres sociais, à grande distância do circuito dos animais de raça e dos esportes e atividades regulados e institucionalizados. Unidos na afinidade pelos animais, esses polos são separados relativamente à visão e tratamento que recebem da sociedade. O arraigo ao modo de vida equestre-urbano-periférico, como já abordamos anteriormente, permite aos charreteiros um escape da lógica de trabalho precário e verticalizado, proporcionando autonomia, ao mesmo tempo em que não se reduz a um economicismo, mas dimana de um apreço expressado em palavras e gestos por muitos dos interlocutores desta pesquisa. Nesse sentido, fazem parte das

> coletividades insurgentes que (re)inventam identidades e narrativas outras, afrontando mecanismos de subjugação e silenciamentos, desestabilizando a produção estatal das “zonas de não-direito”, positivando identidades subalternizadas e lutando por mudanças nas relações de poder desde as margens do Estado, no sentido atribuído por Veena Das e Deborah Poole. (LEMÕES *et al.*, 2021, p. 13).

4.4 – Coexistir é resistir

Conviver com cavalos exige um conjunto de saberes teórico-práticos que não dependem de formações acadêmicas. Esse conhecimento pode ser chamado de hipológico, e é construído na sociabilidade com os demais envolvidos no mundo equestre (VELASQUEZ, 2015), ao mesmo tempo em que emerge da experiência cotidiana com os animais. A pessoa constrói um conhecimento geral sobre a outra espécie, ao mesmo tempo em que desenvolve uma relação única de entendimento com cada cavalo; cada um conhece - ou vive sempre aprimorando o conhecimento de - seu próprio companheiro equino, de modo que, remetendo a Lima (2015), “o cavalo é quem te dá as dicas”. Esse processo de aprendizado mútuo entre diferentes espécies é encarado por Sahlins como um desenrolar no qual os homens definem os animais em termos de si mesmos e se definem em termos desses animais (SAHLINS, 2003).

Quando pensamos em culturas equestres é comum que as primeiras evocações sejam de vaqueiros tradicionais ou grupos vinculados a esses animais

por motivações de lazer e esporte. Mas os grupos familiares cujas economias giram em torno da tração equina constituem, também e a seu modo, toda uma cultura equestre. Lembremos que

> o cavalo participa de trocas econômicas *stritu sensu*, assim como das trocas simbólicas, que incluem os momentos ou instâncias menos mercantilizadas em que o cavalo pode ser representado como ente que nos permite recuperar outros sentidos e afetos, da esfera da 'dádiva' (Adelman & Camphora, 2020).

A coexistência interespecífica tem implicações para a saúde das diferentes espécies envolvidas, inclusive de ordem psicossomática (SILVEIRA, 2015). Os cavalos podem sofrer lesões advindas de agressões ou acidentes, além de exaustão, desnutrição e desidratação. As pessoas que lidam com eles podem receber coices, "manotaços" (golpes com os membros anteriores), mordidas e compressões, além do risco de transmissão de zoonoses. As corporeidades de ambos podem, ainda, ser afetadas por colisões no trânsito e inclemência das intempéries, por exemplo.

4.5 – Fronteiras e afrontes

Ritvo (2007) ressalta que o interesse científico pelos animais é tão antigo quanto a própria noção de estudo sistemático, remetendo a Aristóteles; mas, ainda assim, podemos observar um aumento notável no interesse pela temática animal dentro das ciências humanas nas últimas décadas. Algo em comum entre a maioria de quem se debruça a esses temas é a assunção de que nossa espécie integra o conjunto dos outros animais. Por isso existe a propensão em abrir mão da dicotomia convencional entre a nossa e as outras espécies, algo que a autora problematiza dizendo que requer o estabelecimento de outras fronteiras entre tipos animais - afinal, na prática, alguns são mais iguais a nós que outros. Essas subfronteiras são tão arbitrárias quanto aquela grande e genérica entre *nós* e os *outros*, mas emergem das nossas experiências de convívio interespecífico (RITVO, 2007).
Vander Velden (2020) nos diz que

> não há uma natureza una, fixa, física, originária e imutável – e nem uma natureza das coisas, nos mesmos moldes – mas tantas "naturezas" quantas forem as culturas: não mais visões de um mundo, mas ontologias distintas, ou seja, muitos (outros) mundos (VANDER VELDEN, 2020, p. 215).

Essas ontologias distintas, esses outros mundos, não são exclusividades de coletivos não ocidentais, mas também se manifestam em diferentes coletivos do Ocidente. Isso é ainda mais nítido no que já chamei de "Ocidente contestável", a América Latina, com sua inexcedível panóplia de matrizes e matizes.

Uma particularidade na defesa equina, especificamente, é que a crueldade não advém do abandono, como em outros contextos (OSÓRIO, 2016), mas sim da posse abusiva, ou tutela inadequada. Há muitos casos de abandono de cavalos feridos, enfermos ou muito velhos, mas são o ponto culminante de uma relação ruim com as pessoas que os mantinham. Até porque sempre existem interessados em comprar, trocar ou ganhar o animal quando o charreteiro decide dele se desfazer por qualquer motivo, como o caso de um interlocutor que resolveu trocar de atividade.

Como ponderam Teixeira e Ayoub (2016), os animais são muito mais que apenas bens incorporados ao patrimônio individual ou familiar, sendo, isso sim, copartícipes de uma comunidade moral interespecífica. Esta comunidade, por sua vez, tem seu reconhecimento prejudicado pelo que Descola e Pálsson chamam de paradigma dualista, que nos impede de "compreender adequadamente as formas

locais do saber ecológico” (2001, p. 14). Se os autores se referem às diferenças apresentadas por comunidades não-ocidentais, incompreendidas pelo dualismo ocidental, cabe observar que o mesmo se aplica intra “Ocidente”, conceito este que não é inconsútil, mas sim repleto de remendos, enxertos e intersecções; muitas comunidades em lugares considerados ocidentais apresentam saberes ecológicos que desafiam a lógica dualista. Para os charreteiros, não há contradição entre utilizar o cavalo como força de trabalho e ao mesmo tempo estimá-lo como um membro da família. Aqueles que tratam os animais com violência não refutam essa asserção - já o prova o conceito de violência familiar, afinal.

Conforme Baratay ,

> É preciso procurar essa veia que atribui mais ao animal e que permite ver além, pensando nele e o aceitando como um ator por inteiro, diferente é claro, mas capaz. Deve-se, portanto, estudar direta e precisamente esse ator para, por sua vez, melhor compreender as interações com os homens e as reações com os mesmos.(BARATAY, 2016, p. 521).

Defensores e charreteiros promovem uma disputa sobre a realidade dos animais (PERROTA, 2016), na qual os primeiros enfatizam a realidade dos cavalos como sujeitos; não diria que os segundos os veem só como objetos, mas tentam compatibilizar o caráter de sujeitos com o uso no trabalho.

> ...para além de abuso, exploração e controle, trabalhar com animais também envolve comprometimento de ambas as partes e uma negociação constante, às vezes difícil, plena de múltiplos desentendimentos, mas seguramente caracterizada pela mútua afetação (FANARO *et al*., 2021, p. 6).

4.6 – De mulheres e afetos

A etnografia mostrou a importância das instâncias menos mercantilizadas e das trocas simbólicas e afetivas entre (a maior parte de) meus interlocutores e os cavalos de seu convívio. Como anteriormente mencionado, essas pessoas possuem forte substrato rural. Dada sua região de origem, “compartilham um caminho de afinidades e relações que conformam um processo domesticatório corriqueiro no panorama da pecuária no pampa brasileiro” (KOSBY, LIMA e RIETH, 2017).

Trago aqui mais um episódio ocorrido no HCV da UFPel, dessa vez não vivenciado por mim, mas relatado por uma professora. Certa feita uma mulher, charreteira, levou lá sua égua doente para tratamento. Após alguns dias de internação ela acabou morrendo, fato encarado com muita dor pela mulher. Passado o impacto emocional da notícia, a professora perguntou se ela autorizava que sua

companheira equina servisse aos propósitos acadêmicos, para os quais o corpo seria estudado. A mulher concordou e, ainda com os olhos úmidos, se despediu. Mas retornou um tempo depois, querendo se despedir pela última vez da égua. No entanto, esta já havia sido seccionada para melhor estudo e refrigerada para melhor conservação, e tudo foi explicado pela professora. A mulher disse que não se importava e que gostaria de ver a cabeça da companheira ainda uma vez. Dito isso, a professora buscou a cabeça para a enlutada, que com muitas lágrimas e carícias disse suas últimas palavras de afeto antes de ir embora.

Gosto de analisar essa história sob o ponto de vista da significância e da agência equinas para alguém que, perante um olhar desatento, apenas explorava o animal para obter dinheiro, e também pelo ângulo do protagonismo feminino, tantas vezes observado ao longo desta pesquisa, seja na dimensão do cuidado no hospital e no ambulatório veterinários, seja na dimensão prática, conduzindo as charretes e coletando material reciclável. Nas comunidades próximas ao Ambulatório Ceval é possível observar posturas de liderança de várias mulheres, que trabalham e tratam seus próprios cavalos, levando-os para os atendimentos, decidindo procederes e providenciando necessidades. Algo que contribui para isso, de acordo com a interlocução, é o fato de muitas perderem seus companheiros precocemente, tanto por morte quanto por encarceramento. A necessidade de tocar a vida de forma independente é uma constante entre essas mulheres, seja na prática presente, seja nas previsões futuras. Uma necessidade que pode se tornar preferência em certos casos.

Conforme Adelman e Knijnik (2013) a temática de gênero vem gradativamente ganhando terreno nos estudos sobre o mundo equestre, especialmente no que tange os esportes e o lazer. Também Adelman (2020) resgata o protagonismo feminino nas atividades equestres, especialmente o rodeio, mostrando que, se está aumentando, já é histórico, presente desde o início dessa atividade como evento/espetáculo desportivo. A autora também afirma que os cavalos

> (...) têm ocupado um lugar singular como significante do aprimoramento da liberdade humana, no sentido metafórico e físico, já que sua parceria com os humanos, a partir de características singulares de velocidade, agilidade e mobilidade − é histórica e biosocialmente sem igual. (ADELMAN, 2020, p. 132).

A autora está preocupada com a possível busca pela restauração de nosso selvagem suprimido através da relação com os cavalos em esportes equestres, mas penso que sua colocação sobre o aprimoramento da liberdade humana pode ser transposta para o contexto deste trabalho. Velocidade, agilidade e mobilidade fazem toda a diferença na busca autônoma pelo sustento, e no caso das mulheres, isso adquire uma dimensão especial. As alternativas laborais - formais e informais - para elas, costumam ser mais sedentárias do que para os homens, que têm mais oportunidades de se movimentar de acordo com a sazonalidade de safras, obras e serviços gerais. A isso agrega-se a vantagem da mobilidade extra-laboral, como para ir ou levar alguém a um serviço de saúde ou escola, por exemplo, sem o ônus do transporte público ou particular de terceiros.

Adelman e Camphora (2020) observam que o interesse acadêmico pelas culturas equestres brasileiras ainda é recente, apesar da grande importância delas na história nacional. Também enfatizam que 80% dos equinos do país são utilizados em tarefas agropecuárias ou de transporte, numa configuração diferente da Europa ocidental, onde as atividades esportivas e de lazer predominam.

4.7 – Permanências e insurgências

Pelotas se insere em região de tradição equestre. Nesta cidade, cuja população estimada em 2010 era 328.275 pessoas[30], um levantamento de 2011 mostrou cerca de 60 hospedarias (SOUZA *et al.*, 2011), locais que abrigam cavalos de pessoas urbanas que geralmente mantêm os animais para lazer e companhia. Entender o cavalo de charrete demanda entender o cavalo urbano, que muitas vezes representa um elo afetivo com o passado rural (SILVA, 2014). Ao considerarmos também a atividade charreteira como uma cultura equestre, ultrapassamos o essencialismo que vê tudo pela óptica do desamparo econômico e da sobrevivência. O apego à atividade é, para muitos, uma questão de preferência, influenciada pela mesma satisfação em conviver com esses animais que tantas pessoas de classe média expressam.

Boscatti e Adelman (2020) analisam sujeitos e práticas equestres que deslocam o simbolismo hegemônico, qual seja, o do cavalo como sustentáculo de poder, masculinidade e prestígio. Ao analisarem a crescente presença feminina em atividades lúdicas e desportivas com cavalos, as autoras apontam o fenômeno - a

[30] Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama > Consultado em 10 jan. 2022.

que chamam de feminilização do mundo equestre - como desafiador de códigos culturais e ressignificador de dimensões de nossa relação com a outra espécie.

A partir disso, parece-me possível adicionar mais uma camada de desafio apresentado pelas charretes. Além do desafio ao bem-estar animal, à mobilidade urbana e à expectativa moderna, está o desafio simbólico de quem posa com os nobres animais. A narrativa do poder vale-se dos cavalos de muitas formas; os charreteiros tecem suas próprias narrativas, com a palavra quando são ouvidos e com as ações no mais das vezes. Enfatizo narrativas, no plural, reforçando o que vem sendo dito no decorrer deste trabalho. Repito que os responsáveis de cavalos são tão heterogêneos quanto os de cães e gatos, e dessa forma afasto prováveis acusações de conivência com maus tratos.

São presenças que expõem narrativas sobre êxodo rural e ruralidade urbana, trabalho vulnerável e trabalho autônomo, independência das redes formais do mercado e dependência da saúde do animal. Harmonizam pares aparentemente opostos, numa síntese bípede-quadrúpede, corpo-artefato, movimento-lentidão, lembrando que

> O fluxo dos processos históricos de dominação e opressão que ainda correm pelas veias abertas da América Latina, no entanto, jamais deixou de enfrentar coletividades insurgentes que, em contextos rurais e urbanos, (re)inventam identidades e narrativas outras, afrontando mecanismos de subjugação e silenciamentos, desestabilizando a produção estatal das “zonas de não-direito”, positivando identidades subalternizadas e lutando por mudanças nas relações de poder desde as margens do Estado, no sentido atribuído por Veena Das e Deborah Poole. (LEMÕES *et al.*, 2021).

Assumindo que a tração animal no miolo urbano moderno traga inegáveis problemas, não traz também outra interpretação identitária e narrativa sobre a relação humano-cavalo-cidade? Assumindo a pertinência de melhor regular o trânsito das charretes e a urgência de coibir e prevenir maus tratos, não convém assumir também o dever de ouvir os protagonistas dos atos em questão? Diante de uma tarefa importante, não se pode dissociar compreensão de ação. Um esforço compreensivo do fenômeno social que aqui tentamos abordar deve permear as interferências nas vidas de milhares de pessoas.

Epílogo

(...)
A lânguida cabeça erguia às vezes,
e nos tíbios olhares que deitava
já da morte o sinal se desenhava!...
Há no olhar do cavalo moribundo
certa expressão de mágoa, dor e súplica,
que n´alma instila um condoer profundo.
(...)
Que quadro! que martírio angustioso
é esse do cavalo que, abatido
à força de maus tratos e, inanido,
cai, sem mais levantar-se, o pó mordendo!...
Oh! n´arena marcial antes tombara
da rouca artilharia ao som tremendo!
(...)
E eu vi assim penando esse cavalo,
que ao senhor já servira longos anos...
Ai! certo eu não o vira, se tiranos
tantos homens na terra não vivessem,
que valor dão somente aos servidores
enquanto um pingue adubo ao lucro of´recem!
(...)

O Cavalo Moribundo
Bernardo Taveira Junior (Rio Grande, 1836 — Pelotas, 1892)

5 – REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Mulheres, cavalos, vidas cruzadas: domadxs, domesticadxs, selvagens? In: WENETZ, Ileana *et al*. **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física** (Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE - v. 6), pp. 123- 138, 2020.

_____.; KNIJNIK Jorge (eds.), **Gender and Equestrian Sport**: Riding Around the World. Springer Science+Business Media Dordrecht, 2013.

ANDRADE, Oswald de. **Poesias reunidas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____.; CAMPHORA, A.L. “Crioulos e crioulistas: Southern Brazilian equestrian culture in a changing world.” In: Kristen Guest and Monica Mattfeld, Horse breeds and human society: Purity, identity and the making of the modern horse. Routledge. 2020.

ALBRECHT, Jörg. A cidade do Futuro. **Humboldt**, ano 39, n. 75, p. 02, 1997.

APROBATO FILHO, Nelson. **O couro e o aço**. Sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia. (Final do século XIX – Início do XX). São Paulo, 2007. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

ARAUJO, Luciana Oliveira de *et al.* Ação integral a carroceiros e catadores de lixo de Pelotas, RS. In: **Expressa Extensão.** Pelotas, v.20, n.1, p. 113-123, 2015.

ASSIS, André Koch Torres. **Archimedes**, the center of gravity and the first law of mechanics. 2ª ed. Montreal: Apeiron, 2010.

AUGÉ, Marc. Dos lugares aos não-lugares. In: **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005, pp. 71-110.

AUSTIN, Deborah A. Kaleidoscope: the same and different. In: **Composing ethnography**: alternative forms of qualitative writing. Carolyn Ellis e Arthur P. Bochner (editores). Ethnographic Alternative Series Volume 1. Walnut Creek: Altamira Press, 1996, pp. 206-230.

AZEVEDO, Aina. Desenho e antropologia: recuperação histórica e momento atual. In: **Cadernos de Arte e Antropologia**, Vol. 5, n° 2/2016, pp. 15-32.

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Correia do. **Debret e o Brasil**: obra completa, 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

BARATAY, Éric. Os sócio-antropo-logos e os animais. Reflexões de um historiador para uma reaproximação das ciências. In: **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 516-526, ago/dez, 2016.

BARRETO, Eric Silveira Batista. **Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro**: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, 2015.

_____. Desenhando na antropologia: um aporte metodológico. In: **IV Encontro História, Imagem e Cultura Visual – ANPUH-RS** / Amanda Basilio Santos; Elisabete da Costa Leal; Laura Giordani (Organizadores). 1. ed.– Pelotas: CLAEC, 2017, pp. 222-231.

BARRETO, Gabrielle; NEGRUCCI, Marina; PESSINATTI, Barbara. A coluna toracolombar do cavalo atleta: Revisão. **PubVet** v.15, n.06, a844, p.1-8, Jun., 2021.

BEKOFF, Marc (editor). **Encyclopedia of animal rights and animal welfare.** Santa Barbara: Greenwood Press, 2009. 2nd ed.

BERNARDI, Francisco. **As bases da literatura rio-grandense**: Porto Alegre: AGE, 1997.

BLANC, Nathalie. **Les Animaux et la Ville**. Paris: Odile Jacob, 2000.

BLOOMAERT, Jan. **Dialogues with ethnography**: notes on classics and how I read them. Tilburg University: Tilburg Papers in Culture Studies – Paper 138, 2015.

BOSCATTI, Ana Paula Garcia; ADELMAN, Miriam. De cavalos e homens: história, poder, estratégias e representações. In: **Estud. sociol.** Araraquara v.25 n.49 p.221-242 jul.-dez. 2020.

BUILLET, Richard. **Hunters, Herders, and Hamburgers:** The Past and Future of Human-Animal Relationships. New York: Columbia University Press, 2005.

CARVALHO, Andresa Karla Silva. **O trabalho dos carroceiros na cidade de Natal:** cotidiano, política e emoções em torno de uma atividade ameaçada. 2016. 249f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1 Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CESAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul** (1737-1902). Porto Alegre: Globo, 1971.

CHAPOUTHIER, Georges. Le respect de l'animal dans ses racines historiques: de l'animal-objet à l'animal sensible. **Bull. Acad. Vét. France**. 2009 - Tome 162 - N°1.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil.** Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978

CHAVES, Flávio Loureiro (seleção e apresentação). **O ensaio literário no Rio Grande do Sul**, 1868-1960. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979.

COMERFORD, John. Comunidade rural. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. [p.112-120].

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: UNESP, 2002.

DESCOLA, Philippe. L'anthropologie de la nature. In: **Annales.** Histoire, Sciences Sociales. 57e année, N. 1, 2002. pp. 9-25. doi : 10.3406/ahess.2002.280024

_____.; PÁLSSON, Gísli. **Naturaleza y Sociedad**: perspectivas antropológicas. México DC: Siglo XXI, 2001 .

DIGARD, Jean Pierre. **L´homme et Les Animaux Domestiques:** Anthropologie d´una passion. Paris, Fayard, Les temps des sciences, 1999.

_____. A biodiversidade doméstica. In: **Anuário Antropológico** II | 2012.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

EMEL, Jody; WILBERT, Chris; WOLCH, Jennifer. Animal geographies. **Society & Animals** 10:4. Koninklijke Brill NV, Leiden, 2002. pp 407-412.

ESTEBANEZ, Jean. Les animaux et la ville: une histoire sociale, politique et affective à poursuivre. **Histoire urbaine**, 2016/3 (n° 47), pp. 125-129.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer:** uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FANARO, Luisa Amador *et al.* Introdução ao dossiê: Trabalho animal, trabalho humano. **DossieRevista Uruguaya de Antropología y Etnografía** Volumen vi, número 2, julio-diciembre de 2021.

FARACO, Sergio (org.). **Livro dos bichos**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana.** 2004, vol.10, n.2, pp.323-348.

FONTEQUE, Joandes Henrique *et al*. Programa Amigo do Carroceiro. **UDESC em Ação**, 40. Florianópolis: 2010. PP 1-8. Disponível em <http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/viewFile/4718/pdf_121 > Acesso em 24 de nov. 2016.

FREITAS, Décio. O gaúcho: o mito da produção sem trabalho. In: **RS: cultura & ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

GLUSZEVICZ, Ana Cristina; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Expansão do centro urbano comercial: análise do bairro Simões Lopes (Pelotas-RS). In: **Anais do VII SEUR e I Colóquio Internacional Sobre Educação do Campo e Ensino de Geografia**: Eixo 2 – Economia, Território, Comércio e Consumo. Pelotas, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Stigma**: notes on the management of spoiled identity. Englewood Cliffs, New Jersey: PrenticeHall, 1963.

GURAN, Milton. Fotografia e pesquisa antropológica. In: **Caderno de Textos – Antropologia Visual**, Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1986, pp 66-69.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas & olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

HARAWAY, Donna. **When species meet.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

_____. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. In: **Horizontes Antropológicos**, 17(35), 2011, pp. 27-64.

HERZFELD, Michael. **Anthropology through the looking-glass**: critical ethnography in the margins of Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

HINE, Christine. **Ethnography for the internet**: embedded, embodied and everyday. Huntingdon: Bloomsbury Publishing, 2015.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. In: **ANPOCS. Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, vol. 10, n. 28, 1995.

_____. **The Perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge Press, 2000.

_____. Jornada ao longo de um caminho de vida – Mapas, descobridor-caminho e navegação. **Religião e Sociedade***,* v.25, n.1, 2005, p. 76-110.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. In: **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

JANKE, Neuza Regina. **"Entre os valores do Patrão e os da Nação, como fica o Operário?".** O Frigorífico Anglo em Pelotas – (1940-1970). Dissertação Mestrado em História / Área de História do Brasil. PUC. Porto Alegre, 1999.

KANNEMBERG, Vanessa. **Cavalo de lata criado em Santa Cruz do Sul viaja o país convite de governos e empreendedores.** Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/09/cavalo-de-lata-criado-em-santa-

cruz-do-sul-viaja-o-pais-a-convite-de-governos-e-empreendedores-4259362.html> Acesso em: 24 de nov. 2016.

KEHL, Luis. **Breve história das favelas.** São Paulo: Claridade, 2010.

KOSBY, Marília Floôr; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia Maria Silva. Centauros de motocicleta: o cavalo como testemunha do "processo domesticatório" do gaúcho. In: **Horizontes Antropológicos**, 48, 2017.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LEMÕES, Tiago *et al*. Dossiê Margens, Poder e Insurgência na América Latina. In: **MARGENS** - Revista Interdisciplinar. vol.15. n. 24. Jun. 2021 (p. 13-19).

LEROI-GOURHAN, André. Os símbolos da sociedade. In: **O gesto e a palavra.** Vol.2: Memória e ritmo. Lisboa: Edições 70, 1990. (pp. 121-162).

LESSA, Barbosa (seleção e introdução). **Estórias e lendas do Rio Grande do Sul.** São Paulo: EDIGRAF, 1963.

LESTEL Dominique. **Les origines animales de la culture**. Paris: Éditions Flammarion, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

LEWGOY, Bernardo *et al*. **Projeto de pesquisa: Espelho Animal: Antropologia das Relações entre Humanos e Animais**. Consultado em 12 de novembro de 2011. In: <goo.gl/bJCIS>

LIMA, Daniel Vaz. **Cada doma é um livro**: A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. 2015, 146f, Dissertação (Mestrado em Antropologia), ICH, UFPel, Pelotas.

_____.; BARRETO, Eric. O modo de vida campeiro no pampa sul-rio-grandense. **Anais do IV EICS** - Encontro Internacional de Ciências Sociais [recurso eletrônico] : espaços públicos, identidades e diferenças, de 18 a 21 de novembro de 2014, Pelotas.

LIMA, M. H. C. C. A.; BRITO, Simone M. Civilidade e empatia em disputa: o problema do controle de animais no espaço público. In: **Iluminuras**, v. 17, p. 316-349, 2016.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52, Campo Grande, out. 2002.

_____. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LOPES, Gustavo Leandro Nassar Gouvêa. A animalidade como símbolo do mal: o vegetarianismo não-animalitário no alvorecer da imprensa moderna diamantinense (virada dos séculos XIX/XX). **REIA** - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, ano 3, volume especial I, 2016, pp. 52-77.

LOPES, Nian Pissolati. **Homemcavalo** [manuscrito] : uma etnografia dos carroceiros de Belo Horizonte / Nian Pissolati Lopes, 2013.

MAGNI, Claudia; BRUSCHI, Mauro. Em busca do nomadismo da imagem. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo, Hucitec, 2005.

MAGNI, Claudia Turra *et al.* Desenhar para quê? Experimentações antropoéticas em pesquisa e ensino. In: **Áltera** – Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 1, n. 6, p. 136- 165, jan. / jun. 2018.

MAGALHÂES, Mario Osorio. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANCERON, Vanessa. Exil ou agentivité ? ce que l'anthropologie fabrique avec les animaux. **L'Année sociologique**, 2015, 66, n° 2, pp. 279-298.

MAZO, Janice Zarpellon. **Emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945):** espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. 2003. Tese Doutorado. Faculdade de Educação Física e Ciências do Desporto, Universidade do Porto, Portugal.

MCSHANE, Clay; TARR, Joel A. **The horse in the city**: living machines in the nineteenth century. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

MENGUE, A. **Prefeitura quer adotar "veículo" para substituição de carroças.** Disponível em <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNi0wNi0wMw==&codnoticia=42122> Acesso em: 25 de nov. 2016.

MICHALON, Jérôme. Cause animale et sciences sociales: de l'anthropocentrisme au zoocentrisme. **La vie des idées**, La Vie des Idées, 2018.

MULLIN, Molly. Animals and anthropology. **Society & Animals** 10:4. Koninklijke Brill NV, Leiden, 2002, pp. 387-393.

NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. **Nossa cidade era assim.** Pelotas: Livraria Mundial, 1989.

NAWROTH *et al.* Farm animal cognition: linking behavior, welfare and ethics. **Front. Vet. Sci.** 6:24, 2019.

NETO, Onofre Aurélio. A pecuária tradicional como forma de (re)existir no campo: o gado Curraleiro no Território Quilombola Kalunga, na região nordeste de Goiás. In: **Élisée**, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.5, n.1, pp.57-77, jan. /jun. 2016

NOLETO, Rafael da Silva; MAGNI, Claudia Turra; RIETH, Flávia. «Cidades do interior, interior das cidades: apresentação», **Ponto Urbe**, 24 | 2019.

OLIVEIRA, L. M. *et.al*. Carroceiros e eqüídeos de tração: um problema socioambiental. In: **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 204-216, dez. 2007.

OLIVEIRA, Ricardo Alexandre Pereira de. **Carroça livre** [manuscrito] : uma etnografia com os carroceiros e cavalos da vila São Tomás e adjacências /Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira. 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

OSÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. In: **Teoria & Sociedade**. Nº 21.1 - janeiro-junho de 2013, pp. 143-176.

_____. Compaixão, moral e sofrimento animal entre protetores de gatos de rua. In: **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 51-82, ago/dez, 2016.

_____.; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Editorial Dossiê Animais e Antropologia. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 7, n. 2, pp. 01-09. 2019.

OSORIO, Fernando Luis. **A cidade de Pelotas**. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica(1). **Cienc. Cult**., São Paulo , v. 69, n. 2, p. 54-57, Apr. 2017 .

PELOTAS, Câmara Municipal de Vereadores. Bancada do PT. Projeto de Lei: **Institui o Programa de Proteção Animal no Município de Pelotas e dá outras providências.** Disponível em <http://sapl.camarapel.rs.gov.br/sapl_documentos/materia/15787_texto_integral> Acesso em 24 de nov. 2016.

PELOTAS, Lei nº 5.678, de 08 de abril de 2010. **Dispõe sobre o registro, o licenciamento e a concessão de autorização para conduzir veículos de tração animal, de acordo com o que determina o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.** Disponível em <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2010/lei_5678.pdf> Acesso em 24 de nov. 2016.

PELOTAS, Lei nº 6.321, de 14 de janeiro de 2016. **Institui o Programa de Proteção Animal no Município de Pelotas e dá outras providências**. Disponível em <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2016/Lei6321.pdf> Acesso em: 24 de nov. 2016.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. **Revista Pensata**, 2014, v. 3, n.2, pp. 8-16.

PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. As Práticas Equestres e o Lazer dos Porto-Alegrenses (Décadas de 1920 a 1940). In: **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.4, dez/2014, pp. 32-60.

PERROTA, Ana Paula. 'Quem' ou 'o que' são os animais? Um estudo sobre como os defensores dos animais (re)definem sua natureza. In: **Iluminuras** (Porto Alegre) , v. 17, p. 17-50, 2016.

PETONNET, Colette. Le cercle de l'immondice: postface anthropologique. In: **Les annales de la recherche urbaine**, nº 53, 1991, Le génie du propre, pp. 109-116.

_____. Itinerário de uma antropologia em meio operário. In: MELLO, Marco Antônio da Silva *et al*. (Org.). **Favelas cariocas**: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 477-490.

_____. A observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, Niterói, n.25, p.99-111, 2008.

PEIXOTO, Afrânio (introdução e notas). **Panorama da Literatura Brasileira.** Livros do Brasil, v. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

PINTO, Carlos Vinícius da Silva; FRANZ, Juliana Cristina; SALAMONI, Giancarla. O III Plano Diretor e a Zona Norte: a questão do "rururbano" na cidade de Pelotas-RS. In: **Anais do VI SEUR e III Colóquio Internacional Sobre as Cidades do Prata.** Pelotas, 2010.

POSSA, André Dala. **Cidade: Projeto Ceval leva auxílio aos charreteiros**. Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/03_09_07/p0301.html> Acesso em: 25 de nov. 2016.

RITVO, Harriet. On the animal turn. In: **Daedalus** , Fall, 2007, Vol. 136, No. 4, On the Public Interest (Fall, 2007), pp. 118-122

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da *et al*. Ética e imagem: relato de um percurso.In: **ANTHROPOLÓGICAS**, ano 13, vol. 20(1+2): p. 263-292 (2009).

RODRIGUES, Irajá Andara. **Uma revolução urbana em Pelotas**. Pelotas: edição do autor, 2012.

RODRIGUES, Morgana Cardoso *et al*. Uma experimentação para promover a interação com os moradores da Ceval no projeto de extensão Histórias e Memórias

dos Carroceiros de Pelotas. **13ª Mostra da Produção Universitária Rio Grande/RS**, 2014.

RORVANG, MV *et al.* Social Learning in horses: fact or fiction? **Front. Vet. Sci.** 5:212, 2018.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

SALAVISA, Eduardo (coord.). **Diários de viagem**: desenhos do quotidiano – 35 autores contemporâneos. Lisboa: Quimera, 2008.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. Importância da Capitania do Rio Grande para o Brasil. In: **História Geral do Rio Grande do Sul**, vol. 1, Colônia. Nelson Boeira e Tau Golin (coord.). Passo Fundo: Méritos, 2006.

SEGATA, Jean. O que faz um animal de estimação na antropologia? In: **Novos Debates**: Fórum de Debates em Antropologia / Associação Brasileira de Antropologia. Vol.1, n.2, julho 2014. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2014.

SERRES, Michel. **Hominescências:** o começo de uma outra humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SILVA, João Pinto da. **Historia Literaria do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1930.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. **Entre lidas**: Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Mestrado (PPGA). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2014.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. De um prosaico coexistir interespecífico aos dilemas do biopoder: as interações humanas e não humanas no mundo urbano contemporâneo amazônico. In: **Ilha**, v. 17, n. 1, p. 55-81, jan./jul. 2015.

_____. As paisagens coexistenciais interespecíficas, ou sobre humanos e não-humanos compartilhando espaços domésticos numa cidade amazônica. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, pp. 288-315, ago/dez, 2016.

_____. Dos galhos às grades: cotidiano e relações interespécies no “Bosque”. Reflexões sobre as interações face a face entre humanos e macacos-de-cheiro (*Saimiri sciureus sciureus*) na cidade (Belém-PA). In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 99-127, maio/ago. 2017.

_____.; SILVA, Matheus Henrique Pereira da. Acerca do olhar do outro, ou sobre "tratadores" e animais em cativeiro: por uma etnografia no "zoo" em contexto urbano (Belém - PA). **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 3, n. 1, 2015, pp. 54-74.

SINGER, Peter. **Animal liberation**: a new ethics for our treatment of animals. New York: New York Review, 1975.

SLATTA, Richard W. The demise of the gaucho and the rise of equestrian sport in Argentina." **Journal of Sport History**, vol. 13, no. 2, University of Illinois Press, 1986, pp. 97–110.

SNYDER, Linda L. The question of "whose truth"?: the privileging of participant and researcher voices in qualitative research. In: **Doing ethnography**: studying everyday life. Dorothy Pawluch, William Shaffir e Charlene E. Miall (editores). Toronto: Canadian Scholar's Press, 2005, pp. 128-140.

SOUZA *et al.* Hospedarias para equinos na cidade de Pelotas: instalações e serviços oferecidos. In: **XX Congresso de Iniciação Científica – III Mostra Científica UFPel**, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole:** o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STAUDER, Jack. The 'relevance' of Anthropology to Colonialism and Imperialism. In: **Race.** Vol. 16, Issue 1, 1974, pp. 29-51.

TEIXEIRA, Jorge Luan; AYOUB, Dibe. Cachorros que atacam criação: Reflexões éticas sobre a mobilidade e a vida social dos animais em ambientes rurais. In: **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 136-165, ago/dez, 2016.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VARA, Maria de Fátima S. da. **Estratégias da população de baixa renda na produção do espaço urbano:** o caso do Loteamento Ceval em Pelotas – RS. Dissertação de Mestrado em Geografa. Rio Grande: FURG, 2009.

VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

VELDEN, Felipe Vander. Apresentação ao Dossiê: Dossiê Animalidades Plurais. **Revista de Antropologia da UFSCar**, 7 (1), jan./jun. 2015.

_____. Artefatos multiespécies: materialidade e conhecimento nas relações entre humanos e não humanos. Trabalho apresentado no Simpósio "Relações humano-animal: presente, passado e futuros possíveis", **43º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu-MG, 2019.

_____. Natureza/cultura: descentramento, crítica e desafios das ontologias não dualistas. In: **Calibán** - RLP, 18(1) - Volume 18-1, 209-217. 2020.

_____. *et al*. Tudo que respira, conspira. Introdução ao dossiê Socioanimalidades plurais: animais e humanos nas Ciências Sociais. In: **REVISTA FLORESTAN** , v. 7, p. 6-10, 2019.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VELHO, J. R. *et al*. Inserção do médico veterinário em comunidades carentes de Pelotas-RS. In: **Anais do XXV do Salão de Extensão Universitária da Região Sul, 2007.** XXV Salão de Extensão Universitária da Região Sul, 2007, Guarapuava -PR.

VIANA, Taís Feijó. **Salão de iniciação Científica** (17.: 2005 : Porto Alegre, RS). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de bibliografia sul-rio-grandense:** autores. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2010.

WOLCH, Jennifer. **Zoöpolis**. Capitalism nature socialism, v. 7, n. 2, p. 21-47, 1996.